

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

BEATRIZ BESEN

ENTRE O EMPREENDEDORISMO E A MILITÂNCIA: discursos e identidades na
juventude periférica

SÃO PAULO

2020

BEATRIZ BESEN

ENTRE O EMPREENDEDORISMO E A
MILITÂNCIA: discursos e identidades na juventude
periférica

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientador/a: Prof. Ms. Paulo César Ramos

São Paulo

2020

Ficha Catalográfica

BESEN, Beatriz

Entre o empreendedorismo e a militância: discursos e identidades na juventude periférica / Beatriz Besen. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020.

Quantidade de folhas f.:134

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2020.

Orientador/a: Prof. Ms. Paulo César Ramos

BEATRIZ BESEN

ENTRE O EMPREENDEDORISMO E A
MILITÂNCIA: discursos e identidades na juventude
periférica

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em

Prof. Ms. Paulo César Ramos
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Maria Livia de Tommasi
UFABC

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Jaqueline Lima Santos
FPA

Aos jovens de Heliópolis, cuja existência e resistência são o ponto de partida e a razão de ser dessa pesquisa.

Agradecimentos

Escrever os agradecimentos faz correr solta a memória que, no caso da presente pesquisa, alcança tempos muito anteriores à escrita ou mesmo a definição de um projeto. Por isso, começo agradecendo a todos aqueles que foram meus companheiros de trabalho em Heliópolis, e à União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) que, junto à Marília de Santis, me convidaram para trabalhar na Coordenação de Projetos no CEU Heliópolis “Profa. Arlete Persoli”, local onde amadureci pessoal e profissionalmente. A aproximação com a juventude e todas as questões aqui levantadas foram sempre compartilhadas com Laila Sala, a quem agradeço pela amizade e pelos ensinamentos. A semente dessa pesquisa foram nossas inquietações e a contínua defesa da escuta e da abertura de espaços de poder para a juventude.

Me mantendo nas lembranças de Heliópolis, gostaria de agradecer àqueles que me concederam as entrevistas utilizadas na dissertação. Apesar de ter o desejo de nomeá-los para transmitir a devida gratidão, não acho que seria interessante e nem atenderia a vontade deles se a presente pesquisa se tornasse uma análise de trajetórias pessoais.

Nos rastros da memória que se mistura ao presente, estão meus colegas e companheiros da Maestría, com os quais dividi a sala de aula, almoços e risadas por mais de ano e que me acolheram pronta e profundamente. Agradeço a eles pela companhia, inspiração e apoio; suas trajetórias de luta são referência e contribuíram para o nascimento da presente pesquisa.

Agradeço também ao meu orientador, Paulo, mais conhecido por aí como PC Ramos. Minha pesquisa virou de cabeça pra baixo desde o projeto, mas no melhor sentido possível. Me vejo mais completa enquanto pesquisadora e militante por conta das leituras sugeridas e dos questionamentos levantados. À Maria Livia de Tommasi, Eduardo Tadeu Pereira e Jaqueline Lima Santos, agradeço por aceitarem compor a banca de defesa; no momento que vivemos, a docência e pesquisa em ciências humanas e sociais já são resistência por si só.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que fazem parte das minhas memórias mais longínquas e as quais me deram bases sólidas para não desistir dessa loucura que foi mergulhar em um segundo mestrado. Aos meus pais, Rizpah e Roberto, agradeço pelas palavras de estímulo e pela formação tão reflexiva e crítica. Tenho o privilégio de encontrar, nos meus pais e em seus companheiros, interlocutores para minhas inquietações pessoais e políticas, assim como grandes lutadores por uma sociedade mais justa. Assim, agradeço também à Denise e ao

Pedro pelo amor construído e solidificado em todos esses anos. Junto a eles agradeço à Nina, à Sicília, ao Murilo e à Cristina, irmãos unidos a mim por diferentes laços, mas que me brindam com seu companheirismo e carinho, tornando a vida muito mais divertida. À Benjamin, meu sobrinho amado, que abraça a vida e experimenta, repetidamente, as descobertas, me lembrando de uma outra organização do tempo e espaço, na qual submergimos em nossos passeios.

Falando em submergir, agradeço especialmente a quem divide o dia a dia comigo e me traz inspiração para seguir em movimento, mesmo quando o mundo e o dia ficam nublados. Ramiro, sabemos encontrar descanso na loucura e loucura no descanso e povoamos os tempos de quarentena com descobertas, produções e sonhos conjuntos. Obrigada por tanta partilha, dividir com você o sofá, a casa, os projetos e a vida tem sido uma jornada cheia de alegrias.

Agradeço às amigas e aos amigos, com quem tive que me comunicar remotamente nos últimos meses, mas que nem assim pareceram distantes. Lenora, Marília, Ticiania, Flávia, Bianca, Nina, Mayra, Olívia, Patrícia, Gabriela, Yuri, Luca, Izabel, Beatriz, Pedro, Maurício, Carolina, Paula, Elton, Thiago...

Agradeço à Maria, que nos deixou esse ano, vítima de Covid-19. Maria é lembrança de alegria e generosidade; dos momentos doces da infância com meus primos em São Miguel Paulista; do bolo mais bonito e gostoso que experimentei; do abraço carinhoso e compreensivo; da prima que já era mãe e que ensinava o primo que ser pai é aprender a ser um pouco mãe. Agradeço também à família de São Miguel pelo olhar atento, pelos almoços fartos, pelo abraço apertado; mesmo quando passamos tempos longe.

Por fim, agradeço à Fundação Perseu Abramo e ao Partido dos Trabalhadores. A primeira me propiciou realizar esse mestrado e ter contato com pesquisadores e militantes incríveis e o segundo é a referência de organização que me deixa inquieta, seja para questioná-lo ou para ir à luta pela construção de um Brasil mais justo.

Celebração das contradições/2

Desatar vozes, dessonhar os sonhos: escrevo querendo revelar o real maravilhoso, e descubro o real maravilhoso no exato centro do real horroroso da América.

Nestas terras, a cabeça do deus Elegguá leva a morte na nuca e a vida na cara. Cada promessa é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão.

Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia.

Nessa fé, fugitiva, eu creio. Para mim, é a única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano, fodido mas sagrado, e à louca aventura de viver no mundo (GALEANO, 2007, p.123).

BESEN, Beatriz. **Entre o empreendedorismo e a militância:** discursos e identidades na juventude periférica (Dissertação de Mestrado). Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas, São Paulo: FLACSO/FPA, 2020.

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar os discursos e identidades relacionados ao empreendedorismo e à militância a partir de narrativas de e sobre a juventude periférica. As análises foram acompanhadas pelas narrativas registradas em pesquisas recentes sobre juventude no Brasil, por dados secundários e por trechos de duas entrevistas semiestruturadas com moradores de Heliópolis que se identificam como militantes e empreendedores.

A revisão bibliográfica acerca da identidade permitiu compreendê-la como construção discursiva fluída que se funda na busca de reconhecimento humano e o neoliberalismo como nova racionalidade de mundo que configura identidades e discursos. Os referenciais articulados apontaram que a emergência do sujeito periférico, a partir da década de 1990, conduz à ampliação do conceito de juventude no Brasil e à centralização da diferença como pauta de luta. Também demonstraram a complexidade da formação da juventude periférica, ressaltando sua capacidade de revelar mecanismos de poder e controle.

A análise do discurso empreendedor revelou que a flexibilidade e a autonomia são concebidas como competências socioemocionais centrais, as quais vão ao encontro das identidades periféricas. O empreendedorismo se consolida na periferia entre o sonho e a necessidade, contando com as Igrejas Neopentecostais e a Pedagogia Empreendedora para a criação de expectativas morais em relação ao reconhecimento e à redistribuição que não se efetivam. O empreendedorismo social surge pautando mudanças sociais conciliadas ao discurso empreendedor, dessa forma promove projetos limitados à autorrenovação capitalista.

A análise das narrativas expôs a importância da militância nas trajetórias de vida de jovens periféricos e a conexão com a manutenção de uma esfera pública de diálogo. As reflexões levaram à conclusão de que, apesar do enfraquecimento da categoria trabalhador, o trabalho segue sendo eixo estruturador na vida do jovem, delineando a importância de políticas públicas voltadas à definição e consolidação do trabalho decente para a juventude. Frente às novas identidades políticas e discursos sobre a transformação social, conclui-se ser essencial preservar os aspectos disruptivos e transgressores que estão nas bases dos movimentos sociais, de modo a não esvaziar os sentidos políticos da diferença e da luta por igualdade.

Palavras-chave: empreendedorismo; militância; juventude; periferia; identidades.

BESEN, Beatriz. **Between the entrepreneurship and the militancy: discourses and identities in peripheral youth** (Master's Dissertation). Master in State, Government and Public Policies. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the discourses and identities related to entrepreneurship and militancy from narratives of and about peripheral youth. The analyzes were complemented by narratives recorded in recent research on youth in Brazil, secondary data, and excerpts from two semi-structured interviews with residents of Heliópolis who identify themselves as militants and entrepreneurs.

The bibliographic review about identity allowed to understand it as a fluid discursive construction that is based on the search for human recognition and neoliberalism as a new world rationality that configures identities and discourses. The articulated references pointed out that the emergence of the peripheral subject from the 1990s onwards leads to an expansion of the concept of youth in Brazil and to a centralization of difference as an agenda for struggle. They also point out the complexity of the formation of peripheral youth, emphasizing their ability to reveal mechanisms of power and control.

The analysis of the entrepreneurial discourse revealed that flexibility and autonomy are conceived as central socio-emotional competences, which meet peripheral identities. Entrepreneurship is consolidated in the periphery between dream and need, counting on the Neopentecostals Churches and Entrepreneurial Pedagogy for the creation of moral expectations in relation to recognition and redistribution that are not accomplished. Social entrepreneurship appears guiding social changes combined with entrepreneurial discourse, thus promoting projects limited to capitalist self-renewal.

The analysis of the narratives exposed the importance of militancy in the life trajectories of peripheral young people and the connection with the maintenance of a public sphere of dialogue. The reflections led to the conclusion that, despite the weakening of the worker category, work continues to be a structuring axis in the life of young people, outlining the importance of public policies aimed at defining and consolidating decent work for youth. In view of the new political identities and discourses on social transformation, it is concluded that it is essential to preserve the disruptive and transgressive aspects that are at the basis of social movements, in order to preserve the political meanings of difference and the struggle for equality.

Keywords: entrepreneurship; militancy; youth; periphery; identities.

BESEN, Beatriz. **Entre el emprendimiento y la militancia:** discursos y identidades en la juventud periférica (Disertación de Master). Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020.

RESUMEN

Esta investigación buscó analizar los discursos e identidades relacionados con el emprendimiento y la militancia a partir de narrativas de y sobre la juventud periférica. Los análisis estuvieron acompañados de narrativas registradas en investigaciones recientes sobre la juventud en Brasil, datos secundarios y extractos de dos entrevistas semiestructuradas con residentes de Heliópolis que se identifican como militantes y emprendedores.

La revisión bibliográfica sobre la identidad permitió entenderla como una construcción discursiva fluida que se basa en la búsqueda del reconocimiento humano y el neoliberalismo como una nueva racionalidad mundial que configura identidades y discursos. Las referencias articuladas señalaron que el surgimiento del sujeto periférico a partir de la década de 1990 conduce a la expansión del concepto de juventud en Brasil y a la centralización de la diferencia como agenda de lucha. También señalaron la complejidad de la formación de la juventud periférica, enfatizando su capacidad para revelar mecanismos de poder y control.

El análisis del discurso del emprendimiento reveló que la flexibilidad y la autonomía se conciben como competencias socioemocionales centrales, que van al encuentro de las identidades periféricas. El emprendimiento se consolida en la periferia entre sueño y necesidad, contando con las Iglesias Neopentecostales y la Pedagogía Emprendedora para la creación de expectativas morales en relación al reconocimiento y a la redistribución que no se realizan. El emprendimiento social aparece proponiendo cambios sociales combinados con el discurso del emprendimiento, promoviendo así proyectos limitados a la autorrenovación capitalista.

El análisis de las narrativas expuso la importancia de la militancia en las trayectorias de vida de los jóvenes periféricos y la conexión con el mantenimiento de una esfera pública de diálogo. Las reflexiones permiten concluir que, a pesar del debilitamiento de la categoría trabajadora, el trabajo sigue siendo un eje estructurador en la vida de los jóvenes, destacando la importancia de las políticas públicas orientadas a definir y consolidar el trabajo decente para la juventud. Ante las nuevas identidades políticas y discursos sobre la transformación social, se concluye que es fundamental preservar los aspectos disruptivos y transgresores que están en la base de los movimientos sociales, para no vaciar los significados políticos de la diferencia y la lucha por la igualdad.

Palabras clave: emprendimiento; militancia; periferia, juventud; identidades.

Sumário

<u>1. DESATAR VOZES: UMA PESQUISA NOS INTERSTÍCIOS DA SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE</u>	<u>14</u>
1.1. CONSTRUINDO UMA PESQUISA CRÍTICA.....	22
<u>2. ENTRE EMPREENDEDORES(AS) E MILITANTES: JUVENTUDE EM HELIÓPOLIS.....</u>	<u>26</u>
2.1. MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS: VIOLÊNCIA DE ESTADO E MARCAS DITATORIAIS	27
2.2. PERCURSOS PELO EMPREENDEDORISMO E MILITÂNCIA	30
<u>3. IDENTIDADE, DISCURSO E RECONHECIMENTO</u>	<u>39</u>
3.1. MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	39
3.2. IDENTIDADE, DIFERENÇA E PERFORMANCE	42
3.3. IDENTIDADE E RECONHECIMENTO.....	48
3.4. RACIONALIDADE NEOLIBERAL.....	51
<u>4. JUVENTUDES E PERIFERIA.....</u>	<u>55</u>
4.1. JUVENTUDE NO BRASIL	55
4.2. JUVENTUDE PERIFÉRICA	59
4.3. NOVAS IDENTIDADES POLÍTICAS	64
4.4. DIFERENÇA E DIVERSIDADE: OS PERIGOS DA IDENTIDADE ENQUANTO NORMA REGULATÓRIA	68
<u>5. O EMPREENDEDOR: FLEXÍVEL E AUTÔNOMO</u>	<u>71</u>
5.1. JUVENTUDE E A SUBSUNÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO.....	71
5.2. AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE FISCAL E A PERDA DE PROTEÇÃO SOCIAL	77
5.3. A RETÓRICA DO EMPREENDEDORISMO	80
5.4. EMPREENDEDORISMO NA PERIFERIA: ENTRE A NECESSIDADE E O SONHO	84
5.5. FLEXIBILIDADE E INOVAÇÃO: NOVOS DISCURSOS E VELHAS PRÁTICAS?	92
5.6. O PENTECOSTALISMO E A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE.....	96
<u>6. TRANSFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: OS NOVOS DISCURSOS E MODELOS DE AÇÃO COLETIVA.....</u>	<u>100</u>
6.1. O EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	101
6.2. MILITÂNCIA POLÍTICA: AS CRISES NAS RAÍZES.....	105
6.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO, ATIVISMO E CAPITAL MILITANTE.....	112

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
8. REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICE A	134

1. Desatar vozes: uma pesquisa nos interstícios da subjetividade e objetividade

No atual contexto de ascensão de discursos autoritários e extremistas no país, mostra-se urgente e necessário construir reflexões coletivas acerca das origens e causas de tal fenômeno, assim como caminhos de resistência. Uma grande parte do mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas foi composta por disciplinas que, sob diferentes ângulos e vieses, forneciam ferramentas para uma análise da conjuntura atual. Outra parte significativa da formação constitui-se pelo encontro de cerca de vinte pessoas, vindas de diferentes estados, com diversas faixas etárias e formações que se reuniam com um pressuposto comum: se identificavam enquanto militantes.

Nesse grupo, eu era a mais jovem e percebia que havia diversas concepções e modos de viver a militância reunidos sob a mesma identidade. Na sala de aula, tínhamos um grupo com trajetórias e origens diversas, porém todos diziam que a militância havia surgido em suas vidas ainda na juventude. Juventude e militância pareciam ser indissociáveis para esse grupo, tanto pelas trajetórias de vida e relacionamentos estarem marcados pela presença e atuação nos movimentos sociais e partidos, quanto por entenderem que haveria uma disposição para a mobilização relacionada à juventude.

Entre 2015 e 2017, anos em que trabalhei como Coordenadora de Projetos em Educação no Centro Educacional Unificado (CEU) Heliópolis Profa. Arlete Persoli, vi emergir com grande força um discurso de ódio à política. Tal discurso tinha um vigor grande entre os jovens e tal ódio estava centralizado na oposição aos partidos políticos e, mais particularmente, ao Partido dos Trabalhadores. Eram feitos constantes ataques ao Estado e a figuras políticas, com a justificativa de que o “mundo da política” estava marcado pela corrupção e sede de poder. Diante disso, muitos desses jovens valorizavam a ideia do sucesso pessoal e o desejo de não ter patrões: falavam sobre transformar suas vidas por meio da abertura de seu próprio negócio.

Por outro lado, no projeto que deu origem ao e-book *Vozes de Reexistência Juvenis: Juventude Presente!* (SOUZA; SALA; ANDRADE *et al.*, 2020) e reuniu cerca de 30 jovens de Sussuarana (Bahia), Heliópolis e Paraisópolis, também pude observar a força dos movimentos culturais na formação política da juventude. Nele percebi que a aproximação mais rápida entre os jovens participantes se dava entre aqueles que se identificavam enquanto periféricas, periféricos, negros e negras e tinham participação direta em espaços e movimentos

culturais, tais como o hip hop, batalhas e saraus. O projeto tratava justamente dos percursos e memórias de letramento desses jovens, aproximando alguns, pela primeira vez, do universo dos saraus e da produção de textos em diversos formatos que, centralmente, tratavam deles e de suas trajetórias. Analu, apelido de Ana Lucia Souza (2009) desenvolveu o conceito de letramentos de (re)existência enfatizando como o hip hop, principalmente para o povo negro, foi uma agência de letramento, dentro do qual foram desenvolvidas novas identidades políticas e novas interpretações sobre si e sobre o mundo. Esses agentes de letramento optam por se autodefinir, em sua maioria, como ativistas, termo que também é adotado por Ana Lucia em sua tese.

A partir das Jornadas de Junho de 2013, foi possível observar uma ampla adoção do termo ativismo, incluindo o Movimento Passe Livre e outra série de coletivos já ativos e que emergiram nos anos seguintes. Tais grupos justificavam a escolha do ativismo por uma reinvenção nos modos de ação, repertórios de protesto e estratégias de luta. As manifestações de 2013 tiveram início a partir de uma pauta central: “o direito à cidade”; que se traduzia por meio da luta contra o aumento da passagem de ônibus. Depois de uma violenta repressão policial veiculada e divulgada pela mídia, houve um crescimento da participação nos atos, assim como uma dispersão das pautas.

A nova “apropriação das ruas” vivida nas manifestações pelos jovens das periferias escancarou a visibilidade perversa a eles atribuída; ou seja, a conexão sempre feita entre pobreza, negritude e violência que limita e constrange a livre circulação dos jovens negros e periféricos pela cidade. Muitos desses jovens levaram às ruas pautas formuladas, desenvolvidas e difundidas durante o início do século XXI por meio dos movimentos culturais. Ao lado deles, também estiveram presentes nas manifestações outros jovens que se diziam cansados da política e do Estado e que se identificaram com a pauta do combate à corrupção, encabeçada pelo Movimento Brasil Livre¹.

Dois anos depois, nas ocupações das escolas estaduais, uma parte dos jovens também adota a identidade ativista, sob influência dos movimentos Occupy Wall Street dos Estados

¹ Principalmente alavancados pelo discurso contra a corrupção e no apoio à Operação Lava Jato, o Movimento Brasil Livre é formalmente fundado em 2014 e vem a cena apoiando o impeachment de Dilma Rousseff. Se declaram como ativistas políticos que tem como eixos principais o liberalismo econômico e o republicanismo. A única definição encontrada no site é “de movimento que está mudando o Brasil!”. Suas figuras de mais repercussão no cenário atual são Kim Kataguirí e Fernando Holiday (vereador do Partido Patriota). Um dos principais projetos encabeçados pelo movimento é o Escola Sem Partido.

Unidos, Los Indignados (15M) da Espanha e a Revolta dos Pinguins do Chile; os quais enfatizavam a importância da horizontalidade e do consenso. As Jornadas e as Ocupações deram ainda mais força a bandeira do “Nós por nós”, adotada majoritariamente pelos jovens periféricos para afirmar a necessidade de construção de caminhos “independentes do Estado” e enfatizar a colaboração interna às periferias como saída para superação de estigmas e luta contra os efeitos da desigualdade.

A partir dessa complexidade e rápida transformação nos discursos feitos sobre e pela juventude das periferias nos últimos anos que emergiu o desejo e o alerta sobre a importância de seguir pesquisando juventude e periferia, buscando aprofundar as reflexões construídas no mestrado em Psicologia Social, por meio de novas questões e referências interdisciplinares. Tal desejo se viu consolidado e aprofundado pelas questões emergentes na atual pandemia de COVID-19 no Brasil, a qual tem evidenciado como a dignidade da vida e da morte humanas ficam ameaçadas por governos autoritários e políticas de privatização. O primeiro momento da pandemia trazia algumas pessoas animadas, que acreditavam que, finalmente, a população se daria conta da importância do Estado e da saúde pública; enquanto outras, já insatisfeitas com as medidas tomadas, bradavam ainda mais alto a convocação para que a economia não parasse e que fosse ampliada a agência e gestão da iniciativa privada em áreas como saúde, educação e saneamento.

A pandemia escancarou a precariedade deixada pelo sucateamento do sistema público de saúde nos últimos anos em diversos países, assim como evidenciou um Brasil marcado pela precarização do trabalho: em outubro de 2019 chegou-se ao recorde de 41,4% dos trabalhadores brasileiros na informalidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). O Brasil se dividiu, mais uma vez, em diversos cenários: de um lado o home office, uso de aplicativos para compras, acesso às máscaras e aos planos de saúde, assim como empregos garantidos; de outro, milhões de trabalhadores informais e desempregados junto as suas famílias, grande parte impossibilitada de permanecer em isolamento social tanto por questões de renda quanto de infraestrutura.

Desde março de 2020, acompanhamos um aprofundamento dos traços autoritários do atual governo federal brasileiro acompanhado de um negacionismo quanto à realidade e gravidade da pandemia. Tal posição vem ampliando o ambiente de insatisfação que, acompanhado da angústia diante da possibilidade da morte e da evidência da vulnerabilidade humana, abriram caminho para a maior repercussão e discussão sobre a desigualdade social e

o racismo estrutural no Brasil. Mesmo diante da quarentena exigida pelas autoridades de saúde, a violência contra os jovens nas periferias seguiu ocorrendo com formatos cruéis, como ilustrado pelo caso de Rogério Júnior, de 19 anos, assassinado na Zona Sul, próximo à Heliópolis. A notícia *Família de jovem desarmado que foi baleado e morto pela PM reclama de demora no socorro e no registro da ocorrência em SP* (TOMAZ; GONÇALVES, G1, 10 de agosto de 2020), ainda registra a fala do amigo:

Só deixaram a gente socorrer ele depois que ele não esboçava mais nenhuma reação, Porque de início, quando eu cheguei lá, ele estava vivo ainda. Ele estava tentando lutar ainda, estava agonizando, estava tentando respirar, estava até... lutando pela vida ali. Se deixasse socorrer, não sei, só Deus sabe, mas eu acho que ainda teria chances dele viver (TOMAZ e GONÇALVES, 10 de agosto de 2020, disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/10/familia-de-jovem-desarmado-que-foi-baleado-e-morto-pela-pm-reclama-de-demora-no-socorro-e-no-registro-da-ocorrencia-em-sp.ghtml>).

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), o mês de abril de 2020 foi o que teve mais mortes por ação de agentes do estado do Rio de Janeiro desde que os dados começaram a ser medidos há 18 anos. Ao todo, a polícia já matou 606 pessoas, entre janeiro e abril. Ainda conforme dados publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 30/05/2020, o número de mortes provocadas por ações de policiais militares em serviço aumentou 43,6% em relação ao mesmo mês do ano passado. Tais notícias tiveram grande repercussão, seguidas da morte de Miguel² e do assassinato do segurança George Floyd nos Estados Unidos. Estes acontecimentos somados à conjuntura brasileira levaram muitos a se mobilizarem nas ruas e nas redes sociais resgatando o Movimento Antifascista e Antirracista. No centro das mobilizações, vimos, em sua maioria, jovens periféricos, inicialmente de torcidas organizadas, depois de diversos coletivos que impulsionaram e ressaltaram a importância dos atos.³

Em primeiro de Julho de 2020, também foi realizada a primeira greve organizada pelos entregadores de aplicativos que tem se manifestado em busca de melhores condições de trabalho, explicitando a precariedade das remunerações, o controle indevido por meio dos

² O serviço doméstico não foi classificado como essencial e a orientação era que se adotasse a quarentena. No entanto, a empregada doméstica Mirtes Renata Santana teve que seguir trabalhando, necessitando, com o fechamento das escolas, levar o filho consigo. A contratante da mãe, Sarí Mariana Gaspar Hacker Corte Real, ficou cuidando de Miguel Otávio Santana, enquanto a empregada levava o cachorro de estimação para passear na via pública próxima ao condomínio. Sarí deixou o menino de 5 anos sozinho no elevador, o que resultou em sua morte por conta de queda do nono andar do edifício de luxo conhecido como Torres Gêmeas, em Recife. Sobre a articulação entre trabalho doméstico e o racismo Judith Karine Cavalcanti Santos (2010) escreve a dissertação *Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil*.

³ Uma análise das recentes mobilizações foi realizada por Helena Wendel Abramo (12 de junho de 2020) em <https://teoriaedebate.org.br/2020/06/12/jovens-da-periferia-no-centro-da-cena-politica/>.

bloqueios arbitrários, assim como a ausência de suporte e proteção frente à COVID-19. O que está no centro da crítica é o que, nos Estados Unidos denominam como Gig Economy⁴ e no Brasil foi traduzida como “economia de bico”. Os sindicatos e as mobilizações não são novidade no mundo, nos Estados Unidos, já em 2016, houve atos e processos judiciais contra a precarização, encabeçados em um movimento que unia enfermeiros e profissionais do ramo hoteleiro no “Fight for US\$15”.

No Brasil, também em 2016, os motoboys que trabalhavam para o aplicativo Loggi se manifestaram contra a nova forma de remuneração por entrega que havia sido implementada pela empresa e que aumentava a porcentagem de ganho sobre o trabalho deles. O número de entregadores teve ampliação maciça nos últimos anos e, principalmente, durante a pandemia. Para serem remunerados, a maior parte dos entregadores opta por tornar-se um Microempreendedor Individual, ou seja, abrir uma MEI, figura jurídica criada durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva como proposta para formalização de trabalhadores informais de baixa renda.

O movimento dos Entregadores Antifascistas, formado durante a pandemia e muitas vezes representado publicamente por Paulo Lima, o “Galo”, tem apontado que a maioria dos entregadores não se identifica com a categoria “trabalhador”. Os Entregadores Antifascistas se apresentam enquanto “movimento de base”, sem líderes formais e nem associação a partidos e sindicatos. Novamente, observa-se que mesmo reivindicações populares que adotam o formato de greve, buscam se desatrelar das instituições partidárias, muitas das quais tiveram as imagens duramente desgastadas desde o “escândalo” do mensalão em 2005⁵ e da Operação Lava Jato com início em 2014.

⁴ Inicialmente, consistia na criação e realização de trabalhos complementares e temporários, mas hoje se consolida como trabalhos de período integral, nos quais, a mediação dos aplicativos é feita de modo que não se enquadre em nenhum vínculo empregatício formal. Autores (POCHMANN, 2016; ABÍLIO, 2017; 2019) se referem ao processo como uberização do trabalho: perpetua-se a ideia do “parceiro”, colaborador “just-in-time” ou, como preferem ser reconhecidos, dos microempreendedores que contam com poucos ou nulos auxílios das empresas-aplicativos para as quais prestam serviços. Um dos marcos de legalização e ampliação do processo nas periferias foi a lei sancionada por Michel Temer em 2016, cujo nome era “Salão parceiro – profissional parceiro” que desobrigava proprietárias(os) de salões de beleza a reconhecerem o vínculo empregatício de manicures, depiladora(e)s, cabelereira(o)s, barbeiros, maquiadora(e)s e esteticistas. Para a(o) proprietária(o) havia a responsabilidade de prover a infraestrutura, que depois se torna a tecnologia de mediação, e os “parceiros” executariam seu trabalho de acordo com a necessidade ou demanda.

⁵ Luis Felipe Miguel e Aline de Almeida Coutinho escrevem em 2007, *A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais*, explicitando a intencionalidade por trás desse desgaste por meio da análise da cobertura do mensalão nos jornais.

O fato é que, diante de um futuro de curto e longo prazo com diversas incertezas, coexistem na sociedade o anseio pela mudança social, acompanhado do grande desejo de retorno ao que se considerava como normalidade. Tais caminhos parecem opostos, visto que a tensão cresce diariamente e o perigo de desmoronamento das amarras democráticas exige reações imediatas. As ameaças de Jair Bolsonaro⁶ ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso, assim como a displicente condução da crise da pandemia, levam a consolidação de uma oposição que inclui diversos espectros políticos do Brasil. Os discursos emergentes traduzem as novas formas e concepções sobre participação social, assim como a diversidade de atores que pautam a transformação social no Brasil.

Declarando atuar nas lacunas do Estado, mas também com influência sobre os novos paradigmas de gestão pública, estão os empreendedores sociais, que surgem na cena política com força também a partir das Jornadas de Junho de 2013. Exemplos disso são encontrados durante a própria pandemia na forma dos negócios sociais que tomaram a frente produzindo informação sobre e para a periferia, organizando a distribuição de alimentos, estimulando o pequeno comércio local: usando da tecnologia e inovação para atuar em relação aos problemas sociais. O empreendedor social é concebido como indivíduo que, em consonância com as novas retóricas neoliberais de responsabilidade social, irá atuar em prol da transformação projetando a formação de indivíduos, empresas e governos com competências como flexibilidade, autonomia, performance e liderança (CASAQUI, 2015).

Ao mesmo tempo, as estratégias de mobilização nas ruas e a autogestão diante da pandemia nas periferias de Paraisópolis e Heliópolis, também são exemplos de influência ativa da militância e dos movimentos sociais. A identidade militante tem variações históricas e divide pesquisadores quanto a sua definição. No interior da Psicologia Política, a militância é relacionada à coletividade, luta e engajamento pautados pelos movimentos sociais e partidos políticos. Os movimentos sociais são analisados e caracterizados por elementos de ordem

⁶ O atual presidente do Brasil é Jair Messias Bolsonaro, cujo mandato teve início em janeiro de 2019. Elegeu-se à presidência pelo Partido Social Liberal, do qual saiu em novembro de 2019 para fundar o próprio partido. É capitão reformado do exército brasileiro e foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018. Um aprofundamento sobre o atual presidente é feito no artigo de Ronaldo Almeida (2019) *Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira*. A hipótese apresentada pelo autor é de que uma parte significativa desse segmento religioso compõe, de diferentes maneiras e intensidades, o processo social mais amplo que tem sido denominado no debate público nacional e internacional como uma onda conservadora, cujo desdobramento mais recente foi a eleição, em 2018, de um presidente com retórica de extrema direita.

política - ações coletivas, estruturadas, marcadas pelo conflito, com estratégias comuns, que buscam mudanças sociais- e de ordem psicológica- conjunto de crenças coletivas, valores compartilhados e sentimento de injustiça (CORREA e ALMEIDA, 2012). No entanto, há também análises recentes que apontam a militância como uma forma de engajamento e luta que envolve valores como disciplina, centralização e heteronomia, valorizando as novas formas de atuação traduzidas pelo ativismo (SALES; FONTES; YASUI, 2018) que apresentam características próximas àquelas valorizadas no discurso empreendedor.

É a partir desses cenários que a presente pesquisa se consolida e que questões e contradições sobre juventude, empreendedorismo, militância e periferia se desenham. Minha trajetória, que inclui a graduação e mestrado em Psicologia na Universidade de São Paulo, levou-me a sempre combinar nas pesquisas aspectos objetivos e subjetivos, tentando compreender a relação entre ambos, mas colocando em principal evidência as sutilezas envolvidas no campo micro ou individual.

Vou ao encontro de Benjamin (1986) que em suas *Teses sobre o conceito de história* afirma que uma das tarefas do historiador materialista histórico é estar atento às sutilidades e delicadezas envolvidas na luta de classes. Assim também aponta Martin Baró (1998) em relação ao compromisso do psicólogo latino-americano: ao mesmo tempo em que deve se pautar nas condições materiais e objetivas que produzem e reproduzem desigualdade, humilhação social e violência cotidiana, também deve se ater aos aspectos mais sensíveis das experiências cotidianas, dos movimentos sociais e da luta política. Deve-se encontrar na delicadeza das relações, assim como na concretude das determinações econômicas e sociais, um balanço que colabore para uma leitura mais crítica da realidade, assim como, para a transformação de tal realidade.

Trago como epígrafe da presente dissertação, Eduardo Galeano (2007) com *Celebração das Contradições/2*. Ali ele faz referência a Elegguá⁷, deidade que evidencia as ambiguidades das perdas e encontros, das promessas e ameaças existentes no real horroroso e maravilhoso da América. Elegguá compõe a mitologia iorubá, sendo os iorubás um dos maiores grupos étnicos-

⁷ As divindades ganham interpretações diversas ao longo da diáspora negra. No entanto, é possível estabelecer correspondências, como é o caso de Elegguá que no Brasil seria conhecido como Exú, guardião das encruzilhadas. “Exu-orixá será aqui lido como um princípio explicativo de mundo, assente na cultura iorubana e transladado na diáspora. O mesmo fundamenta os princípios e potências concernentes a linguagem, suas dinâmicas e atos criativos. Segundo as narrativas de alguns praticantes do candomblé, Exu compreende-se como o linguista e tradutor do sistema mundo. É concedido a ele a proeminência de toda forma de enunciação e diálogo” (RUFINO, 2016, p. 56).

linguísticos da África Ocidental. De acordo com Ribeiro (1996) a linguagem cotidiana dos iorubás é extremamente rica em metáforas por conta de sua tradição oral e do valor dado à palavra e à narrativa nestes grupos. A metáfora e a narrativa representam a capacidade de lidar com as contradições e com as questões relacionadas ao sofrimento humano.

Tais questões foram estudadas por autores contemporâneos que se apoiaram em referenciais psicanalíticos para identificar determinações inconscientes, muitas vezes separando-as e opondo-as ao campo da consciência humana. No entanto, contradizendo tal perspectiva, Lacan (1998) afirmará que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. “O inconsciente é um conceito forjado no rastro daquilo que opera para constituir o sujeito. O inconsciente não é uma espécie definida na realidade psíquica pelo círculo do que não tem o atributo (ou a virtude) da consciência” (p. 844). O interessante de tal observação é a compreensão de que o inconsciente também funciona sob uma ordem- a ordem da linguagem- e essa, justamente, comporta e é construída a partir da ambiguidade, da contradição e da falta.

Galeano afirma que “A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia (p. 123)”. Na atual pesquisa o tema da identidade é central, e procuraremos abordá-la em seu aspecto de movimento e não de rigidez (CIAMPA; 1984; BUTLER, 1993; MISCHÉ, 1997; MELUCCI, 2004; HALL, 2005), sendo uma construção discursiva que se funda na necessidade de reconhecimento humano. Celebração das Contradições também diz respeito a uma outra concepção de memória e história que será referencial dessa pesquisa. Segundo ela, os caminhos e destinos são conformados e transformados pelas contradições do passado: por meio do movimento de retorno e de narração podemos ensejar a construção de uma nova história.

Para cumprir com os objetivos acima descritos de construção de uma pesquisa que conecta aspectos objetivos e subjetivos e contribui para a construção de caminhos de resistência, busco trazer dados secundários sobre a juventude periférica no Brasil junto às narrativas individuais de alguns dos sujeitos a quem esses dados se referem. Por não se tratar da realidade em que cresci, mas só daquela que tangenciou minha vida nos retornos com meu pai a casa de minha avó, tias e primos em São Miguel Paulista, assim como em todos meus trabalhos em Heliópolis, busco honrar as memórias e narrativas, não tomando posse de palavras que não são minhas, mas as referenciando e agradecendo desde o início àqueles que dialogaram comigo durante toda a realização da pesquisa e colaboraram com suas palavras e sugestões. Considero que a construção de conhecimento só é possível por meio de uma incansável troca e

da concepção de estudos críticos e dialéticos, nos quais a posição da pesquisadora não é negligenciada.

A dureza e beleza da realidade nas favelas foi profundamente transmitida nos escritos de Carolina Maria de Jesus, que em *Quarto de Despejo* (1994/1960), expressa:

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade (p. 29).

E, por muitos seguirem negligenciando tal realidade e preferindo construir projetos políticos que não se relacionam ou ignoram a juventude periférica brasileira que ainda se faz necessário pesquisar e construir estudos como o presente.

1.1. Construindo uma pesquisa crítica

A construção de um pensamento crítico latino-americano comprometeu os pesquisadores com o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a realidade de tal região. A contextualização apresentada evidencia que a presente pesquisa está ancorada na atual realidade brasileira e pretende-se desenvolver enquanto estudo crítico. Paulo Freire (1996), Martin-Baró (1999, 2003, 2004) e Orlando Fals-Borda (1987, 1978) incentivavam um pensamento livre e fronteiriço, que navega entre saberes e disciplinas diversas e centraliza o conhecimento que advém dos sujeitos que vivem as realidades estudadas. Considera-se também que a distinção entre a teoria tradicional e crítica desenvolvidas no interior da Teoria Crítica da Sociedade (HORKHEIMER, 1980) apoiam a construção de uma interdisciplinaridade como labor cooperativo, no qual as ciências abstratas e filosofia entram em entendimento com as empíricas. A principal marca das pesquisas críticas são, portanto, a busca de transformação social e um fazer interdisciplinar, que coloca em um labor cooperativo ciências diversas. Os estudos em memória e identidade (ANSARA, 2008, 2012, 2014; NAUJORKS E SILVA, 2016; OLIVEIRA; 2019; CIAMPA, 2002; CIAMPA e LIMA, 2017) se enquadram nos estudos críticos, articulando diversas áreas do conhecimento para analisar as dimensões complexas do fenômeno estudado. A construção do conhecimento e da ciência deve estar articulada e referida às estruturas do mundo cotidiano, pois é nesse mundo e nessa cultura que também estão imersos o pesquisador, a academia e a universidade.

É possível encontrar uma literatura ampla acerca do engajamento militante na juventude brasileira, (SEIDL, 2009, 2014; RUSKOWSKI E SILVA, 2010, 2016; PINTO, 2012), do

empreendedorismo na juventude (SALGADO, 2012, 2013; BETONI; 2014; TOMMASI, 2014; TOMMASI e CORROCHANO, 2020) e do sujeito periférico (D'ANDREA, 2013; NASCIMENTO, 2011). Na atual pesquisa, busco articular os temas juventude periférica, empreendedorismo e militância, partindo de estudos prévios que apontam o empreendedorismo como discurso em crescimento entre a juventude brasileira, combinado a uma retórica do sucesso. Paralelo e em diálogo com tal crescimento, observa-se também um amplo grupo de jovens periféricos no interior dos movimentos sociais e culturais, valorizando a coletividade, a luta e a política. Como é possível então que tais discursos e identidades coexistam? Existe um ponto de convergência entre a identidade militante e empreendedora? Elas são necessariamente excludentes? O discurso liberal funda novas formas de mobilização? As identidades são incorporadas ao neoliberalismo?

Tendo como pano de fundo as questões acima elencadas, parto de revisões bibliográficas acerca dos conceitos de memória, identidade e discurso por meio de campos diversos do conhecimento, buscando dar conta dos seguintes eixos: neoliberalismo, empreendedorismo, reconhecimento, juventude e periferia. Ou seja, busco constituir como ponto de partida o diagnóstico social do presente focado especificamente no contexto da juventude das periferias urbanas e, a partir de revisão bibliográfica, de consulta a dados secundários e da análise das narrativas sobre história de vida dos jovens, compreender como as identidades de militante e empreendedor se consolidam e se influenciam nesse contexto. A análise da narrativa de história de vida é feita a partir das diretrizes dos estudos de identidades que

devem seguir uma lógica negativa, ou seja: (a) estudar identidade deve ser mais do que uma descrição de características identificatórias, não sendo suficiente compreender só a história de um indivíduo ou de um grupo, sendo necessário apreender a não identidade; (b) estudar identidade é analisar os processos de individuação-socialização e/ ou alienação-emancipação, buscando compreender a sociedade e a política em que o indivíduo está inserido; (c) estudar identidade é identificar como ocorrem os modos de reconhecimentos dos indivíduos submetidos às (bio)políticas de identidades; (d) estudar identidade é procurar nas narrativas a expressão de fragmentos de resistência, de emancipação (CIAMPA e LIMA, 2017, p. 5).

Para cumprir tais eixos, realizei duas entrevistas semiestruturadas. A primeira com Laura⁸, jovem de Heliópolis que trabalha na formação de empreendedores na periferia. A segunda com Sérgio que, durante a juventude, iniciou uma marca de destaque em Heliópolis e

⁸ Utilizo nomes fictícios, porque não nos interessa aqui a identificação particular dos entrevistados. Conheci ambos enquanto trabalhava em Heliópolis e a participação na entrevista teve, anteriormente, uma contextualização da pesquisa e do tema. Foi feita uma entrevista semidirigida, cujo questionário está como apêndice ao fim da dissertação.

que, por meio da rádio comunitária e de seu programa Revolução Rap consolidou uma trajetória ampla de militância. As narrativas das entrevistas, assim como outras resgatadas da pesquisa-participante da pesquisadora e de autores como D' Andrea (2012), Nascimento (2013) e Sala (2020) são apresentadas durante os capítulos, buscando aprofundar os temas abordados.

No primeiro capítulo, resgato a pesquisa-participante realizada em Heliópolis em 2015-2017, de modo a contextualizar o surgimento das questões aqui apresentadas. Em seguida, busco construir um breve diagnóstico social que combina dados secundários, revisão bibliográfica e observações relevantes dos anos de trabalho em Heliópolis. No segundo capítulo, apresento os referenciais teóricos, centralizando os conceitos de memória, identidade, discurso e performance no interior de uma tradição pós-estruturalista e crítica de pensamento (BUTLER, 1993; BRAH, 1996; HALL, 2005). Em tal capítulo, também é apresentado o conceito de racionalidade neoliberal: uma compreensão do neoliberalismo não apenas como ideologia ou modelo econômico, mas como razão de mundo que configura identidades e discursos (DARDOT, LAVAL, 2016; HARVEY, 2005).

O terceiro capítulo trata de juventude no Brasil, percorrendo o estabelecimento do conceito de juventude e suas particularidades em nosso contexto. Busco resgatar a constituição da juventude periférica a partir das concepções de periferia e de sujeito periférico (D'ANDREA, 2013, 2020). Realizo então, uma análise da consolidação da juventude periférica como identidade e das mudanças e questões incorporadas por meio dos movimentos culturais e das políticas de identidade, levando a uma reflexão sobre os perigos das identidades enquanto normas regulatórias e do esvaziamento do campo político das diferenças.

No quarto capítulo, realizo uma análise da desconstrução do mundo do trabalho e dos mitos sobre o Estado que justificariam ser o ator privado independente o mais habilitado a mover a economia, promover o bem-estar coletivo e as mudanças sociais. Esclareço como o empreendedorismo se estabelece entre a necessidade e o sonho, e como a flexibilidade e a autonomia se tornam competências socioemocionais centrais, as quais vão ao encontro das identidades periféricas. Também analiso a “justiça meritocrática” atrelada à prescrição de condutas como parte do discurso da Teologia da Prosperidade promovido pelas Igrejas Neopentecostais.

O quinto capítulo trata do empreendedorismo social como tentativa de conciliação entre o empreendedorismo e o engajamento social. O empreendedor social é concebido como indivíduo que, em consonância com as novas retóricas neoliberais de responsabilidade social,

irá atuar em prol da transformação projetando a formação de indivíduos, empresas e governos com competências como flexibilidade, autonomia, performance e liderança. Nesse mesmo capítulo, introduzo os estudos sobre militância política, apresentando as crises transmitidas pelas narrativas dos entrevistados; mas revelando dimensões das experiências militantes que permitem rebater as críticas advindas daqueles que a concebem apenas como doutrina de disciplina e obediência.

As reflexões construídas levam às considerações finais que destacam que, apesar do enfraquecimento da categoria trabalhador, o trabalho segue sendo eixo estruturador na vida do jovem. A ascensão do discurso empreendedor e a precarização a ele relacionada precisam ser confrontadas por políticas públicas voltadas à definição e consolidação do trabalho decente para a juventude. As entrevistas e revisão de literatura apontam para a complexidade na formação da juventude periférica e a sua potencialidade na revelação dos mecanismos de poder e controle. Frente às novas identidades políticas e discursos sobre a transformação social, aponto ser essencial preservar os aspectos disruptivos e transgressores que estão nas bases dos movimentos sociais, de modo a não esvaziar os sentidos políticos da diferença e da luta por igualdade.

2. Entre empreendedores(as) e militantes: juventude em Heliópolis

“O mundo é diferente da ponte para cá” já diziam os Racionais Mc’s acerca da realidade da periferia paulistana. O trecho refere-se a ponte que cruza a marginal na zona sul da cidade, mas se aplica também ao Viaduto Almirante Delamare e a Ponte do Sacomã que adentram a Estrada das Lágrimas e a Avenida Delamare e demarcam as extremidades da Cidade Nova Heliópolis. Heliópolis é uma periferia urbana, também localizada na zona sul da cidade de São Paulo, onde atuei e sigo colaborando com os projetos relacionados a direitos humanos e educação democrática voltados à juventude.

Heliópolis é um território cuja história é marcada pela presença de vulnerabilidades sociais e violação de direitos, ao mesmo tempo em que é palco de diversas conquistas e de experiências de solidariedade. Segundo a Secretaria de Habitação, o bairro cresceu rapidamente tornando-se uma das maiores favelas da cidade (SEHAB, 2016)⁹. A população local vivenciou um processo intenso de urbanização e participou do desenvolvimento de uma trajetória exemplar de organização social, na qual a mobilização promovida pelas organizações comunitárias locais rendeu frutos e a reivindicação por projetos de intervenção urbana, cultural e educacional foi direcionada ao poder público (OLIVEIRA, 2019).

As lutas e a articulação entre os movimentos sociais, Organizações Não Governamentais, movimentos culturais e poder público tem despertado o interesse de muitos pesquisadores em realizarem seus estudos no território em parceria com a União de Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis em Região (UNAS), figura central que atravessou e colaborou para a realização de minha pesquisa-participante entre 2015-2017, assim como para o surgimento das questões aqui levantadas.

Por isso, busco, nesse capítulo, retomar relatos e dados da pesquisa-participante, assim como as experiências dos tempos de trabalho em Heliópolis que, combinadas aos dados secundários sobre juventude, constroem um cenário do presente da juventude periférica no Brasil, registrando de onde surgem as questões e a importância de abordá-las.

⁹ A Secretaria de Habitação produziu um estudo de caso no ano de 2016, para aplicação de um projeto piloto de desenvolvimento sustentável. Tive acesso ao documento físico durante o tempo de trabalho em Heliópolis.

2.1. Memórias e Resistências: violência de Estado e marcas ditatoriais

Entre os anos de 2015-2017, realizei uma *pesquisa-participante* (MONTERO, 2007) em um projeto de formação de oito jovens do território no campo dos direitos humanos, tendo como matriz central o resgate, compartilhamento e construção da *memória política* (ANSARA, 2008) dos moradores, movimentos sociais e anistiados políticos da ditadura civil-militar brasileira.¹⁰ Como coordenadora e pesquisadora, analisei o potencial do processo de construção da *memória política* protagonizada pelos jovens no re-estabelecimento de relações de *reconhecimento recíproco* (HONNETH, 2009) e no engajamento à participação política. Isso passava, centralmente, pela possibilidade de construir com esses jovens um espaço de escuta e compartilhamento de suas próprias experiências de violência a partir de uma ponte com o passado- por meio do contato com narrativas e memórias de violações, luta e resistência. A base de tal processo se dava na compreensão de que as condições de estabelecimento de uma ditadura não estão ausentes na sociedade e de que o resgate e construção da memória não consiste em perpetuação de sofrimento, mas sim em uma condição indispensável para compreensão do presente e constituição das identidades. Pois:

O neoliberalismo selvagem, a desindustrialização, a especulação financeira desenfreada, o desmantelamento do sistema de proteção social, o abandono das funções reguladoras do Estado, a explosão da dívida externa, nos conduzem às transformações estruturais impostas pela ditadura. Então, o recurso a memória não é apenas dos crimes que permanecem impunes, senão também, mais em geral, de herança estrutural deixada pela ditadura, da qual se aproveitaram os diferentes governos que a sucederam. O recurso a memória não é um luxo inútil, ou uma operação masoquista destinada a prolongar indefinidamente o sofrimento; é, justamente, seu contrário, consistindo em condição indispensável para tentar compreender o desastre atual e se orientar a um futuro menos calamitoso (GROPPO, 2002, p. 189).

A importância da constituição de tal projeto foi revelada na convivência cotidiana com os jovens como coordenadora do CEU, mas também se ancorou nos dados sobre a violência contra a juventude brasileira. Com morte e vida na cara, apresenta-se o Brasil, no mesmo país em que houve uma redução significativa da taxa de mortalidade infantil nas últimas décadas, chegando, em 2018, a uma taxa de 12,4 mil mortos a cada mil nascidos vivos (IBGE, 2018), ocorreu, durante os últimos 11 anos, o assassinato de 325 mil jovens de 15 a 29 anos (IPEA e

¹⁰ O subprojeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada* era parte de um projeto maior aprovado e financiado pelo edital das Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia¹⁰ e proposto pelo coletivo Margens Clínicas em parceria com a União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), professores do Departamento de Psicologia Social da USP e a gestão do CEU Heliópolis. Nele, esses jovens que atuavam como pesquisadores da memória local recebiam uma bolsa mensal e dedicavam cerca de 15 horas semanais para as atividades do projeto.

FBSP, 2018). Os dados evidenciam uma contradição essencial: o mesmo Estado que busca garantir condições de saúde e assistência para que as crianças não morram, tem dificuldades significativas para manter seus jovens vivos. Aprofundando-se mais, o mesmo Estado que diz proteger, mata: o Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo¹¹ revela índices muito expressivos de óbitos pelo que chamam de “morte por homicídios e causas legais”, que diz respeito a todas as ações policiais e militares.

A letalidade policial no Brasil aumentou em 19,6% de 2017 para 2018. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), a cada 100 mortes violentas intencionais (MVI) que ocorrem no país, 11 são de autoria da polícia. Em 2017, foram 5179 pessoas mortas por policiais militares e civis em serviço ou de folga; já em 2018, esse número cresceu para 6.220 pessoas.

Os dados indicam também que as vítimas de intervenções policiais são extremamente jovens, ainda mais jovens do que as vítimas de homicídios comuns. Enquanto jovens até os 29 anos representam 54,8% das vítimas de homicídio no Brasil, esta faixa etária concentra 78,5% das vítimas de intervenções policiais com resultado morte. Na faixa etária compreendida entre 20 e 24 anos é que se dá a maior parcela da vitimização por intervenções policiais, com 33,6% das vítimas neste estrato etário (FBSP, 2019, p. 59).

Criada durante o período da ditadura militar no Brasil, a Polícia Militar, como força ostensiva do Estado, usa da violência para coibir e controlar os grupos e indivíduos. Seu uso indiscriminado da violência resulta em feridas profundas no tecido social e o sangue que escorre continuamente dessas feridas é o sangue de homens (94%) e negros (75,5% das vítimas de assassinato em 2017 eram indivíduos negros). O Atlas da Violência 2019 nos permite ir ainda além nesse perfil: o homem jovem, solteiro, negro, com até sete anos de estudo e que esteja na rua nos meses mais quentes do ano entre 18h e 22h é quem tem maior probabilidade de morte violenta intencional no Brasil (IPEA e FBSP, 2019).

Utilizam-se técnicas de controle e extermínio contra aqueles que já são os que mais sofrem com as outras formas de exclusão por parte do Estado: “Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais

¹¹ O Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo foi solicitado pela Prefeitura Municipal de São Paulo durante a gestão do prefeito Fernando Haddad para traçar o perfil da juventude paulistana nas regiões de São Paulo e pautar as políticas públicas voltadas a esse público. Ele foi realizado em uma parceria entre o Instituto de Economia (IE), o Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho (CESIT) e o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O relatório final foi publicado em dezembro de 2014.

baixos do mercado” (BEGHIN e BENTO, 2005, p. 194). O Atlas da Violência confirma a determinação racial nas mortes violentas:

Outra questão que já abordamos em outras edições do Atlas da Violência é a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2018, p. 4).

Alegar desconhecimento dos dados já não parece ser o caminho adotado pelo Governo Federal e Estadual de São Paulo. Desde Geraldo Alckmin em 2012 com o famoso: “Quem não reagiu está vivo”¹², se referindo a uma chacina em Várzea Paulista, até Jair Bolsonaro quando declara que é “É doloroso ver um policial preso por causa disso, é um sinal que ele trabalha”, se referindo aos autos de resistência em sua campanha para aprovação do pacote anticrime; ambos produzem um discurso de legitimação em relação ao homicídio de jovens no Brasil. Ou seja, há um discurso que sustenta a desumanização desses corpos, o que permite que se exerça indiscriminada violência com formatos próximo às torturas. Os autos de resistência sempre funcionaram como uma proteção jurídica para não apuração dos assassinatos da Polícia Militar. A CPI presidida por Lindbergh Farias em 2016 já afirmava:

Homicídio por auto de resistência” é a classificação, nos registros policiais, dada às mortes de civis em confronto com as forças policiais. Essa categorização implica entender que aquela morte teria ocorrido porque o sujeito morto teria entrado em confronto com os policiais e que, assim, os policiais teriam agido em legítima defesa. Trata-se, portanto, da classificação que é aplicada nos Registros de Ocorrência nas Delegacias da Polícia Judiciária, tendo por informantes e testemunhas os próprios policiais que participaram lá do confronto. [...] Em um ambiente onde a omissão do poder público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo. De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade. Situações envolvendo a morte de jovens negros, sobretudo aquelas cujas justificativas da ação policial se apoiam nos chamados autos de resistência.¹³

Carvalho (2006) já apontava que a entrada da ideologia de guerra às drogas e ao crime na América Latina funciona como uma justificativa para um estado de exceção permanente, ou

¹² Em 2012, a Rota matou 9 supostos bandidos em uma troca de tiros em Várzea Paulista, São Paulo. A perícia concluiu que todas as mortes se enquadravam nos homicídios por auto de resistência, apesar das inconsistências no processo. Geraldo Alckmin, na época governador do Estado, declarou publicamente que “Quem não reagiu, está vivo!”. Em diversas falas públicas durante seus mandatos, ele declarou apoio incondicional à Polícia Militar utilizando-a como força coercitiva contra manifestações e reuniões dos movimentos sociais.

¹³ Trecho do Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) presidida por Lindbergh Farias sobre o Assassinato de Jovens em 2016.

seja, para a consolidação do exercício contínuo da violência ilegal. Essa mesma perspectiva já era apontada por Martin-Baró (1988) para exemplificar como certas ideologias relacionadas à guerra provocam polarização social, institucionalização da mentira e generalização da violência. A contínua prática de ações violentas ilegais e sua posterior legalização e legitimação por meio de discursos e documentos como os citados acima incidem nas relações de confiança, desgastando o tecido social.

Os estudos que abordam o trauma político e psicossocial gerados pelos regimes ditatoriais têm enfatizado as violações sistemáticas dos direitos humanos nas últimas décadas na América Latina e revelam que as violações continuam a ser praticadas em contextos democráticos (LIRA e CASTILLO, 1993). No caso brasileiro, como aponta Ansara (2008), os legados da ditadura militar ainda permanecem na sociedade, sobretudo porque a estrutura policial continua igual à do período militar: a polícia continua utilizando práticas violentas contra a população e agindo com preconceito contra negros e pobres, considerados quase sempre como “suspeitos”. O uso de torturas e espancamentos por policiais, além do abuso da autoridade policial com ameaças, constrangimentos e agressões físicas são recorrentes.

Por meio da pesquisa-participante, foi possível constatar que a violência de Estado permaneceu após a transição democrática brasileira tomando novas formas como o genocídio e a exclusão, que ainda trazem marcas dos períodos ditatoriais. Isso ficou evidente tanto pelas narrativas dos jovens, quanto pelas entrevistas com moradores de Heliópolis que revelavam que a maioria sequer identificava a transição democrática como um marco de transformação em termos de violência no território. Ainda no final da década de noventa, Heliópolis era um dos territórios mais violentos da cidade, ainda se lutava por moradia, educação e condições básicas de vida.

2.2. Percursos pelo empreendedorismo e militância

Uma das observações também advindas da pesquisa-participante (Oliveira, 2019) foi em relação a um dos jovens pesquisadores que passou a trazer, cotidianamente, o tema do *coitadismo* quando dialogávamos sobre a questão da desigualdade de oportunidades. Ele dizia que, mesmo as lideranças do movimento negro, só alcançaram o que alcançaram porque não se faziam de vítimas: dava o exemplo de Zumbi e Marthin Luther King como duas pessoas que iam à luta, e ignorava o aspecto coletivo da mobilização. Foi sempre muito difícil acessar a trajetória de vida desse jovem, que inicialmente relatou uma série de violências policiais que havia vivido, mas que, ao final, encadeava discursos que defendiam tais ações.

Ele apontava que nem todos jovens se interessavam por projetos como aquele, por isso nem todos alcançariam o que ele estava alcançando e, de certo modo, buscava assim valorizar e reforçar a própria condição de mobilidade social. Falava no desejo de ser patrão e empreendedor, como oposto a subordinação existente em ser empregado. Ele lia incessantemente temas relacionados à economia no Youtube e em sites direcionados por grupos de Facebook, e um dos primeiros argumentos que começou a adotar foi acerca da não existência de nenhum partido de direita no Brasil que representasse um projeto econômico liberal. Assim, dizia que tanto o Partido dos Trabalhadores (PT) quanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) representavam a esquerda no Brasil.

Infelizmente, seu discurso foi avançando para posições muito mais agressivas e violentas até o final do projeto, culminando, poucos meses depois, em sua entrada para grupos de extrema direita e uma adesão ao Partido Social Liberal (PSL), no qual tem participação ativa e direta, inclusive no conhecido “gabinete do ódio”. Foi dentro da Universidade de São Paulo que o jovem participou das primeiras reuniões do Direita SP (que atualmente se auto intitula Movimento Conservador), coletivo que despertou seu interesse nos diversos “reviscionismos históricos”, levando-o a uma descrença sobre a existência da ditadura no Brasil e da tortura, ou seja, refutando tudo que, poucos meses atrás, havia estudado e compartilhado no projeto. Com influências do Movimento Brasil Livre, tais grupos se definem enquanto construtores de ativistas políticos que buscam acabar com a corrupção e aumentar a eficiência da gestão pública.

O primeiro discurso que tal jovem adotou e que cresceu significativamente a minha volta, inclusive no interior dos movimentos sociais, foi referente ao empreendedorismo. O empreendedorismo tinha diferentes conotações, mas, de modo geral, parecia estar relacionado à possibilidade de ter seu próprio negócio (ser dono), não ter um contrato formal e montar sua própria rotina de trabalho. Esse discurso era acompanhado da ideia de mérito, pois se dizia que todos podiam empreender, independentemente de outras instâncias de poder, assim, a mudança do indivíduo dependia somente de sua própria força de vontade e de sua capacidade de inovação.

Nos anos de 2015 a 2017, a Prefeitura de São Paulo e diversas outras empresas privadas e fundações procuraram constantemente o CEU para oferecer formações que tocavam no tema do empreendedorismo e da inovação. O termo passou a ser utilizado inclusive no interior dos projetos de Economia Solidária. O discurso acerca do empreendedorismo social foi alavancado por meio do Laboratório de Fabricação Digital Público (Fab Lab Livre SP), implantado durante

a gestão petista de Fernando Haddad. Os jovens contratados como estagiários da FabLab, passavam por formações em que a proposta central era sempre a busca de soluções para problemas da comunidade por meio do uso das tecnologias e o incentivo à incorporação de aplicativos e softwares. Alguns termos eram recorrentemente empregados: empreendedorismo social, inovação e cultura maker. Julia Salgado (2013) em *Cultura empreendedora nos discursos sobre a juventude* afirma:

Interessa, em especial, compreender que essa nova lógica de livre circulação de capitais, pessoas e informações necessita de transformações paralelas nos valores e nas práticas do indivíduo, constringido a adaptar-se ao novo modelo neoliberal. Sobre esse sujeito contemporâneo incidem novas racionalidades e práticas de governo da conduta que prezam não apenas liberdade, mas também autonomia, performance, flexibilização, empreendedorismo e responsabilização individuais (SALGADO, 2013, p. 196).

A autora dirá que o empreendedorismo juvenil foi reforçado por retóricas midiáticas como resposta às demandas por sucesso pessoal e como solução ao problema do desemprego estrutural. Em 2017, a Fundação Perseu Abramo já desenvolvia pesquisas que evidenciavam que o discurso do empreendedorismo se ampliava nas periferias com diferentes conotações, mas era indissociável à precarização do trabalho, relacionando-se à extensão de jornada e à ausência de vínculos empregatícios formais:

A pesquisa [Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo](#) identifica o ideal de empreendedorismo presente na população residente na periferia de São Paulo. Apontado como um dos resultados gerais, no item 4 da página 23: “Muitos desejam ser empreendedores e utilizam como justificativa as ideias de não ter mais patrão, ter mais flexibilidade para gerir o próprio tempo, poder abrir o próprio negócio para trabalhar perto de casa, além da possibilidade de deixar patrimônio e herança para a família”. E, na página 27, “a noção de empreendedorismo é muito presente em todas as narrativas, mas aparece em um duplo significado: 1. Como sinônimo de empresário (ser empreendedor é ser patrão) e como produzir algo de forma autônoma” (BOKANY, 5 de abril de 2017, disponível em <https://fpabramo.org.br/2017/04/05/empreendedorismo-trabalho-autonomo/>).

Outras pesquisas mais antigas já correlacionavam a questão do sofrimento no campo laboral com o aumento dos discursos sobre inovação e empreendedorismo, inclusive no interior de empresas (TITTONI e NARDI, 2011). Em ambas pesquisas, a questão da não regulamentação do trabalho aparece como central: disfarçada pelo discurso acerca da gestão do próprio tempo, se consolidava a flexibilização da vida em prol das novas e inúmeras demandas trazidas pela empresa ou mesmo pelo próprio negócio.

Desde o final de 2014, vivemos tempos de fortes turbulências políticas, crises e desmontes no Estado. Concomitantemente, é possível observar um cenário de embrutecimento e legitimação das ações violentas do Estado no Brasil, assim como um enorme crescimento do desemprego entre os jovens de 18-24 anos, coincidente com a diminuição na média de idade de

ingresso no mercado de trabalho por meio da informalidade, e o aumento da idade média de obtenção do primeiro vínculo formal de trabalho. A pesquisa *Juventude e Trabalho: Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem-Nem?* da Fundação Getúlio Vargas (NERI (Coord), 2019) por meio da análise dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) revelou que os jovens foram os maiores perdedores de renda do trabalho nos últimos cinco anos:

O começo da piora destas variáveis vem do quarto trimestre de 2014, logo após o segundo turno do pleito presidencial, e persiste na piora da desigualdade de renda até pelo menos o segundo trimestre de 2019. A PNADC revela que os jovens são os maiores perdedores desse interregno de retrocessos trabalhistas. Enquanto outros grupos tradicionalmente excluídos - como: analfabetos, negros e moradores das regiões Norte e Nordeste - apresentam reduções de renda pelos menos duas vezes maior que a da média geral nesse período, a perda foi 5 e 7 vezes mais forte para jovens entre 20 e 24 anos e os jovens adolescentes, respectivamente. Não por coincidência, aqueles que ocupam a posição de filhos na família – posição associada aos jovens - também perdem quatro vezes mais que a média (p. 5).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE, 2019) já revelava 7,337 milhões de jovens entre 18 e 24 anos subutilizados (que estavam desempregados, desistiram de procurar emprego ou tinham disponibilidade para trabalhar por mais horas na semana), o maior número já registrado desde que a PNAD começou a ser apurada em 2012. Destes, 4,26 milhões estavam desempregados ou em busca de uma colocação, levando a uma taxa de desemprego entre esse grupo de 27,3%. Esse cenário se mostra ainda mais desesperador para o jovem, periférico, já que a mesma pesquisa revelou que, entre os jovens, a renda da metade mais pobre caiu - 24,24% contra - 14,66 % da média geral. A taxa de desocupação entre os jovens de 15 a 29 anos no Brasil salta de 13,1% em 2012 para 16,1% em 2015, escalando para 22,2% em 2019 (BRASIL, 2019); nesse contexto se fortalece ainda mais o empreendedorismo. “Segundo a pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor)¹⁴, o percentual de empreendedores na faixa etária entre 18 e 24 anos estaria aumentando constantemente desde o ano 2000 até chegar, em 2018, a 22,2% do total” (TOMMASI; CORROCHANO, 2020, p. 359).

A taxa de participação dos jovens (de 15 a 24 anos) na força de trabalho vem diminuindo desde 1999; nessa nova realidade começa-se a falar amplamente sobre os nem-nem, jovens que nem trabalham e nem estudam. No caso brasileiro, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2018) apontava uma taxa de 23% dos jovens nessa condição. No entanto, é

¹⁴ O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é executado no Brasil desde o ano 2000 pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) em parceria com o Sebrae.

essencial fugirmos do estereótipo que foi sendo amplamente difundido sobre essa categoria, atrelando “preguiça” ou “imobilidade”, ou seja, responsabilizando o jovem por tal condição. Assim os “nem-nem” são melhor descritos como “sem-sem”. Tommasi e Corrochano (2020) apresentam que:

ainda que os dados mais recentes evidenciem alterações na importância relativa de escola e trabalho nas duas últimas décadas, com ampliação significativa da presença do sistema educacional entre as jovens gerações, o trabalho e a busca por trabalho são realidades presentes nas trajetórias de um conjunto significativo delas e delas: 38,1% dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos trabalhavam e 11,6% estudavam e trabalhavam no Brasil em 2019, sendo essa presença ainda mais intensa a partir dos 18 anos, para jovens de todos os segmentos sociais² (Brasil, 2019) (p. 353).

O relatório produzido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) *Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?* (NOVELLA *et al.*, 2018) também esclarece que

Embora o termo nem-nem possa induzir à ideia de que eles são ociosos e improdutivos, a realidade na América Latina e no Caribe é outra: 31% dos jovens pertencentes a esse grupo estão procurando trabalho (principalmente os homens), mais da metade, 64%, dedicam-se a trabalhos de cuidado familiar (principalmente as mulheres), e quase todos desempenham tarefas domésticas ou ajudam nos negócios de suas famílias. Ou seja, ao contrário das convenções estabelecidas, este estudo comprova que a maioria dos nem-nem não são jovens sem obrigações, e sim realizam outras atividades produtivas.

Os nem-nem da região, portanto, são principalmente pessoas ocupadas que levam a cabo tarefas valiosas em seus respectivos entornos. São jovens mal classificados, pois, na verdade, muitos participam da força de trabalho (p. 3)

Os dados acima são anteriores à pandemia, porém, o relatório da OIT *Tendencias mundiales del empleo juvenil 2020* indica que a “crise pandêmica” levará a uma piora significativa da condição juvenil de trabalho. Isso significa mais contratos temporários, terceirização, aumento do trabalho não registrado (informal), ataque a salários reais e direitos “sociais” (saúde, educação, moradia). Os jovens sofrerão ainda mais com a falta de proteção social e jurídica. A proposta que recentemente tramitou vinda do governo federal foi a carteira de trabalho “verde e amarela” (MP 905), que desonerava os empregadores na contratação de jovens de 18 a 29 anos em postos com remuneração de até um salário mínimo e meio, pelo prazo de dois anos. A medida, caso aprovada, deixaria os jovens ainda mais desassistidos, facilitando a demissão sem justa causa e flexibilizando os direitos trabalhistas.

Para além da precarização no mundo do trabalho, desde o Impeachment de 2016, também ficou evidente a disseminação de discursos conservadores que, a partir da defesa da família tradicional, perpetuam o machismo e a LGBTQ+fobia. O avanço de tais discursos culminou na eleição do atual presidente que adota medidas autoritárias e desdenha da

Constituição de 1988, participando de atos em defesa da ditadura. Diversas análises tendem a concordar quanto a um processo de declínio da democracia neoliberal e de endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos via procedimentos democráticos (CASTELLS, 2018; RUNCIMAN, 2018). Nas recentes eleições na Europa, destacaram-se partidos de direita ou extrema direita, os quais, se não chegaram a vencer os pleitos, tiveram um bom desempenho nas urnas. Almeida afirma quanto ao Brasil:

Em uma tomada mais geral, conforme a crise no Brasil se aprofundou, prolongando-se aos dias atuais, ampliaram-se também as suas dimensões. Já não se trata tão somente de uma crise política, que em parte decorreu e é paralela à crise econômica, mas de algo também com implicações jurídicas (na medida em que está em jogo o pacto democrático consagrado na Constituição de 1988), societárias (uma vez que têm sido frequentes as fissuras nas relações interpessoais em parcelas da população) e culturais (posto que o jogo de forças tem levado a choques identitários, de valores e comportamentos) (ALMEIDA, 2019, p. 187).

É relevante dizer que o apoio a Jair Bolsonaro na região de Heliópolis e outras periferias de São Paulo foi acompanhado pelo aprofundamento dos discursos conservadores. Inicialmente, centralizavam-se os temas relacionados à criminalidade, como o chavão “bandido bom é bandido morto”. Com a divulgação das fake news e da *mamadeira de piroca*¹⁵ foram se revelando mais fortes os argumentos alinhados a uma moralidade cristã conservadora, propagada por membros do legislativo e executivo ligados às Igrejas Neopentecostais.

Tais discursos e ataques foram duramente recebidos pelas organizações já existentes nos territórios periféricos e que, há anos, alinham-se a valores progressistas e lutam por direitos. No caso de Heliópolis, mantem-se firme o grupo político centralizado na figura da União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), que abarca também jovens que se identificam como militantes políticos. Nos últimos anos, o movimento que tinha como centro a luta pela moradia passou a contar com divisões internas. Hoje a diferença é pauta central da luta e dá base para que se tenha no interior da UNAS o Movimento da Juventude, de Mulheres, Negro e LGBTQ+. Ou seja, as organizações identitárias se refletem no interior do movimento social e marcam também novas formas de organização.

A UNAS em parceria com a Prefeitura de São Paulo faz a gestão de mais de 20 equipamentos de educação infantil, contra turno e assistência social na região. Isso representava, ainda em 2018, mais de 500 pessoas, em sua maioria mulheres, trabalhando para

¹⁵ A polêmica da mamadeira de piroca tem início com o material distribuído ainda na presidência de Dilma Rousseff no projeto de combate à homofobia. O material foi atacado e atribuiu-se, já por meio da figura de Jair Bolsonaro, o nome de kit gay. A fake new relacionada era de que mamadeiras com bico de borracha em formato de pênis foram distribuídas em creches para combater a homofobia.

a associação. Até 2018, era claro que, no interior da organização, as tensões cresciam em relação aos novos modelos de engajamento político e a ideia e concepção de militância já consolidada e defendida pelas lideranças dos anos 1970. A identidade militante era amplamente difundida, e, todas as trabalhadoras e trabalhadores dos projetos passavam por formações políticas e eram convocados a participar de atos e mobilizações a nível local e municipal. Uma queixa central no interior do Movimento da Juventude era a falta de tempo: a militância, o trabalho, o lazer e os estudos não pareciam ser conciliáveis, e a militância era percebida como uma exigência em termos de disponibilidade, ou ainda, uma escolha importante que significava muitas renúncias.

O engajamento militante é estudado por Silva e Rukowski (2010) a partir do Levante Popular da Juventude, movimento forte e amplo que reúne jovens por todo o Brasil. Elas afirmam que:

o engajamento militante tende a se produzir a partir de um alinhamento entre experiências e reconhecimentos vivenciados nas distintas esferas de vida dos indivíduos com as experiências e reconhecimentos específicos da esfera da militância. Neste processo, criam-se tanto os vínculos interpessoais quanto os sentidos compartilhados sobre os quais se funda a identificação militante (p. 30).

Tal alinhamento, assim como os processos de reconhecimento estão em contínua construção, ou seja, em transformação. A identificação militante depende, portanto, que o jovem siga compartilhando dos sentidos difundidos pela organização, e, conforme pude observar, tais sentidos tinham choques geracionais e causavam complexos conflitos. Apesar dos conflitos, a consolidação de Heliópolis como uma referência em Educação Democrática e Organização Comunitária que segue se expandindo por meio das figuras da UNAS, evidencia que os valores relacionados à militância e a luta por meio dos movimentos sociais ainda se encontra viva e pulsante no território. Durante a pandemia de COVID-19, foram eles que lideraram toda a arrecadação para distribuição de alimentos, produtos de higiene e equipamentos de proteção na comunidade, além disso, produziram pesquisas por meio do Observatório De Olho na Quebrada¹⁶.

¹⁶ Por meio de uma parceria entre a UNAS e a Open Society Foundation criou-se o Observatório de Olho na quebrada, inspirado no projeto Memórias e Resistências, existem duas frentes de trabalho: i) coletas de dados e pesquisas quantitativas e qualitativas sobre temas como saúde, educação, cultura, lazer, equipamentos públicos, comércio, serviços e número de habitantes; ii) promoção do resgate, organização e preservação da memória de Heliópolis, fortalecendo a sólida história de lutas e conquistas dessa comunidade (<https://www.unas.org.br/direitos-humanos>)

O reconhecimento vivido no interior da organização parecia ser central para os jovens que conheci. Eles, em sua maioria, cresceram participando de projetos desenvolvidos e geridos pela UNAS e a descrevem como uma família. Laila Sala (2018) desenvolve uma pesquisa acerca de um projeto que iniciamos conjuntamente no CEU Heliópolis e que seguiu até o início de 2020, o *Junto e Misturado*. Resgato na presente pesquisa as entrevistas feitas ali, que focam principalmente o tema da juventude em Heliópolis. Entre elas está a feita com Reginaldo José, liderança do Movimento da Juventude, que está na organização desde 2000. Ele descreve a transformação que acompanhou enquanto educador da UNAS:

Ao longo desse processo de transformação e criação de oportunidade isso foi se modificando. A geração atual fala que mora em Heliópolis com orgulho, inclusive as pessoas até respeitam, acham legal, querem conhecer. Por mais que a mídia faça uma divulgação negativa, as pessoas conseguiram perceber que em Heliópolis tem alguma coisa diferenciada, essa organização, a articulação da população da comunidade trouxe benefícios, criou referências. Isso de você pertencer a um território, respeitar, ter orgulho, também era uma forma de agir que mudou das gerações anteriores para essa. Ninguém mais tem medo de falar que mora em Heliópolis (SALA, 2019, p. 19).

A luta coletiva da UNAS é entendida como produtora de referências na comunidade. Isso cria condições de reconhecimento: agora a maioria tem orgulho de viver em Heliópolis, de pertencer ao território. Para descrever especificamente a experiência do sentir-se periférico e a forma como isso se converte em uma identificação, D'Andrea (2013) parte do contexto urbano da periferia e dos significados a ela atribuídos a partir da década de 1990. O processo histórico de modificação, ampliação e construção de novos significados para periferia foi engendrado pela população periférica junto a seus intelectuais orgânicos, como é o caso de João e Genésia Miranda¹⁷, lideranças da UNAS. Tal processo de redefinição sobre quem era o morador da periferia refletiu na criação de um entendimento sobre a ocupação de uma posição urbana específica, gerando o pertencimento local: isso que Tiaraju denominou de uma consciência periférica (D'ANDREA, 2020). Tal consciência começa a emergir frente a dura realidade das políticas neoliberais e o aprofundamento da desigualdade ainda na década de 1990.

No entanto, essa consciência periférica também teve uma segunda origem e efeito: a ascensão dos movimentos culturais como mobilizadores locais, sobrepondo-se aos espaços políticos que antes eram ocupados pelos partidos, sindicatos, movimentos sociais e, inclusive, pela Igreja Católica e as comunidades eclesiais de base; e o abandono da categoria trabalhador

¹⁷ Para conhecer mais sobre a história de Genésia há um documentário produzido pela TV Cultura em 1994 “Retratos de Genésia” em <https://www.youtube.com/watch?v=O3qBmdUGUp0>

frente a de morador da periferia. Assim, nos deparamos com uma questão chave: a formação da identidade periférica se constitui a partir processos de reconhecimento vividos em meio aos movimentos culturais e, na origem, é acompanhada também pelo enfraquecimento da categoria trabalhador e pela expansão do discurso empreendedor.

Conforme podemos perceber, muitos dos processos brevemente expostos apresentam conexões e, permitem que, na realidade atual, jovens periféricos se identifiquem, conjuntamente, enquanto militantes e empreendedores. Por meio dos próximos capítulos, buscarei aprofundar a compreensão sobre a constituição e relação entre tais discursos e identidades na juventude periférica, de modo a refletir sobre os projetos de transformação social no Brasil e a expansão do empreendedorismo social.

3. Identidade, Discurso e Reconhecimento

No presente capítulo, apresento os referenciais teóricos essenciais para a compreensão da pesquisa e que dão sustentação à análise e à escolha das narrativas. Desenvolvo, a partir de autores e pesquisas prévias, os conceitos de e as relações entre: memória, identidade, discurso, performance, reconhecimento e racionalidade neoliberal. Tais articulações evidenciam que, para atingir os objetivos da pesquisa, será fundamental centralizar as narrativas e discursos dos jovens; incluir a análise sobre o contexto de emergência e transformação das identidades; observar os sentidos atribuídos às trajetórias de vida e às identidades; evidenciar as experiências de reconhecimento e as expectativas morais; e identificar significados atribuídos à militância e ao empreendedorismo pela juventude periférica.

3.1. Memória e Identidade

São diversas as terminologias cunhadas para tratar da memória: memória social, memória coletiva, memória histórica, memória pública, memória política, entre outras. Trata-se de um tema que perpassa o campo das ciências humanas e sociais, interessando à psicólogos, sociólogos, historiadores e filósofos. Maurice Halbwachs foi um sociólogo francês que se tornou um referencial nos estudos em memória. Ele escreve o livro *Memória Coletiva* (1950/1990) na primeira metade do século XX, e sua primeira publicação acontece em 1950, cinco anos após seu assassinato em um campo de concentração nazista.

Para o autor, a lembrança, mesmo que possa ser considerada como uma reminiscência do passado que pode ser acessada por um pensamento individual, nunca é efetivamente individual, pois é construída a partir das lembranças dos grupos sociais nos quais esse indivíduo está ou esteve inserido. Ele enfatiza que os grupos podem se tornar tão relevantes a ponto de que a história do grupo social de pertencimento passe a ser tratada como a própria história do indivíduo. A memória seria a reconstituição do passado e a reconstrução do presente a partir dela, fundando um presente em relação ao passado e um passado em relação ao presente. A lembrança não é uma cópia ou imagem fiel do passado, é uma produção discursiva que tece esse movimento do sujeito de posicionar-se e relacionar sua identidade com sua história. Nesse sentido, Halbwachs não apenas aponta a seletividade de toda a memória, mas fala em um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais; alguns pontos são selecionados, tanto pelos indivíduos quanto pelos grupos quando constroem suas memórias.

Pollak, sociólogo austríaco, desenvolve estudos acerca da memória e em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) irá abordá-la como campo de disputa, denominando a seletividade da memória como enquadramento. Diante do todo das imagens, selecionam-se, ignoram-se ou encobrem-se algumas delas: opera-se a dialética entre o lembrar e o esquecer. O autor estabelece uma relação entre memória e identidade, de forma a considerar que ambas são dependentes:

[as histórias de vida] devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre os acontecimentos-chave (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK, 1989, p. 13).

Para o autor, a memória influencia na forma de identificação do sujeito, ao mesmo tempo em que a construção identitária influencia o que será lembrado e os significados atribuídos às diferentes experiências. Isso opera tanto a nível individual quanto coletivo, ou seja, a memória de um grupo também será permeada pela identidade que esse grupo valida e legitima. Portanto, a memória é vista como fonte de referentes identitários. O passado é acessado sob a forma de lembranças, mas essas lembranças já foram atravessadas pelas experiências seguintes e pela atual identidade do sujeito, sendo também construções. Pollak afirma

que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fato extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro (POLLAK, 1992, p. 204).

Ele aponta três elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”; pessoas e personagens; e, por fim, lugares. Além disso, ele dirá que a memória é atravessada pelos esquecimentos, pelos lapsos, pelas deformações decorrentes tanto do trauma, quanto das novas identificações do sujeito. Segundo Pollak, a memória confere uma sensação de continuidade no tempo, tanto como ser em si, quanto em relação aos sentidos morais e psicológicos que o acompanham: produz-se sentido ao longo do tempo. Cristalizam-se valores e tradições a partir do pertencimento a um grupo e entende-se isso através de estados sucessivos do sujeito. Por fim, a memória produz o sentimento de coerência, como unificação dos elementos constituintes do sujeito. É na ação de narrar-se que

todos esses sentimentos vêm à tona, por isso, o elemento que une memória e identidade é justamente o discurso.

Souza (2014) irá pela mesma vertente, apontando que as identidades são construídas dentro do discurso, ou seja, que é discursiva/narrativa a formação de uma identidade, a qual se consolida a partir da falta inerente ao ser; busca-se a identificação com uma representação diante do Outro, por conta de uma ausência essencial. Dentro desse plano discursivo, a identidade funciona então como um arranjo entre os diversos discursos e práticas culturais a que os sujeitos são expostos, convocando-os a ocuparem lugares sociais. Esse arranjo não é fixo, o sujeito durante a vida pode se posicionar de maneiras distintas, mobilizando novas identidades. E esse posicionamento para a construção discursiva da identidade se justifica a partir do recurso à memória: volta-se ao passado para narrar-se e para descrever as diversas posições e discursos que atravessaram o sujeito e fizeram com que se identificasse da maneira presente. A memória é a identidade em ação e o sujeito narra a si mesmo por meio da memória:

Memória e identidade se juntam no discurso na medida em que ambas são construções discursivas. Ao narrar-se, o sujeito mobiliza seu arsenal de experiências; põe em ação tudo o que o constitui para construir uma narrativa de si e consolidar um novo Eu. Essa narração reorganiza as experiências e os significados, fazendo surgir um Eu ancorado nessa nova ordem (SOUZA, 2014, p. 116).

O processo de formação das identidades é discursivo, pois é no plano do discurso que as diferenças são estabelecidas e as posições sociais do sujeito são determinadas e assumidas. Bruno Groppo (2002) irá analisar a relação entre memória e identidade, apontando ser a primeira o principal fundamento da identidade tanto individual quanto coletiva, por meio dela dizemos porque somos o que somos. A identidade está em mutação e é fruto de um processo histórico que se apoia sobre a memória, por isso torna-se inevitável que tratemos de tal tema quando pretendemos realizar uma análise de identidades.

Porém, a narrativa das memórias não opera sempre como função espontânea e, para além disso, é muitas vezes prejudicada, sendo nesse ponto que necessitaremos entender a memória em seu aspecto de disputa. Quando se afirma que a memória é uma ação discursiva em construção no presente, ressalta-se que lembrar e narrar algo é dizer, ao mesmo tempo, o que e como se recorda, delimitando na recordação um momento específico e um certo tecido ou trama de sentido. Por isso, a força simbólica da memória está em seu caráter de produção de sujeitos, relações e imaginários sociais. Com isso, é possível atribuir-lhe um potencial de ser fonte de resistência, instabilidades e transformações, mas não somente pelo simples fato de lembrar ou esquecer certos acontecimentos, mas pelo seu poder de tensionar as versões

hegemônicas que imperam em uma determinada ordem social (PIPER-SHAFIR; FERNANDEZ-DROGUETT; IÑIGUEZ-RUEDA, 2013).

Blair (2011) em *Memórias y poder: (des) estatalizar las memorias y (des)centrar el poder del Estado*, defenderá que existe um poder político nas memórias subterrâneas e não institucionalizadas. Ela busca mostrar a importância de mobilizar a memória local, subterrânea e invisibilizada de forma que elas emerjam a superfície e possam tomar parte da memória histórica da sociedade. A autora afirmará que “a memória nos momentos mais calmos tem pouca visibilidade, e nos momentos de tensão e de crise, quando as identidades e pertencimentos se desestabilizam e desestruturam, ela adquire maior força e visibilidade (...) (p. 70). Portanto, as narrativas sobre e da juventude poderão conformar diferentes concepções e compreensões sobre as últimas décadas no Brasil. Podemos dizer que a crise dos últimos anos trouxe à tona denúncias graves de violência e causou uma tensão e polarização social e política, na qual, identidades e pertencimentos sofreram uma desestruturação. A emergência e ascensão das forças conservadoras fizeram com que a disputa entre memórias e narrativas ficasse mais evidente, e isso inclui dimensões diversas:

A ideia de lutas entre memórias, que se dão tanto a nível de práticas como de narrações ou discursos sobre o passado e que podemos dimensionar ou desagregar em três aspectos: lutas por “quem” (ou seja, lutas políticas entre diferentes atores sociais); lutas por “palavras” (ou seja, lutas semânticas, pelo sentido das palavras), lutas por símbolos (pela apropriação de símbolos nacionais, por exemplo) (MESSINA, 2019, p. 64)

Observaremos isso de maneira clara quando tratarmos das Jornadas de Junho de 2013, essenciais para a compreensão do atual cenário político brasileiro e que marcaram uma divisão semântica, simbólica e de atores políticos no Brasil. Também observaremos isso em relação aos revisionismos históricos e a apreensão de lideranças da ação coletiva como símbolos do empreendedorismo social.

3.2. Identidade, diferença e performance

Stuart Hall (2000) afirma que devemos deslocar a discussão da identidade para o campo da identificação, e trazer o plano discursivo para o centro, assim como o processo de subjetivação. Distante da concepção rígida, uniforme e desenvolvimentista de identidade (relacionadas ao Iluminismo), sua concepção vai ao encontro de algumas teorizações sobre a instabilidade do sujeito pós-moderno. Também tem como base concepções psicanalíticas com bases estruturalistas, que centralizam a linguagem e ressaltam o estatuto da falta, ou seja, uma

ausência primordial inaugurada pela linguagem, que exige ao sujeito identificar-se e produzir discursos que tamponam e provisoriamente encobrem essa falta simbólica. Para Hall, esse não é um processo estável, trata-se de um contínuo movimento, uma construção nunca fechada (afinal fechá-la significaria não desejar). Ele diz:

Por um lado, os discursos e práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que conduzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. (...) Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo alojada na contingência (HALL, 2000, p. 112).

O autor tratará a identidade como um trabalho discursivo, mas irá ressaltar a importância de, nesse processo, marcar fronteiras simbólicas definindo o que é deixado de fora (o exterior que a constitui). Ainda dirá que, na modernidade tardia, esse processo poderá incluir posições antagônicas, afinal, a identidade “negocia” com a própria trajetória e memória do sujeito; ela está, no momento do próprio discurso, se transformando. Hall (2000) se preocupa com o contexto em que os discursos são produzidos, ou seja, os regimes de representação “dentro do qual o discurso adquire significação, se constitui como plausível e assume eficácia prática” (COSTA, 2006, p. 86), não interessando o seu teor de verdade. Nesse sentido, podemos considerar as narrativas sobre trajetória de vida operam como uma negociação do sujeito em termos da sua identidade.

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. Não o retorno às raízes, mas uma negociação com nossas “rotas” (HALL, 2000, p. 108).

Nesse sentido, também irão Ciampa e Lima (2017), que, dentro da Psicologia Crítica, trabalham a partir das narrativas, promovendo um encontro entre a análise de discurso e o reconhecimento (HONNETH, 2009).

A ênfase dada na análise da narrativa de história de vida apresentada por Severina, participante da tese de doutorado defendida por Ciampa, em 1986, considerando sua subjetividade e interpretação singular sobre os mais diversos episódios experienciados ao longo de sua vida, apresentou para pesquisadores posteriores uma alternativa às críticas feitas aos perigos do uso das histórias de vida como dados que permitiriam a compreensão da “unidade do eu”, de uma identidade coerente e específica, tal como uma estrada, caminho, trajeto, como se fosse a expressão de uma série de acontecimentos sucessivos de ordem cronológica (p. 5).

Para Stuart Hall (2000), as identidades são mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída. A constituição de

identidades se estabelece muito fortemente pela diferenciação com aquele não é. Ele forma um objeto, um exterior, ela necessita daquilo que lhe “falta”. É sempre, fundamentalmente, um ato de poder. Nesse sentido, Hall tem como ponto de partida a ideia de Foucault de que o poder regulatório produz os sujeitos que controla e não é simplesmente imposto externamente, funcionando como o meio normativo pelo qual os sujeitos são formados. Isso não retira a agência do sujeito, o “eu” e o “nós” não desaparecem nessa teoria, mas foge-se de um essencialismo em que identidade é uma categoria fixa, unificada e já existente: ela é continuamente marcada por práticas culturais e políticas cotidianas.

Por isso, Hall (2000) centraliza a cultura como campo de análise, e aponta que o surgimento de novos sujeitos e identidades também acontecem por conta das transformações resultantes do histórico de lutas e reivindicações em torno do direito à existência de “diferentes diferenças”. Essas novas identidades também refletem os enfrentamentos entre setores dominantes e dominados, portanto, emergem dentro de relações de poder. Essas identidades, ao mesmo tempo que são produzidas a partir da cultura, também redefinem a cultura e alteram o equilíbrio da hegemonia cultural. Esse processo é contínuo e a cultura também é conformada a partir de negociações e enfrentamentos, interpretações e reinterpretações (SOUZA, 2009). É o caso do hip hop e de uma série de coletivos culturais emergentes a partir da década de 1990 nas periferias de São Paulo que inauguram novas identidades e que serão analisados nos próximos capítulos.

Avtar Brah (1996) também nos ajuda a entender a importância da ideia de diferença e da contradição do sujeito para pensar a identidade. A partir da análise dos movimentos negro e feminista britânicos, ela constrói a reflexão sobre a diferença, diversidade e diferenciação. Ela reafirma que existe uma multiplicidade de posições do sujeito que definem a identidade, o que pode dar-lhe caráter contraditório. Também aponta que a diferença, que funda as identidades, pode operar como norma regulatória de opressão que enquadra os sujeitos, ou pode operar de modo a potencializar a luta por igualdade.

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política (BRAH, 1996, p. 373).

A análise de Tiaraju D’Andrea (2013) sobre a construção do sujeito periférico utilizada no próximo capítulo também ressalta a diferença como experiência, subjetividade, relação social e identidade. Ou seja, a partir da experiência particular com a cidade, de sofrimentos e potencialidades comuns e de uma relação de classe específica, constitui-se um discurso que configura uma identidade comum. Essa identidade tem origem na diferença como produtora de desigualdade, exploração e opressão. No entanto, essa diferença agora é utilizada como prática para afirmação do igualitarismo e da diversidade. Ou seja, se as subjetividades são produzidas a partir de práticas de poder, então existem também práticas que podem ser um meio de enfrentar a reiteração dos mecanismos de poder, fundando novas subjetividades. A afirmação de identidades coletivas têm sido um dos processos políticos mais interessantes e mais complexos que surgem desde a década de 1990. Brah (1996) dirá que esse processo ocorre superando a identidade como campo apenas subjetivo:

A supressão parcial do sentido de uma identidade pela asserção de outra não significa, contudo, que diferentes “identidades” não possam “co-existir”. Mas se a identidade é um processo, então é problemático falar de uma identidade existente como se ela estivesse sempre já constituída. É mais apropriado falar de discursos, matrizes de significado e memórias históricas que, uma vez em circulação, podem formar a base de identificação num dado contexto econômico, cultural e político. Mas a identidade que é proclamada é uma re-feitura, uma construção contexto-específica. A proclamação de uma identidade coletiva específica é um processo político por oposição à identidade como processo na e da subjetividade. O processo político da proclamação de uma identidade coletiva específica envolve a criação de uma identidade coletiva a partir de uma miríade de fragmentos (como colagens) da mente. (BRAH, 1996, p. 372).

Judith Butler, assim como Stuart Hall, desenvolve sua teoria a partir da concepção foucaultiana de poder: o poder é múltiplo, móvel e instável. É pelo estudo dos mecanismos que penetram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos que se constrói uma genealogia do poder. E um dos principais campos de estudo de Butler está relacionado à sexualidade. Representando uma terceira onda do feminismo, a autora dirá que tanto o sexo quanto o gênero se materializam no corpo e no discurso, por meio de um exercício constante de produção de uma identidade e de revestimento do corpo com essa identidade. Butler afirma que seus trabalhos: “permanecem no interior da órbita de um certo conjunto de questões hegelianas: o que é a relação entre desejo e reconhecimento e como a constituição do sujeito implica numa relação radical e constitutiva à alteridade?” (BUTLER, 1987, p. 7). Segundo Butler (2000), em *Corpos que pesam: os limites discursivos do “sexo”*, a diferença sexual costuma ser evocada como uma questão referente às diferenças materiais, mas essas diferenças são ao mesmo tempo marcadas e formadas por práticas discursivas. A categoria “sexo” é normativa, ou ainda como Foucault denominou: é um “ideal regulatório”. Isso significa que por ser uma força regulatória, produz os corpos que

governa, tendo o poder de produzir demarcar, fazer, circular e diferenciar os corpos que controla. É necessária uma reiteração forçada de “normas regulatórias” que irão materializar o “sexo”.

Mas o fato de essa reiteração ser forçada também revela que os corpos nunca estarão completamente conformados, abrindo margem para essas próprias normas serem colocadas em questão, produzindo possibilidades de rematerialização. Isso está conectado a performatividade de gênero, na medida em que essas normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos, de modo que a diferença sexual passa a servir a consolidação do imperativo heterossexual. O “sexo” é “uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica o corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2000, p. 154).

Performar não é um “ato” singular e nem teatral, é a materialização dos poderes que nos atravessam. Piper-Shafir, Fernandez-Droguett e Íñiguez-Rueda (2013) irão interpretar a memória como prática performativa, no sentido de que ela também se enquadra nesse conjunto de ações reiteradas e consternadas a certas normas construtoras de identidade. Nesse sentido, mesmo a performance se apoia em um contexto específico, funcionando como um sistema histórico e culturalmente codificado, o que evidencia seu potencial de subversão, sendo ela um meio de compreendermos os processos de disputa e construção hegemônica de versões sobre o passado, colocando a identidade em jogo, assim como as tentativas de elaborar os fatos violentos.

A performatividade, portanto, precisa ser compreendida não como o ato de trazer a existência aquilo que o sujeito nomeia, mas como poder reiterativo do discurso para produzir fenômenos que ele regula e constrange. Assim, por exemplo, o sexo já não é um construto corporal sobre o qual o construto do gênero se impõe, mas sim uma norma cultural que governa a materialização dos corpos. O “eu” falante só é formado em virtude de ter assumido um sexo. E justamente esse processo de “assumir” um sexo está conformada pelos meios discursivos do imperativo heterossexual, e acaba por impossibilitar outros tipos de identificações sexuadas.

Assim, se essa matriz é excludente, ela exige também a existência de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. Forma-se assim um local de temida identificação contra a qual, e em virtude da qual, o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Esse exterior abjeto também está dentro do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. Sem esse repúdio o sujeito não emerge. Cria-se, portanto, um

espectro ameaçador, e essa identificação com o abjeto deverá ser persistentemente negada, a partir da força da reiteração das normas regulatórias (BUTLER, 2000).

A performatividade é tema fundamental, pois, ao analisar o discurso daqueles que se identificam enquanto empreendedores e militantes, será possível perceber performances que traduzem imperativos do neoliberalismo. E a identificação se dará também por meio da formação de um outro; de um lado de fora; daquilo que não se é. Observaremos, no tópico sobre o empreendedorismo social, como muitos dos textos que definem o empreendedorismo social o fazem a partir da identidade do empreendedor social e começam afirmando tudo aquilo que ele não é. Também a memória poderá reiterar a diferenciação e buscar fundar uma identidade coesa a uma trajetória de vida em que o sujeito se diferencia dos demais. A diferença, nesse caso, opera construindo uma identidade e, ao mesmo tempo, produzindo opressão.

Para Butler (2000), a construção do humano seria baseada em um conjunto de exclusões e apagamentos radicais de outras possibilidades, ou seja, uma operação diferencial que produz o que é mais ou menos humano. Mas esse “exterior” ao que é construído pelo discurso, os tipos de apagamento e exclusões e como eles operam é um campo que não pertence nem ao essencialismo, nem ao construcionismo. Seguindo esse caminho, ela propõe uma concepção de construção como um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez, de superfície- daquilo que nós chamamos matéria.

A pergunta que substitui o “como o gênero é construído por meio de uma certa interpretação do sexo” é “por meio de que normas regulatórias é o próprio sexo materializado?” A construção passa a ser um processo temporal que atua através da reiteração de normas, e, em tal processo o sexo é produzido e, ao mesmo tempo desestabilizado por essas reiterações. Essas repetições de normas também abrem margem para que algo escape ou excede a norma e que fissuras se estabeleçam. O mesmo pode ser apresentado nessa pesquisa “por meio de que normas regulatórias é a identidade militante e empreendedora materializada?”.

Portanto, aqui considero as identidades como categorias fluídas e não unificadas; que são uma janela para compreensão de normas regulatórias e práticas políticas cotidianas. Identificar-se significa narrar-se e construir um sentido para suas posições no mundo. Situar as narrativas como atravessadas pelos mecanismos de poder e as identidades como categorias fluídas, torna possível entender que há, no discurso dos entrevistados, uma busca de coerência e coesão para suas posições no mundo, porém, as contradições são parte do discurso e as identidades, cada vez mais, estão em movimento.

Nas entrevistas, o discurso tem um destinatário específico, o que pode criar uma necessidade ainda maior de se justificar e apresentar uma linha do tempo coesa, a qual dê sentido e evidencie um processo de construção coerente para as identidades. Nos interessa aqui essa busca pela coerência, pois uma das principais indagações da pesquisa está relacionada à possibilidade de associação entre identidades que podem ser vistas enquanto antagônicas.

Apesar do caráter coletivo das identidades, compreender que elas se fundam a partir da diferença também permite concluir que elas não são vividas e entendidas da mesma forma pelos sujeitos, ou seja, alguns traços podem ser afirmados enquanto outros são negados; cria-se sempre um interior do qual o sujeito se sente parte e ao qual ele se remete, mas também um exterior frente ao qual ele tenta se diferenciar. Esses traços de identificação também estão profundamente ligados a busca por reconhecimento vivida nas diversas esferas da vida do sujeito: na esfera familiar e privada, na esfera jurídica e de Estado e na esfera pública comunitária. A luta por reconhecimento e a sua gramática moral foram tema de estudos de Axel Honneth (2009) que, como veremos, colabora para a compreensão de que a identificação também está profundamente atrelada às expectativas morais do sujeito.

3.3. Identidade e Reconhecimento

A falsa ilusão do conhecimento que se pretende objetivo, ao afastar-se dos afetos, é denunciada como o intelecto que sacrifica a si mesmo. O conhecimento do objeto implica necessariamente o reconhecimento da subjetividade inerente ao conhecer. O próprio ato básico da percepção já é subjetivo. Em sua complexidade, contém a interação entre as diversas faculdades do conhecimento: “as faculdades, elas mesmas desenvolvidas através da interação, atrofiam-se quando são dissociadas umas das outras” (ADORNO, 1993 [1951], p. 79, apud BARROS, 2018, grifos da autora).

Nas origens dos estudos críticos, que buscavam uma correlação entre as estruturas do capitalismo e o bloqueio da emancipação humana, temos a Teoria Crítica da Sociedade, nascida no interior do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt no início do séc. XX. A tarefa da filosofia social passaria a ser a construção de uma perspectiva ética acerca da autorrealização individual, que nasce com Rousseau, Hegel, Marx, etc. Trata-se de uma ética formal e não substantiva. Apontam-se questões centrais: quais seriam as condições sociais para o estabelecimento de uma vida boa para todos e quais são as barreiras para que isso se efetive? A teoria crítica partirá de uma abordagem negativa, tendo o diagnóstico social como método, e elegendo as patologias sociais que indicarão em relação à vida social o que o conceito de patologia indica em relação ao psiquismo individual. O grande desafio assumido foi de sair das explicações que se baseavam em uma natureza humana, ou seja, entender as patologias sociais a partir dos valores historicamente dados e dos ideais de vida compartilhados.

Assim, a teoria crítica se difere da tradicional por meio de um diagnóstico de seu tempo e uma perspectiva de emancipação (HORKHEIMER, 1980). A grande base será hegeliana, em sua perspectiva de que ser e dever estão juntos, e, portanto, teoria e prática não podem ser construídas de maneira desvincilhada. A própria filosofia seria uma maneira de apreender a época por meio do pensamento, estando ela condicionada ao seu momento histórico. Nesse sentido, as condições e as barreiras para emancipação estão contidas na própria sociedade, e, o diagnóstico social é o método para revelá-las. As quatro gerações da Teoria Crítica da Sociedade sempre fizeram uso da psicanálise para construção dos diagnósticos, desde Adorno e Horkheimer a partir da ideologia ou da alienação, com a questão do porquê as pessoas aderem à ordem vigente quando essa ordem lhes é profundamente prejudicial, atravessando Habermas que a usa como base para seu modelo metodológico da ação comunicativa, até Honneth, que base das perspectivas winnicotianas para pensar o reconhecimento.

Axel Honneth se tornou diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt em 2001. Apesar de ser reconhecido como uma terceira geração da escola, em escritos mais recentes, o autor tem retomado algumas das noções adornianas já associadas à importância e primazia do reconhecimento. Honneth (2009) retoma as noções de direito de Hegel, a teoria da “relação de objeto” de Winnicott, a ética comunicativa de Habermas e a psicologia social de Mead para afirmar que os indivíduos e os grupos sociais formam sua identidade e se organizam a partir do reconhecimento intersubjetivo. Para ele a base da interação é o conflito e sua gramática, a luta por reconhecimento. O conflito seria estruturante da intersubjetividade, e seria ele que originaria as forças políticas e sociais que provocam as transformações do sistema. O conflito seria o motor da luta social. Quando falamos de luta social em Honneth não estamos nos referindo a uma luta voltada à autoconservação, a luta tem origem em experiências de desrespeito e ataque a alguma das esferas do reconhecimento. Assim, há um caráter normativo em toda luta social, uma expectativa moral que impulsiona o desenvolvimento social.

Partindo desde a esfera do amor, passando pela do direito e chegando finalmente na da solidariedade, o autor acredita que nos constituímos a partir do reconhecimento e do olhar do Outro. A passagem por essas esferas se organiza como uma passagem progressiva, uma “evolução social”: para cada forma de reconhecimento (amor, direito e solidariedade) há uma autorrelação prática do sujeito que vai se criando: autoconfiança nas relações amorosas e de amizade, autorrespeito nas relações jurídicas e autoestima na comunidade social de valores.

Todas essas autorrelações estão atreladas a expectativas normativas morais, e, na medida em que essas expectativas sofrem uma ruptura através de uma experiência de

desrespeito, tem origem os conflitos e a luta social. Assim, quando não há reconhecimento, ou por alguma razão ele se revela falso, constitui-se uma luta que visa exatamente o estabelecimento ou reestabelecimento do reconhecimento. Há uma concepção de reconhecimento que se traduz bem pela expressão ser-consigo-mesmo-no-outro (ou “intuição recíproca”) que alcança como dimensão máxima a esfera da solidariedade.

Para Honneth essas autorrelações práticas são condições para que um indivíduo conduza sua vida autonomamente. Se não existem relações legalmente institucionalizadas de respeito universal pela autonomia e pela dignidade das pessoas, se não há relações próximas de amor e amizade, ou se não existem redes de solidariedade e de valores compartilhados, o indivíduo não encontra as bases de reconhecimento intersubjetivo que o permitem perseguir sua própria concepção sobre a vida digna de valor (HONNETH e ANDERSON, 2011). É importante ressaltar que esse reconhecimento não é uma crença sobre si ou um simples estado emocional, ele se estabelece nesse processo dinâmico nessas diversas esferas da vida, nas quais os indivíduos experienciam a si mesmos como possuidores de certo status, como objeto de preocupação, e como agentes responsáveis dentro de projetos compartilhados.

Ann Mische (1997) também desenvolve um conceito de identidade como construção intersubjetiva, não estática. Ela enfatiza que tal construção ocorre no interior das redes sociais em que os indivíduos se inserem. Seu movimento de “fixar-se”, mesmo que temporariamente, está ligado aos círculos de reconhecimento envolvidos. Na contramão de uma visão substancialista e estática, Mische propõe uma re-elaboração do conceito de identidade a partir de três dimensões: a) identidade como reconhecimento, b) identidade como experimentação e c) identidade como orientação. Nos interessa, principalmente, a primeira das dimensões, a qual vai ao encontro de Alberto Melucci quando afirma que: “a identidade contém uma tensão irresolvida e irresolvível entre a definição que temos de nós mesmos e o reconhecimento dado pelos outros (MELUCCI, 2004, p. 48)”.

As relações de reconhecimento e sua relação com as identidades também serão objetos de análise da presente pesquisa, tanto em sua permanência quanto em seu rompimento. Mas, conforme veremos no próximo tópico, a existência de uma racionalidade neoliberal, faz com que, mesmo os processos de reconhecimento sofram a influência das leis de mercado, e, nesse sentido, possam também operar como normas regulatórias. Tal questão será diretamente explorada no item 4.4 da presente dissertação.

3.4. Racionalidade Neoliberal

Eficácia política pressupõe uma análise precisa, documentada, circunstanciada e atualizada da situação. O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades.

Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas esferas da vida (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 8).

Dardot e Laval irão apresentar o neoliberalismo como nova razão de mundo (2016). Seu principal referencial será a análise das governamentalidades feitas por Foucault (2008, 2018). Eles analisam o neoliberalismo a partir da concepção de biopolítica, enfatizando os micropoderes e a multiplicidade de forças que atuam ao mesmo tempo sobre os indivíduos, materializando corpos e produzindo subjetividades. Foucault propôs uma nova “análise do poder” a partir dos ensaios *Em defesa da sociedade, Segurança, Território, População* (2018) e *Nascimento da Biopolítica* (2008). A ênfase está em que o poder não é referido a coisas, a posses, a objetos, mas às situações estratégicas, a algo que transita continuamente entre os indivíduos. “Nada é mais material, mais físico e mais corporal do que o exercício do poder” (FOUCAULT, 2004, p. 147). Até mesmo o Estado é visto como um conjunto de estratégias: a instituição não contém o poder em si, mas ela cria mecanismos de poder que irão definir condutas e sujeitar os corpos. Assim, o Estado conteria uma pluralidade e heterogeneidade de forças microfísicas, mas não poderia ser interpretado como ponto de partida das relações. Foucault irá analisar a arte de governar e os manuais de governo, ou seja, irá analisar os discursos atrelados a uma prática de governar:

É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional: não totalizadora. Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso. Luta não para uma tomada de consciência (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los. Uma “teoria” é o sistema regional desta luta (FOUCAULT, 2018, p. 7).

As artes de governar explodem no séc. XVI e se difundem até o final do séc. XVIII. Segundo a análise foucaultiana, não se tratam de conselhos ou tratados de ciência política, mas sim manuais de governo dos outros e de si. Ele analisa a pedagogia pastoral católica e protestante e revela como ela define o governo das almas e das condutas, ali estão respondidas questões como: como ser governado, como governar os outros, como se governar? A Teologia

da Prosperidade, por exemplo, será analisada nessa pesquisa como uma tradução de um governo de condutas neoliberal.

O conhecimento para Foucault não é espelho da realidade, pois verdade e conhecimento irão se transformando no decorrer da história. Por meio dessa investigação sobre as diferentes formas de governo do corpo; as prisões, os manicômios, as escolas; Foucault está entendendo como e quem está definindo a verdade, já que definir verdades é ter poder. Não se segue necessariamente uma linha do tempo, mas analisam-se discursos que configuram os corpos. Por exemplo, para diferenciar a teoria única da soberania e a governamentalidade, Foucault analisa diversos manuais de conduta do poder. Por meio da comparação de *O Príncipe* de Maquiavel (2002) com *L'Oeconomique du Prince* (1756) de LaMotheLeVayer, ele irá demonstrar a dependência e relação das artes de governar ao modelo econômico da família, ou ainda à gestão do lar.

Essa análise das práticas de governo e as relações com os saberes e os processos de subjetivação inovaram e abriram caminho também para uma análise distinta acerca do neoliberalismo. O neoliberalismo não seria apenas um regime econômica e político, ele consistiria em uma maneira de viver:

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade, Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 1979, p. 292).

Tanto a sociedade civil quanto o Estado seriam resultados de composições híbridas, de multiplicidades de práticas de governo das condutas. Essa genealogia do poder foucaultiana evidencia os momentos disruptivos do saber e poder, analisando sempre a disciplina dos corpos. O governo define o modo como se experimentam as relações sociais, por meio de instituições, procedimentos, análises e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder.

A crise do liberalismo, ou da governamentalidade liberal ocorre entre 1880 e 1930. O neoliberalismo não é analisado apenas como uma continuidade das ideias liberais, pois rompe de maneira profunda com o dogmatismo do *laissez-faire* como verdade inalienável. A Revolução Russa e a disseminação das ideias de esquerda pela Europa representavam uma ameaça aos liberais. Uma das principais marcas da consolidação do neoliberalismo como razão

do capitalismo contemporâneo é o Colóquio Walter Lippman, realizado em 1938. A partir dali duas correntes de pensamento neoliberal se consolidam: uma primeira que pode ser atrelada à Escola de Chicago, nos Estados Unidos e uma segunda; o *ordoliberalismo*; oriunda da Escola de Friburgo, na Áustria. Essa saída europeia em relação ao neoliberalismo se distingue, principalmente, por não ser contrária à existência do Estado, mas sim vê-lo como produtor do quadro jurídico que garante a livre concorrência no mercado (DARDOT, LAVAL, 2016). O Estado:

Deveria efetuar ações de ruptura de monopólios e, simultaneamente, articular uma relação internacional securitária, em que liberdade e economia política estivessem interligadas pelos mecanismos de segurança. (...). O problema do neoliberalismo é, ao contrário (do liberalismo), saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata, portanto, de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado (FOUCAULT, 2008, p. 181).

A economia de mercado passa então a gerir as formas de governo, e o neoliberalismo alemão pressupõe a existência do Estado com a função de garantir a livre concorrência entre países, empresários e indivíduos, ou seja, evitando a existência de monopólios. Tudo são investimentos: “o Estado neoliberal deveria garantir uma política permanente de crédito, o trânsito contínuo entre trabalhadores, a busca da estabilidade dos preços, o fomento das práticas agrícolas, a atuação sobre o clima e os solos, que visassem a garantir um alcance pelo menos mínimo aos bens de consumo” (ALVAREZ; BICALHO; BRÍCIO *et al.*, 2015, p. 334).

Os dispositivos de segurança, ou ainda as técnicas de governo, tanto de esquerda quanto de direita, também contribuíram para a configuração das subjetividades neoliberais. As instituições sociais, inclusive o Estado, podem promover o funcionamento do indivíduo tal qual uma empresa, um empreendedor de si: uma livre concorrência entre desiguais. Foucault caracteriza a sociedade neoliberal como “sociedade do controle”, tratando do modo de vida e do governo de si do presente. Tal análise de Foucault nos permite aprofundar a compreensão de que todos são atravessados pelos discursos e práticas neoliberais. Tais discursos fundam e sustentam valores específicos de liberdade, os quais serão abordados por outros autores como o já citado Axel Honneth. E, para além disso, colabora para fazermos uma análise da consolidação do discurso empreendedor atravessando todos os governos desde 1990.

É essencial a constatação das influências do ordoliberalismo no modelo de governo petista. Mesmo tentando garantir uma política de seguridade social, muitas das políticas praticadas condicionaram, por exemplo, os indivíduos a entrarem no sistema bancário e se tornarem portadores de cartão de crédito: isso transformou e configurou subjetividades. Além

disso, a criação do microempreendedor individual (MEI) como modo de formalização do trabalhador informal, também operou no sentido da disseminação de tal discurso.

Para compreender o neoliberalismo, todos os governos e todos os sujeitos são passíveis de análise. Isso contribui para a compreensão de que, quando evidenciamos o processo de construção das identidades de empreendedor e militante, não existe culpabilização, nem individual, nem coletiva. Buscamos explicitar como o discurso neoliberal circula, influenciando e produzindo desejos, assim como configurando as subjetividades. Considerando que o neoliberalismo funciona como “regime de verdade”, dentro do qual o discurso adquire significação e eficácia prática, analisarei os novos regimes de representação (HALL, 2000) que vão sendo incorporados, ao mesmo tempo que produzem pequenas fraturas por meio das quais os mecanismos de poder se revelam. Assim, o objetivo e a busca não são por uma verdade que se revela no discurso, mas sim a revelação das técnicas de controle e normas regulatórias que produzem os sujeitos neoliberais. Já que “o poder é tolerável somente com a condição de mascarar uma parte importante de si mesmo. Seu êxito está em proporção direta com o que consegue esconder de seus mecanismos” (FOUCAULT, 1999, p. 83), há uma clara necessidade de revelá-los.

4. Juventudes e Periferia

Se existem poderes regulatórios que influenciam os discursos e criam performances, há a necessidade de pensar no percurso e nas transformações dos significados compartilhados sobre temas centrais da pesquisa: juventude e periferia. Neste capítulo, me debruço sobre as transformações na concepção de juventude no Brasil, ressaltando que tal definição é recente no governo brasileiro e só acontece após a emergência da juventude periférica na cena pública. O Estatuto da Juventude admite que, sob a condição comum de jovem- na coorte dos 15 aos 29 anos-, existem experiências e sujeitos diversos, os quais devem ser considerados, escutados e incluídos na construção de políticas públicas.

Diante disso, apresento também o processo de constituição do sujeito periférico, o qual influencia diretamente na transformação das identidades políticas; demarca o surgimento da diferença como uma pauta central de luta; e traduz um enfraquecimento de referências importantes do passado, como é o caso da noção de classe e da categoria trabalhador.

4.1. Juventude no Brasil

O tema e o termo juventude estão em crescente interesse e discussão nas sociedades contemporâneas. Atravessando a academia, a mídia e as políticas públicas, é recorrente vermos seu uso sem uma referência clara. Em termos de políticas públicas, o termo juventude teve um recorte específico a partir da instituição do Estatuto da Juventude, em 2013. No entanto, tal estatuto é muito recente e tal termo já era utilizado anteriormente com diversas conotações que merecem ser analisadas. O livro *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional (2005)* organizado por Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni busca dar conta do que eles denominavam juventude brasileira. Os capítulos têm como base dados quantitativos provenientes da pesquisa nacional “Perfil da Juventude Brasileira”, desenvolvida por uma parceria entre o Instituto Cidadania, o Sebrae e o Instituto de Hospitalidade. As informações empíricas foram coletadas entre novembro e dezembro de 2003, por meio de questionários aplicados entre 3.501 jovens de 15 a 24 anos de idade, em seus domicílios, distribuídos por 198 municípios de 25 estados brasileiros.

Helena Abramo irá abordar justamente a indefinição do termo juventude, mostrando um percurso histórico. Segundo a autora, a *juventude* como termo sociológico tem origem na

sociedade moderna ocidental, com um maior desenvolvimento no século XX. Como um desdobramento do termo adolescência, a juventude é vista como um tempo a mais de preparação para:

a complexidade das tarefas e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo produtivo (e da permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil (ABRAMO, 2005, p. 41).

Já na segunda metade do século XX apresentam-se as culturas juvenis do pós-guerra que, por suas conquistas, começaram a implicar conteúdos positivos à condição juvenil. Diziam respeito a vivência dos filhos das classes trabalhadoras, e a valorização do seu campo de experimentação como um sentido importante de questionamento da ordem social. Diferentemente do que se via antes, a juventude então não dizia respeito a uma fase de preparação, mas uma fase com importância em si mesma.

No caso do Brasil, Abramo dirá que até a década de 1960, juventude estava ligada a um grupo de jovens de classe média, usualmente envolvido em movimentos sociais, estudantis e em segmentos políticos. Tais jovens se reuniam principalmente pela identidade de “estudantes”, e tinham nas universidades os principais centros de intercâmbio político e cultural, sendo esse um espaço privilegiado de reconhecimento e definição comportamental: “discussões existencialistas à bossa nova, passando pelo projeto de constituição de uma cultura nacional popular do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, pelos festivais de música universitária e pela tropicália: são culturas e estilos de vida identificados aos meios universitários, vividos por universitários” (ABRAMO, 1992, p. 85).

Ann Mische (1997) também contribuirá para a compreensão da transição entre 1960 e 1990 por meio da análise das mobilizações da juventude em 1968, pela reforma universitária e em 1992 pelo impeachment de Collor. Ela afirmará, como Abramo, que uma das identidades que se tornou prisma para múltiplas dimensões de projetos da classe média universitária foi a de “estudante”, a qual permeou o movimento de 1968 e seguiu durante a ditadura. A mudança acontece na década de 1980 e 1990 quando há uma necessidade de substituição, dado o novo contexto:

Em contraste, o período posterior de reestruturação democrática, nos anos 80 e 90, é caracterizado pela dispersão crescente das redes juvenis. Os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos. Por isso, a categoria de “estudante” não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a

diversidade de projetos-em-formação dos jovens nos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de “cidadão” (MISCHE, 1997, p. 140).

Durante o tempo de estabelecimento da Constituição de 1988, a preocupação central parecia estar na proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a juventude ficou colada novamente ao termo adolescência e foi estabelecida, principalmente, de modo a enfatizar o caráter de vulnerabilidade. A percepção de juventude para além desse grupo específico da classe média e das associações diretas à vulnerabilidade tem início no fim do século XX. Por um lado, se deve a uma compreensão de que os riscos e as questões de vulnerabilidade não tem fim aos 18 anos, mas também pelo surgimento de novos atores juvenis, oriundos dos setores populares e que vieram a cena, principalmente, pelos movimentos culturais e passaram a também pautar novas concepções sobre o que é ser jovem (ABRAMO, 2005).

O ser jovem como “estudante” sofre uma transição nas décadas de 1970 e 1980, culminando para uma extensão fora da universidade, alcançando outros setores, mas passando a relacionar-se mais com significações ligadas ao consumo e aos estilos culturais. Na chegada aos anos 1990, o cenário para a juventude incluía uma desilusão com os escândalos do retorno ao governo civil, que apesar dos formalismos democráticos carregavam vestígios do autoritarismo. Os jovens conviviam com a ansiedade de uma inflação crônica e com a recessão econômica, o que levou a uma ambivalência forte sobre política e um certo ceticismo (Mische, 1997). A autora ressalta que isso não significava que havia apatia, mas que, anteriormente ao movimento dos caras pintadas havia uma falta de espaços centralizadores e de identidades públicas unificadoras, que pudessem transformar a crítica em uma ação coletiva.

Segundo Mische (1997), uma das figuras centrais nessa unificação foi Lindbergh Farias que, apesar de sua clara associação à esquerda e aos projetos de socialismo, naquele momento declarou que o objetivo do movimento era um projeto mais amplo de defesa da cidadania. Ele representava uma mudança no interior do movimento estudantil que passava a entender que aspectos como cultura, esporte, ecologia também eram pautas juvenis. O movimento de 1992 teve apoios diversos e uniu em si uma série de visões muito diferentes sobre o projeto de Brasil. Por isso, ao final, a cidadania surge com um sentido vasto e amplo.

A trajetória do discurso cívico no Brasil, desde seu reaparecimento nos movimentos populares e sindicais no final dos anos 70, passando por sua expansão com os movimentos anti-ditatoriais e anti-discriminatórios (dos negros, mulheres, povos indígenas, homossexuais, etc.), até sua recente apropriação pelos setores consumidores e empresariais, revela sua capacidade de veicular projetos divergentes dentro da linguagem universalista de direitos e responsabilidades (MISCHE, 1997, p. 147).

Portanto, a juventude, até o final do séc. XX, aparecia na cena pública principalmente por meio das mobilizações, mas não era uma categoria delineada. Helena Abramo (2005) teve um papel fundamental na construção das políticas públicas voltadas à juventude. Ela buscou dar ênfase a necessidade de considerar a juventude com novos atributos socioculturais, não tratando-a como uma fase de moratória, ou seja, apenas de suspensão de deveres e direitos da produção, reprodução e participação, mas sim pela possibilidade de vivência e experimentação diferenciada.

Esta mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações ou significações diferentes.(...) É evidente que não se esvanece a discussão sobre as desigualdades e injustiças presentes nessas diferenças; ao contrário, tal debate pode tomar mais concretude justamente porque os jovens dos setores mais desfavorecidos podem, agora, se pronunciar a respeito de sua experiência como jovens e expressar aquilo que lhes falta, que desejam e almejam para viver de forma digna e satisfatória sua juventude, em vez de serem apenas no registro de negação de identidade (ABRAMO, 2005, p. 44).

Foi por meio desse reconhecimento que começaram novos passos no Brasil, que, comparado a outros países, tardou em desenvolver políticas públicas especificamente destinadas aos jovens, para além da educação formal. Em 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), com o principal objetivo de articular, formular e avaliar as ações voltadas para os jovens. Nosso documento mais relevante é o Estatuto da Juventude, estabelecido pela Presidenta Dilma Rousseff em 2013, fruto de quase dez anos de lutas e discussões do movimento juvenil, da SNJ e do Conjuve. É possível dizer que a idade decidida se justifica por uma coorte:

Do ponto de vista da estatística, por exemplo, a juventude é uma *coorte*, isto é, designa um grupo de pessoas que têm em comum algum evento que se deu no passado. Assim, “juventude” é um grupo de pessoas que têm de 15 a 29 anos e, portanto, em 2019, são aqueles que nasceram entre 2004 e 1989. Além disso, se fazem parte de uma mesma coorte, provavelmente passarão juntos por experiências históricas, culturais e conjunturais, além de outras mais pessoais como casamentos, estudos, filhos etc. Mas, para além das condições materiais e sociais que constituem as juventudes, há também dimensões simbólicas (SALA; SOUZA; ANDRADE, ET AL (Org), 2019, p. 24).

Centralmente, o Estatuto da Juventude pela primeira vez reconhece, do ponto de vista político e governamental, os jovens como sujeitos de direitos, estabelecendo diretrizes para as políticas públicas voltadas para esse grupo. O estatuto define

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e,

excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.¹⁸

O documento representa uma virada porque passa a abordar de modo diferente a juventude, não tornando-a como uma moratória e nem enfatizando apenas seu caráter homogêneo. As experiências sobre juventude no Brasil são compreendidas em sua diversidade, e dentro dessa diversidade, há a “juventude periférica” que precisa e deve pautar as políticas públicas, afinal, grande parte das notícias e das pautas sobre juventude a colocam relacionada à criminalidade e vulnerabilidade. Além disso, o Estatuto procura fazer com que os direitos previstos em lei sejam aprofundados às necessidades dos jovens, trazendo novas dimensões como: participação social, território, livre orientação sexual e sustentabilidade (BRASIL, 2014).

No ano seguinte, em 2014, a Prefeitura Municipal de São Paulo produziu o Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas

O propósito central do estudo é contribuir para a formulação e o direcionamento de políticas públicas voltadas à transformação dos territórios com altos índices de violência contra jovens e para desenvolver ações direcionadas à superação da vulnerabilidade social desse público. Mais especificamente, o objetivo é reunir uma série de informações para a definição de prioridades nos programas sob a responsabilidade da Coordenação de Políticas para a Juventude da SMDHC, podendo ainda ser útil para outros órgãos da administração municipal. O Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo (MJSP) traça um perfil multidimensional dos jovens paulistanos tomando como base um conjunto de indicadores demográficos e socioeconômicos e mapeando as especificidades das condições vivenciadas pelos jovens nos 96 distritos (ou nas 32 subprefeituras) do Município. A população alvo das políticas para a juventude se refere às pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Tal mapa irá retratar que a vida de um jovem na cidade de São Paulo terá diferenças enormes a partir de seu lugar de moradia. Isso se reflete em questões de renda, escolaridade, expectativa de vida: ou seja, em dados palpáveis. Mas também se reflete nas experiências singulares com a cidade, que unem e fundam o sujeito periférico como identidade política potente.

4.2. Juventude Periférica

Juventude periférica é um termo recente e parece funcionar em esferas diversas; por um lado permitiu pensar na particularidade das experiências de jovens nas periferias urbanas e, nesse sentido, também embasou políticas públicas mais alinhadas à realidade desse jovem; por

¹⁸BRASIL, [LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013](#).

outro, passou a funcionar também como identidade: abraçada e afirmada por alguns, e rechaçada por outros. Tal formulação exige a compreensão prévia que fizemos do termo juventude e paralelamente do termo periferia. O mesmo percurso parece dizer respeito a ambos, no sentido de que, por muitos anos, eram associados primordialmente à ideia de fragilidade. A grande transformação diz respeito à atribuição da potencialidade, com dois sentidos vinculados: portadora de possibilidades e portadora de potência ou força. Vemos um retrato dessa potência e, principalmente da identificação da juventude periférica, por meio do relato de Laura:

A gente chegava e depois que a gente falava do facebook, porque a gente tem esse trabalho do facebook, ele não permite que a gente fale de política, é aquele trabalho pronto. Mas aí eu fazia aquele trabalho de militante mesmo de ir e perguntar “e aí gente? Como é aqui?” A gente sempre ficava um dia a mais e a gente sempre conversava com as pessoas. Acho que foi os dois estados que a gente sentiu que tava muito pesado o clima e que a gente sabe que teve uma votação muito forte pra quem tá na presidência agora. E a gente falava, pois é, né? Tem muita gente que tá reclamando e tá percebendo. Tem gente que fala que o pessoal não tá, mas tá. Recife, Salvador e o Nordeste eles deixam muito nítidos o quanto estão desagradados com esse governo. É até gostoso, que você chega lá e se sente no clima. Saiu matéria do nosso projeto numa agência de favelas lá. Tipo o pessoal se sente muito próximo da gente, porque tipo a gente já chegava lá. Quando eu chego nos eventos a primeira coisa que eu falo é que eu sou de favela, que eu sou de Heliópolis, que eu nasci e o pessoal já tipo... o pessoal já tem maior intimidade de conversar assim, então a gente sentiu isso mais próximo. Aqui em São Paulo também, a gente foi na Cidade Tiradentes e conhecemos muita gente. Eu acabei conhecendo bastante gente que era dos movimentos sociais que acabou conversando comigo e trazendo a mesma angústia que eu tava. Eu falei: “caramba! Ainda bem que não sou só eu!” E acabei conversando assim e eles falando: “aqui era muito forte na época do partido, sabe? E a gente se sentiu muito abandonado quando foi o prefeito tal...” O pessoal contando assim e você vai chegando uma hora que você fala: “é, aqui tá abandonado mesmo! Por que que não chegou aqui?”

O reconhecimento vivido e proporcionado por Laura explicita, hoje, os efeitos da constituição do sujeito periférico. É essa identidade comum que permite que, em diversas capitais, seja agora valorizada a semelhança de origem. Entende-se que Laura é digna de confiança para dar as formações e estabelecer uma troca genuína pela sua vida na favela: isso a torna capaz de entender as questões e os desafios relacionados a “ser periférico”. Assim, Recife, Salvador, Cidade Tiradentes e Heliópolis são aproximadas; assim como as pessoas encontram reconhecimento em Laura, ela também se alegra ao ver que compartilha com eles das mesmas angústias e vivências cotidianas. A identidade, como vemos nesse retrato, se forma por meio da semelhança entre experiências, mas também se afirma a partir da diferença; a vida na favela acontece em oposição ao centro. Portanto, a constituição de tal identidade é marcada pela relação centro-periferia, que produz sofrimentos e angústias comuns, mas que também forma sujeitos potentes e capazes de pautar suas próprias questões. Stuart Hall (2000) é referência nos estudos pós-coloniais e recorrentemente utilizado nos estudos sobre a juventude periférica. A compreensão da construção do sujeito periférico só é possível por meio de uma

análise da relação entre centro-periferia que traz diversos elementos da relação metrópole-colônia. Costa afirma que:

A abordagem pós-colonial constrói, sobre a evidência – diga-se, trivializada pelos debates entre estruturalistas e pós-estruturalistas – de que toda enunciação vem de algum lugar, sua crítica ao processo de produção do conhecimento científico que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países europeus, reproduziria, em outros termos, a lógica da relação colonial. Tanto as experiências de minorias sociais como os processos de transformação ocorridos nas sociedades “não ocidentais” continuariam sendo tratados a partir de suas relações de funcionalidade, semelhança ou divergência com o que se denominou centro. Assim, o prefixo “pós” na expressão pós-colonial não indica simplesmente um “depois” no sentido cronológico linear; trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado (Hall, 1997a). Colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais (COSTA, 2006, p. 118).

O pós-colonialismo tem influências do pós-estruturalismo, dos estudos acerca da pós-modernidade- em sua dimensão empírica enquanto análise descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos- e dos estudos culturais. A compreensão e interpretação feita por D’Andrea (2013) da constituição do sujeito periférico advém das influências decoloniais e, envolve o uso da referência da relação colônia-metrópole para compreender o binômio centro-periferia.

No caso da cidade de São Paulo, a ampla maioria da juventude vive na periferia. A distribuição etária nos bairros centrais e periféricos é muito diferente e, segundo o Mapa da Desigualdade Social produzido em 2018 pela Rede Nossa São Paulo, a expectativa de vida pode variar até 23 anos quando comparados os bairros nobres e periféricos. Por isso, se juventude por um longo tempo foi termo associado aos grupos de estudantes e universitários que faziam parte de partidos, diretórios acadêmicos e sindicatos, a partir da década de 1990 o termo sofre ampliação e deslocamento. Da mesma forma, o termo periferia sofre as principais alterações na mesma década.

D’Andrea (2013) afirma que é a partir da década de 1990, que o termo periferia passa a ser utilizado em larga escala pelos moradores, fundamentalmente, por jovens e negros. O termo passa a ter maior publicização na sociedade, mas também os novos agentes começam a utilizá-lo com um novo significado crítico. Comparando o acontecido com o termo cultura, ele afirma que periferia quando cai em uma “desvalidação” sociológica, passa a ser usada de maneira política pelos nativos. O rap sintetiza tal uso, principalmente na figura dos Racionais Mcs, que criticavam a violência e a pobreza, denunciando a desigualdade social existente na sociedade brasileira. Assim, o Racionais apresenta-se como “formulador e sintetizador de ideias

e subjetividades que perpassavam a periferia no período em que se inicia a ressemantização aqui discutida: a década de 1990” (D’ANDREA, 2013, p. 133). Uma das razões dessa mudança também está ligada a mudança e substituição do binômio operário-subúrbio. Na recusa da categoria “trabalhador” ressalta-se a de “morador” de um lugar com carências infraestruturais de nome *periferia*.

Caldeira (2000) em *Cidades dos Muros* aborda muitos aspectos da relação centro-periferia. Analisa como a sociedade brasileira com sua legitimação da vingança e do punitivismo, criou o slogan “bandido bom é bandido morto”. Conforme analisado em minha pesquisa de mestrado, esse slogan sustenta uma das maiores perversões construídas em relação aos jovens periféricos e suas famílias: a suspeita. O que o slogan traduz é que, no caso de os jovens terem participação em ações criminosas, a morte seria justificada. Passam a operar processos ideológicos sobrepostos, um primeiro de instaurar a suspeita e deslegitimar o discurso e os laços de confiança no interior das famílias dos jovens; e outro de sustentar que, já que o sistema judicial tem falhas, pode-se fazer “justiça com as próprias mãos”. Caldeira (2000) aponta como alguns corpos se tornam incircunstritos: corpos violáveis, para os quais se extingue o campo do privado e a proteção de direitos. As experiências de enquadro, revistas e a brutalidade dos assassinatos revelam o apagamento desse limite e proteção ao corpo:

O corpo é concebido como um locus de punição, justiça e exemplo no Brasil. Nos corpos dos dominados- crianças, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos- aqueles em posição de autoridade marcam seu poder procurando, por meio da inflição da dor, purificar as almas de suas vítimas, corrigir seu caráter, melhorar seu comportamento e produzir submissão. (...) Por um lado, o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação, é um corpo permeável, aberto á intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente da sua ausência. No Brasil, onde o sistema é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros (CALDEIRA, 2000, p. 370).

E nesse apagamento de limites se instaura uma ambiguidade notável em relação a visibilidade e a invisibilidade desses jovens. Se, por um lado, suas existências e seus corpos são marcados pela invisibilidade diante de certas instituições estatais e de grupos das elites; por outro, a visibilidade em alguns espaços e instituições parece apenas garantir que seus corpos possam ser violados. O que se torna melhor: passar continuamente despercebido ou ser continuamente percebido como ameaça e como corpo violável? A mesma dinâmica se reproduz no espaço escolar, esse criado e pautado por diversas leis de proteção à criança e ao adolescente, infelizmente, recai em alguns tipos de violência semelhantes, causando nos jovens a mesma

sensação de invisibilidade e de falta de escuta. Ali a visibilidade também parece ser garantida e gerada apenas nas situações de conflito e violência (OLIVEIRA, 2019).

É desse cenário violento que o Racionais Mcs trata em muitas de suas músicas. A constituição do sujeito periférico transfere os sujeitos para o campo da visibilidade e, apesar das críticas de Caldeira a uma suposta homogeneização vinda das músicas, D'Andrea (2013) contextualiza a diferença do ponto de vista do sujeito periférico acerca da década de 1990:

Para entender o posicionamento do grupo, é necessário voltar o olhar àquela década de 1990. No que se refere à economia nacional, os governantes se empenhavam em acabar com uma inflação galopante por meio de sucessivos planos econômicos. A pobreza e a recessão aumentavam, assim como as desigualdades sociais. No plano social, a violência crescia e os homicídios nas grandes cidades chegavam a índices alarmantes. As chacinas se acumulavam e a periferia contava seus mortos dia a dia. As taxas de desemprego batiam recordes. Em São Paulo, o transporte público era privatizado e intensificavam-se as remoções de favela. A tensão social era patente (...) (p. 134).

Heliópolis, por exemplo, no final da década de 1990 era tido como um dos territórios de maior criminalidade e violência do Brasil. Como nos aponta Marília de Santis:

No final dos anos 90, a região de Heliópolis era dominada pelas ações do crime organizado e era comum que todos os equipamentos educativos do território cedessem aos rotineiros toques de recolher impostos pelo poder paralelo, liderado por traficantes de drogas. A localidade se destacava em âmbito nacional pelas altas taxas de criminalidade e violência (SANTIS, 2014, p. 69).

Na narrativa de Laura, é possível observar o mesmo retrato:

Como foi pra você crescer em Heliópolis? Você nasceu lá?

É, nasci no bairro da Saúde. Minha mãe morou acho que, acho que ela mkrou ainda um ano e a gente morava tipo no bairro que a gente fala que é São João Clímaco, ali perto da igreja da Santa Edwiges. Depois que minha mãe foi comprar, tinha um ano, com um ano de idade ela comprou o terreno lá em Heliópolis. Na época custava uns 5 mil reais, acho que uns 10 mil reais ela comprou a casa. Hoje você vai lá e tem casa de 100 mil reais, que você fala: gente, que é surreal! Pessoal tá vendendo casa em Heliópolis por 100 mil reais, tipo nem tem escritura, nem tem nada! Mas tá vendendo esse valor. Aí eu nasci lá, eu peguei a época que tipo ainda era hmmm. Tinha toque de recolher. Eu lembro, tem passagens que eu lembro, minha mãe sempre foi uma pessoa muito política, ela sempre se envolveu muito em política. Não participava, mas ela sempre falou muito dentro de casa, então eu lembro na época do Paulo Maluf, tipo naquela época tinha a rota em Heliópolis, tipo o tempo de ter massacre mesmo. Da gente não ficar na rua por conta de toque de recolher, então eu peguei essa época da adolescência até a época que foi melhorando. E eu percebi essa mudança que Heliópolis teve, não tem como negar. Quem morou lá desde pequenininho e viu, imagina quem foi antes de mim assim, eu acho que com certeza tem mais história. Mas eu percebi assim que nem pra estudar, nem imagina em fazer uma faculdade a gente imaginava na época. O salário que os pais ganhavam... é, essa coisa da gente poder explorar o centro da cidade. NUNCA! Tipo num conhecia tanto o centro, num conhecia tanto outros bairros. O máximo que eu conhecia era Heliópolis da minha casa.. nem o Heliópolis não conhecia, Bia!

O contexto analisado por Caldeira é justamente o início da propagação das políticas neoliberais, por meio de um discurso acerca da prosperidade. É a década onde se instaura “A cidade de muros” formada por seus condomínios fechados cheios de consumo de luxo. Quando há a ampliação massiva do setor de serviços, também se opera um abandono da categoria trabalhador e a emergência do discurso do empreendedorismo. D’Andrea (2013) demarca como tal discurso é abrangente e poderoso, tendo consequências também nos desejos de consumo que adentram a periferia.

O discurso dos Racionais Mcs demarcava esses antagonismos da sociedade, contrapondo-se ao discurso da prosperidade por meio da evidência da dura realidade nos bairros pobres, apontando uma superação do binômio violência-pobreza por meio do igualitarismo periférico e da potência existente nas próprias periferias e em seus moradores para superar seus dilemas. É nesse contexto, que o termo periferia passa a ser também uma autoatribuição identificatória, e que o sujeito periférico passa a operar como identidade, principalmente, entre os jovens. Apesar do uso ter tido início ainda na década de 1980 por meio dos movimentos sociais populares, na década de 90 aprofunda-se o uso político e adiciona-se a dimensão subjetiva.

4.3. Novas identidades políticas

Tiaraju D’Andrea (2013) transmite sua própria narrativa, que corrobora para a análise da importância dos movimentos culturais em um cenário de afastamento dos partidos políticos da base nos anos 90:

Ter entrado com 13 anos em uma torcida organizada, começar a frequentar escolas de samba e me admirar com a força do nascente movimento hip-hop estava relacionado ao sumiço do PT, das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e com o enfraquecimento dos movimentos sociais populares da periferia, tão fortes e atuantes nos 1980. Os primeiros dez anos da minha vida tinha passado acompanhando minha família em reuniões políticas. Já na década de 1990 o que estava dado para nós era o futebol, o samba, o rap. Algo tinha mudado, mas demorou para cair a ficha. Ao fim e ao cabo, eu também era fruto da minha geração e do meu espaço social e geográfico. Um rapaz comum. (p. 2).

Na entrevista feita por Laila Sala (2019) com Reginaldo José, liderança do movimento da Juventude da UNAS e que cresceu em Heliópolis é descrito o mesmo contexto:

É, eu costumo falar que o Hip Hop, principalmente o Rap, mas a música no geral sempre fez parte da comunidade... A música, a cultura, a arte, sempre fez parte das gerações e teve papel fundamental. Para mim às vezes cumpriu um papel que a escola não conseguiu cumprir. Por exemplo, tinha uma música do SLJ que era um grupo de Rap da década de 1990, começo dos anos 2000 que era assim “na escola a professora não ensinava nem o que era genocídio” e eu pensei, caramba, eu não aprendi o que

era genocídio na escola, e eu fui pesquisar e fui ver , que palavra forte! E a importância da gente saber o que é o genocídio que hoje a gente vive, o genocídio da juventude negra e periférica, e a gente não percebia aquilo acontecendo debaixo das nossas barbas, e através da música começamos a nos orientar. Racionais MCs foram uns caras que alertaram muito, que falavam muito sobre a realidade daquela época, nua e crua e foi um choque. E de uma maneira muito diferente porque não usaram a mídia, nem a tv, foi olho no olho, através da música, conseguia chegar na gente. Então a música e a cultura sempre tiveram presentes aqui. E o Rap em si, o hip hop, teve um papel fundamental para minha geração, porque era através da música que a gente conseguia denunciar o que estava acontecendo aqui na comunidade, através da música que a gente tinha uma voz da periferia... A gente falou muito de espaços de escuta, de dar voz para a juventude, e o rap proporcionava isso, a gente poder falar o que estava acontecendo com a gente do jeito que a gente pensava. Então acho que nossa geração foi privilegiada nesse sentido (SALA, 2019, p. 24).

Havia uma insatisfação com os espaços anteriores de organização como os partidos e sindicatos, daí que emerge uma cena cultural do hip-hop (mas não só) que reunia os coletivos de produção artística que buscavam apresentar a realidade periférica a partir das narrativas de seus moradores:

Desde sempre, o discurso dos moradores da periferia sobre a própria periferia, formulado em meados da década de 1990, aponta: o problema é a desigualdade social; o problema é a sociedade como um todo; o problema é a polícia que vem de “lá” matar “aqui”; o problema são os políticos, os “playboys”; o problema são os Zé Povinho, que reproduzem o discurso do outro lado. A periferia pode ser, em larga medida, onde “se encontrava” o problema, ela não “era” o problema. O problema era a sociedade como um todo (...) esse termo apresentava essas desigualdades não pela opressão no mundo do trabalho, mas pela ótica da desigualdade urbana (D’ANDREA, 2013, p. 137).

Para descrever especificamente a experiência do sentir-se periférico e a forma como isso se converte em uma identificação, D’Andrea ressalta o contexto urbano. A periferia se constitui em oposição às regiões bem estruturadas e de maior poder aquisitivo da cidade. Fala de uma experiência de segregação socioespacial, marcada pela necessidade de longos e precários deslocamentos no trajeto trabalho-moradia, isso quando o trabalho existe. Enfatiza uma relação não apenas com o lugar de vida, mas uma experiência de relação com a cidade como um todo; fala da vida cotidiana, das relações, da moda, do lazer; vai desde os sofrimentos até as potencialidades envolvidas em viver na quebrada. Inclui também a capacidade de lidar com a violência que ali existe, e que não pode ser ignorada nem mesmo por meio de muros. Fala de uma situação e experiência comum na cidade; assim, pode-se dizer que a população da periferia e o sujeito periférico constantemente se formam, mas também são formados. Ou seja, a desigualdade social no contexto urbano forma as periferias, mas também o sujeito periférico se forma ali dentro e, a partir dessa experiência compartilhada, transforma a identidade coletiva em potência.

D’Andrea (2020) sintetiza as condições de formação do sujeito periférico como:

- o assujeitamento às condições- situações sociais para além da vontade do indivíduo;
- a formação de subjetividades- as condições geográficas, sociais e histórias produzem relações sociais que fundam experiências basilares de socialização no bairro, família e escola que formam um dado habitus que se entrelaça a experiência racial, de classe e de gênero;
- os códigos sociais compartilhados- a linguagem compartilhada em contraposição a outras típicas de territórios centrais; consciência de pertencimento- elaboração intelectual que fornece a compreensão da posição urbana compartilhada;
- e o agir político- o apoderar-se da própria história, tornando-se sujeito político a partir de ações em prol de seu território.

Ele ressalta que as duas últimas precondições não tratam de processos que envolvem toda população periférica, porém, se referem, centralmente, a juventude. Segundo o autor, no contexto brasileiro como um todo, havia uma sociologia funcionalista que contribuía muito para a construção da juventude como um problema social. Assim, a ideia de periculosidade foi levada, principalmente, para o jovem. Era dito que o jovem padecia de uma suposta incompletude que o levaria a uma tendência de comportamentos de risco e desviantes. A rebeldia era considerada ao lado da periculosidade. Assim, a identidade periférica foi adotada pelos jovens da quebrada também como uma oposição as ideias compartilhadas de periculosidade. Laila Sala (2019) discute tal questão em *Junto e Misturado: a rebeldia é tarefa da juventude* e realiza uma entrevista com Gabriele Caroline Souza, que trabalha no projeto “De Olho na Quebrada” em Heliópolis, na qual pergunta sobre sua percepção em relação à juventude. Ela responde:

Eu acho que as pessoas estão sentindo a potência que a favela pode tomar e querem breicar isso agora. Querem cortar “o bem” pela raiz. Não é nem o mal pela raiz, é o bem pela raiz. Ninguém quer que favelado seja empoderado. Porque se você ensina um jovem favelado a ser esperto o suficiente e fala que ele tem capacidade suficiente, tanto quanto um jovem rico, tá ligado? Já era, porque uma pessoa que cresceu na favela e que sabe o que é passar dificuldade, ela tem muita força para ela conseguir o que ela quiser. Mas aí eles não querem que isso aconteça, porque se nós jovens da quebrada pudéssemos ter tanta voz quanto eles, eu acho que estaria muita coisa diferente. Porque o jovem da quebrada, ele sabe reconhecer o que são necessidades mesmo. Não pessoas que estão lá em cima as necessidades deles vão totalmente diferente das nossas. Para eles, cultura não é porra nenhuma. Uma coisa que a gente não gosta é esquecer o valor da cultura (p. 36).

Isso significa que a emergência do sujeito periférico passa a produzir novos processos em termos políticos, como a utilização de periferia acima da noção de “classe”, ou seja, a categoria “periférico” se torna mais potente e atravessa distintas localidades com situações sociais próximas. Anteriormente, esse reconhecimento se concentrava na categoria “trabalhador”. A periferia, o periférico, a periférica e a favela se tornam posicionamento

político-territorial, centralizada na organização por meio de coletivos, nos quais a presença da arte é considerada cultura política (D'ANDREA, 2020). A cultura periférica é analisada por Érica do Nascimento (2011) tanto como um conjunto simbólico próprio das camadas populares que habitam as periferias, quanto pelos produtos e movimentos artístico-culturais por eles protagonizados. Ela junta

modo de vida, comportamentos coletivos, valores, práticas, linguajares e vestimentas dos membros das classes populares situados nos bairros tidos como periféricos. E dela ainda fazem parte manifestações artísticas específicas, como as expressões do hip hop (break, rap e grafite) e a literatura marginal, que reproduziam tal cultura no plano artístico não apenas por retratarem suas singularidades, mas por serem resultados da manipulação dos códigos culturais periféricos (como a linguagem com regras próprias de concordância verbal e uso do plural, as gírias específicas, os neologismos, etc.) (NASCIMENTO, 2011, p. 13).

A cultura é, portanto, o novo significante que reúne coletivos e militantes da juventude periférica. E é no interior dos movimentos culturais que grande parte da juventude se forma; nos saraus, nas leituras, nas batalhas é produzido um letramento que ultrapassava aquele dado pelas escolas. Sérgio descreve:

O Hip Hop ele passou uma visão que outros estilos musicais não. Olha o rap, o reggae, até o próprio samba... se bem que o samba já é mais divertimento também. Mas o hip hop não, o hip hop politizou. O pessoal que canta rap, antigamente era assim, não sei nos dias de hoje o pessoal já leva na brincadeira. Mas se você ouve Gog, ouve Racionais, ouve RZO, o pessoal estudava pra escrever as músicas. Que nem tem uma música que chama Clã nordestino, chama Locomotiva da Fila. Que nem tem uns caras que foi pelo rap que conheci, que nem Zapata, Rosa Luxemburgo, através da música eu conheci verdadeiros revolucionários. Foi através do Hip hop que eu conheci Malcom X, na escola nunca me ensinaram sobre Martin Luter King. Eu aprendi um pouquinho sobre Che Guevara (...) Eu gosto dele, mas não gosto dele 100%, não sou muito chegado, eu gosto mais de Martin Luther King, Rosa Luxemburgo, Steve Biko, Malcolm X, essas pessoas que conheci através do hip hop. Eu aprendi a me ingressar mais na literatura pelo hip hop, Carlos Drummond de Andrade eu conheci por conta do hip hop. Aprendi um pouco na escola, claro. E todas essas pessoas que eu acabei de citar com você, mas também o GOG, RZO, Tupac, essas pessoas, Panteras Negras. Panteras Negras eu aprendi com um professor da Campos Salles, mas não foi em aula não, a gente parou pra conversar e ele veio falar e eu comecei a me ingressar e ouvir mais. A primeira escola que me abriu a cabeça, onde tudo começou foi o Campos Salles, e a UNAS, e o Heliópolis. E a rádio, claro...

Ana Lúcia Souza analisa tal processo e enfatiza o letramento de reexistência:

Estando nas bases da tese, no que se refere ao universo do *hip hop*, as práticas de letramentos são voltadas para a concretude da vida dos ativistas, relacionando-se às questões culturais e políticas e visando, de alguma maneira, ampliar suas possibilidades de inserção em um lugar de crítica, contestação e de subversão no qual, como sujeitos de direitos e produtores de conhecimentos, possam forjar espaços e atuar dentro e fora da comunidade em que vivem. Inserir-se nesses lugares provoca a inscrição em uma complexa rede de relações sociais, na qual, por meio dos discursos, é negociada a ocupação e a sustentação de formas de participação social compromissadas com as transformações das relações sociais e raciais (SOUZA, 2009, p. 23).

Paralelamente ao hip hop como produtor de identidades e reconhecimento, também há, no século XXI, novos fenômenos culturais periféricos como o funk “ostentação” que diz respeito, centralmente, a uma exibição de bens de consumo e marcas. Muitas das letras falam sobre a possibilidade de abandono de uma vida de necessidade, que fica pra trás e se apaga frente a uma vida marcada pelo excesso e abundância. O uso das novas tecnologias permite com que os cliques se espalhem e tenham milhões de visualizações. Tal estilo traduz uma imagem hedonista, mas também fala de um projeto de ascensão social e de reversão de estigmas (PEREIRA, 2014). O curioso é que, mesmo nesse cenário, os bens de consumo não significam um abandono ao orgulho da condição periférica. Ou seja, a origem social é tratada como potência também em meio ao funk ostentação. O projeto de mudança de vida, no entanto, traz outros significantes, inicialmente centralizados na idealização da criminalidade, mas depois traduzidos pelos projetos individuais de enriquecimento rápido que dariam acesso aos bens de consumo de alto valor a serem ostentados.

Diante das transformações descritas, a luta por reconhecimento parece conformar uma nova gramática para as lutas sociais, na qual a identidade periférica é incorporada para além de um posicionamento político. As lutas por reconhecimento reorganizam muitos movimentos sociais que agora enfatizam a diferença a partir de gênero, raça e idade, resultando, no caso da UNAS, na constituição do movimento negro, LGBTQ+, da juventude e de mulheres. A questão da diferença é carregada como nova bandeira que, muitas vezes, se sobrepõe à da igualdade pautada antes da década de 1990 (D’ANDREA, 2020).

4.4. Diferença e diversidade: os perigos da identidade enquanto norma regulatória

As novas configurações dos movimentos políticos levaram alguns autores, nos últimos anos, a questionar o caráter emancipatório das identidades a partir das concepções de reconhecimento e liberdade. Furlan (2020) aponta que o reconhecimento passou a operar enquanto mecanismo de controle; as identidades são capturadas de forma que o reconhecimento se torna discurso e política de Estado, configurando-se como norma regulatória dos corpos, exigindo a emergência de novas identidades políticas em busca de reconhecimento. Ou seja, apesar da potência disruptiva e negativa das identidades, elas também podem ser incorporadas a uma lógica de mercado, estreitando ainda mais as condições para um reconhecimento genuíno. Segundo Butler (2018),

A questão do reconhecimento é importante porque se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis. Mas e se o campo altamente regulado da aparência não admite todo mundo, demarcando zonas onde se espera que muitos não apareçam ou sejam legalmente proibidos de fazê-lo? Por que esse campo é regulado de tal modo que apenas determinados tipos de seres podem aparecer como sujeitos reconhecíveis, e outros não podem? Na realidade, a demanda compulsória por aparecer de um modo em vez de outro funciona como uma pré-condição para aparecer por si só. E isso significa que incorporar a norma ou as normas por meio das quais uma pessoa ganha um estatuto reconhecível é uma forma de ratificar e reproduzir determinadas normas de reconhecimentos em detrimento de outras, estreitando o campo reconhecível (p. 42).

Sustentar um recorte identitário para o reconhecimento, ou seja, lutar por uma nova identidade reconhecível significaria reiterar a existência de normas para o reconhecimento. Nesse mesmo sentido, Ciampa (2002) dirá que a relação entre indivíduo e grupo contém uma tensão entre “políticas de identidade” e “identidades políticas”. As identidades coletivas se refeririam a um personagem: fala-se no singular “negro”, “trabalhador”, “lésbica”, etc., cada um correspondendo a um movimento em busca de construção de políticas de identidade específicas.

A questão das políticas de identidade de grupos envolve a discussão sobre a autonomia (ou não), que se transforma para indivíduos em indagações sobre a autenticidade (ou não) de individualidades políticas, talvez refletindo duas visões opostas, dependendo de se colocar a ênfase na igualdade – uma sociedade centrada no Estado – ou na liberdade – uma sociedade composta de indivíduos (CIAMPA, 2002, p. 134).

Dessa forma, a identidade pode tornar-se norma regulatória das relações. Já a identidade política surgiria da busca por uma forma de igualdade que abarcasse a diferenciação dos indivíduos em suas metamorfoses identitárias. Essa identidade, segundo Ciampa, teria o real caráter emancipatório, sendo consequência do sujeito e não o conformando. O autor assume que pode haver a necessidade de políticas de identidade, mas elas devem criar uma solidariedade que garanta que, em um segundo momento, se renovem os projetos e as pretensões de reconhecimento já não se valham da necessidade das identidades coletivas.

Apesar de tais contestações é essencial ter em conta que as posições de opressor e oprimido são circulantes e marcas como raça, gênero, origem e orientação sexual corroboram e influenciam nas relações de poder. Considero aqui que a racialização é fator inalienável de qualquer discussão política no contexto brasileiro; portanto, entende-se ser impossível, em um primeiro momento, lutas no Brasil que ignorem a pauta da diferença. Contudo, é importante levantar as novas questões trazidas, inclusive, pelos autores referentes para os estudos pós-coloniais e culturais; tais questões refletem a dialética como modo de análise da realidade e apontam que as identidades também podem produzir divisões, e, portanto, enfraquecer o

horizonte da luta por igualdade frente a uma exaltação das liberdades individuais. Quando a diferença, que inicialmente criaria solidariedade, serve ao afastamento entre as pessoas em uma disputa por maior legitimidade e reconhecimento, há também a criação de uma nova norma regulatória. Além disso, as identidades também sofreram uma captura e influência da racionalidade neoliberal, de forma que o discurso da *diversidade* passou a ser o principal adotado para dar conta das diferenças e abordar as identidades coletivas. O termo tem sido utilizado com fins de esvaziamento político:

(...) de maneira que esta espécie de outro onde foram colocados e excluídos os diferentes, os racializados, colocados no lugar da doença e/ou do desvio e tratados como inexistentes, incivilizados, bárbaros, estranhos são de alguma maneira recapturados por uma rede denominada *diversidade*, e incorporados, ou melhor, incluídos, de forma que a diferença que anunciam não faça nenhuma diferença (...) a diversidade, portanto, tem se caracterizado como uma política universalista de maneira a contemplar o todo, todas as formas culturais, todas as culturas, como se pudessem ser dialogadas, trocadas, a diversidade é, portanto, o campo esvaziado da diferença (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; DA CRUZ, 2011, p. 93).

Como apresentado anteriormente, a base da construção da identidade é a *diferença* (BRAH, 1996/2016) que necessita ser preservada. As retóricas neoliberais de *diversidade* e *autenticidade* inundam os novos projetos de transformação social que minimizam o caráter definidor da desigualdade. No próximo capítulo, analisarei o encontro dos atributos do empreendedor com a realidade periférica, mostrando como esse processo também envolve a adaptação da retórica neoliberal às pautas da diferença. Novos discursos têm legitimado velhas práticas de exploração e, infelizmente, o discurso empreendedor tem sido agenciado por fundações e empresas com fins de desmonte do Estado. Um dos grupos que acaba prejudicado é, justamente, a juventude periférica, pois necessita das políticas públicas, mas acaba sendo receptáculo apenas de dois tipos de políticas: de inserção ou reinserção no mundo do trabalho ou de formação empreendedora (TOMMASI e CORROCHANO, 2020).

5. O empreendedor: flexível e autônomo

Ao abordar a constituição do sujeito periférico e, conseqüentemente, da juventude periférica foi essencial analisar os processos referentes ao mundo do trabalho. Considero aqui, assim como Guimarães (2005), Abramo (2016) e Tommasi e Corrochano (2020) que a categoria trabalho não perde a centralidade na vida dos jovens, apesar do enfraquecimento da categoria trabalhador. Assim, é importante considerarmos que, também na década de 1990, há transformações no mundo do trabalho que levam a uma expansão do discurso do empreendedorismo e um grupo grande de jovens que passa a identificar-se enquanto empreendedor. A autonomia e a flexibilidade são as qualidades centrais associadas ao “indivíduo” empreendedor que encontram ressonância nas experiências do sujeito periférico.

A escolha por entrevistar Laura e Sérgio foi feita, justamente, por ambos se identificarem enquanto empreendedores e militantes. O presente capítulo revela como a subsunção do mundo do trabalho, as políticas de austeridade e os mitos sobre o Estado erigem uma base para a expansão do empreendedorismo. O empreendedorismo se estabelece no mundo do trabalho e para além dele e, para compreender tal processo, utilizo como bases de análise, teorias que partem de paradigmas distintos, mas levam a conclusões complementares: o empreendedor como o sujeito da racionalidade neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2016), e o empreendedorismo como gramática que traduz as novas premissas morais relacionadas ao mundo do trabalho e aos ideais de liberdade negativa (HONNETH, 2008).

5.1. Juventude e a subsunção do mundo do trabalho

Para a compreensão das mudanças na estrutura social no capitalismo contemporâneo, é importante a observação das estruturas econômicas e seus desdobramentos no mundo do trabalho. É na década de 1970 que tem início uma transição no capitalismo a nível mundial, cujos desdobramentos e transformações seguem acontecendo. As mudanças em 1970 tinham como objetivo recuperar níveis de acumulação e reprodução do capital e reestabelecer a hegemonia capitalista, que parecia em crise, principalmente no interior dos espaços produtivos.

O processo adotado foi o de financeirização da economia e mundialização do capital, consolidando o novo mundo dos serviços. Antunes e Pochmann (2007) apontam a influência da substituição do Welfare State nos Estados Unidos e Inglaterra, por conta das vitórias dos

projetos neoliberais simbolizados por Reagan e Thatcher. Essas vitórias e esses projetos significaram privatizações, desregulamentações de todo tipo e um fortalecimento da ênfase privada no aparato estatal. A empresa moderna é uma empresa enxuta, que amplia maquinários e constrange, limita e restringe o trabalho vivo.

No caso do Brasil, o processo de desindustrialização precoce e modernização conservadora tem início também nos anos 70 no Brasil. A industrialização tardia, as marcas do passado escravocrata e colonial, a não realização das “reformas civilizatórias” e a estrutura política nacional relegam ao trabalhador brasileiro, a condição de subconsumo (POCHMANN, 2014). A classe média não produtora se consolida durante a ditadura, e as políticas como o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), consolidam uma classe de rentistas, o que irá, com o passar do tempo, onerar o Estado e aprofundar a desigualdade e a exclusão social.

Mattos, Bastos e Barone (2015), evidenciam como as reformas do período ditatorial favorecerem uma lógica privatista, por meio da financeirização. A reforma bancária no Brasil define um desenho de sistema bancário que nos tempos de inflação protege a classe média e alta e dá origem ao rentismo. A reforma tributária cria o sistema de impostos indiretos cujo modelo segue até hoje; enfatiza os impostos indiretos – que representam mais de 51% da carga tributária bruta total. Opta-se por impostos sobre bens e serviços (impostos indiretos) – em detrimento de impostos sobre a renda e a propriedade (impostos diretos); dessa forma, não há aplicação real do princípio de capacidade contributiva, o que resulta em um sistema regressivo, no qual famílias de renda proporcionalmente menor financiam uma maior fatia do Estado (FERNANDES; CAMPOLINA; SILVEIRA, 2019).

Durante a ditadura, diante do cenário de precarização e inflação contínua, os movimentos sociais, estudantis e partidos progressistas lutam pela redemocratização por meio da retomada de um projeto social-desenvolvimentista. No entanto, os anos seguintes revelam que a transição teve uma dimensão de acordo orquestrado, predominantemente pela elite (OLIVEIRA, 2020). A redemocratização é seguida por governos que adotam políticas neoliberais e que, portanto, influenciam diretamente o desmonte do Estado.

A crise vivida nos anos 1990 já é consequência do desenvolvimento da terceirização, da precarização do emprego e do aumento das formas de emprego temporárias. Boltanski e Chiapello (2009) ressaltam a dimensão da flexibilização interna e externa do trabalho: internamente às empresas aprofundou-se a fragmentação dos trabalhadores, com diferenciações gritantes em termos de regras e submissão a diferentes empregadores. Ainda haviam as consequências dos mecanismos de seleção e exclusão, por meio das seleções psicológicas,

enfetizava-se as supostas competências que transferiam a responsabilidade para o “indivíduo não capacitado”. Além disso, havia uma redução da proteção dos trabalhadores, retrocessos salariais e o aumento na intensidade do trabalho por conta do uso de novas tecnologias.

O nome da vez é o empreendedor, aquele que inova, é flexível e se entende enquanto seu próprio chefe. Fortalece-se a concepção de que o indivíduo deve ser sua própria empresa e se responsabilizar pessoalmente pelas instabilidades que vive. Bologna (2006) analisa a década de 1990 como período pós-fordista, no qual há um desmantelamento do emprego público, uma transformação dos quadros intermediários das empresas, uma retirada de garantias e adição de obrigações aos trabalhadores, um distanciamento cada vez maior entre os empregados de alto nível e gestores em relação ao restante dos empregados, uma progressiva degradação dos serviços públicos que, combinados a um elevado custo dos aluguéis nas metrópoles levam a transformação das condições de trabalho e do status social. D’Andrea (2013) descreve as consequências de tal crise na periferia:

Todavia, e retornando ao objetivo deste ponto do texto, ressalta-se que o mundo do trabalho passava por um período de crise naqueles idos de 1990. Já não se acreditava nas promessas do mundo do trabalho, e nem nos possíveis benefícios que ele possivelmente traria. Não era mais possível a ascensão social por meio do trabalho. Muito mais distante estava a emancipação da classe por meio do trabalho. Até mesmo a subjetividade do jovem da *periferia*, de acordo com as experiências sociais dos pares e dos mais velhos sentenciava: não vamos ficar ricos por meio do trabalho e nem vamos fazer a revolução por meio da classe trabalhadora inserida no mundo do trabalho (p. 153)

Tais transformações no tecido produtivo irão acarretar em uma forte desconstrução do mundo do trabalho. Há uma degradação da situação econômica e social de um número crescente de pessoas mesmo em um capitalismo em plena expansão. A palavra da vez passa a ser a flexibilização: garantir acumulação, mas de maneira cada vez mais flexível. Assim, é compreensível que na década de 1990 haja um enfraquecimento da identificação com as categorias trabalhador e classe trabalhadora em meio a população moradora dos bairros populares. É justamente nesse cenário de demandas de bem-estar, de crescimento dos movimentos culturais e de um esfacelamento do mundo do trabalho, que se inserem os governos petistas, os quais trabalham de maneira inteligente o investimento ao crédito e ao consumo, valorização do salário mínimo, alavancando investimentos e aumentando os gastos públicos com políticas sociais e de transferência de renda.

Se por um lado, tais políticas têm potencial de emancipação, de valorização da população periférica e de superação de estigmas, por outro, há uma captura do mercado que entende a importância do consumo da classe C e da nova classe média emergente, resultado

principalmente dos anos de gestão federal de Luis Inácio Lula da Silva. Assim, há também uma celebração mercadológica no século XXI que usa o termo periférico e o esvazia, transformando periferia em negócio e mercado a ser disputado. A ideia do “pobre que venceu na vida” é reflexo da inclusão social pelas vias do consumo (D’ANDREA, 2013). É nesse contexto que se exibem, como nunca antes, as imagens das favelas, periferias e seus habitantes. “São fenômenos que se processam nesse cenário paradoxal, no qual a celebração das potencialidades dos territórios da pobreza caminha em paralelo com o esvaziamento ou crise das formas históricas de participação e organização dos setores populares” (p.11).

Em relação à juventude, os anos de gestão de Lula demarcam a ampliação do emprego formal e a extensão do tempo de estudo. Ou seja, são anos de inclusão dos jovens periféricos no Ensino Superior e aumento do emprego formal. No entanto, é interessante pensar que, mesmo nesses anos, focou-se em uma dimensão dos problemas do mundo do trabalho: a ausência de empregos formais. Ou seja, buscou-se baixar os índices de desemprego entre os jovens, mas a questão da qualidade do trabalho não foi diretamente enfrentada.

Tommasi e Corrochano (2020) chamam a atenção para que, mesmo nos programas de gestão petista, os focos das políticas para o trabalho na juventude se dividiam em qualificar (ampliar a formação) e empreender. Portanto, o empreendedorismo fez e segue parte de programas de governos progressistas, sendo, inclusive, um dos eixos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). É preciso reconhecer os avanços alcançados nesses anos: entre 2006 e 2013 houve uma redução de 15,6% para 13% na taxa de desemprego entre jovens de 15 e 29 anos, e de 52,1% para 38,6% na informalidade (OIT, 2016), porém,

A despeito de algumas mudanças positivas, os jovens permanecem com dificuldades para acessar e permanecer em um posto de trabalho decente, nos termos definidos pela OIT (BRASIL, 2006), especialmente aqueles pertencentes a famílias de mais baixa renda, moradores de áreas metropolitanas mais pobres ou de determinadas áreas rurais, mulheres e negros de ambos os sexos. Também fica clara a necessidade de tematização e construção de propostas para os jovens no mundo do trabalho considerando as oportunidades de emprego, a qualidade do trabalho, a singularidade de suas trajetórias ocupacionais, os dilemas enfrentados no interior dos espaços de trabalho e os desafios da articulação entre educação, trabalho e vida familiar (CORROCHANO e ABRAMO, 2016, p. 113)

Assim, já em 2013, Singer analisava que nas Jornadas de Junho era possível observar um amplo grupo de jovens que havia ingressado no mercado formal durante 2002-2013, mas que padecia de baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Nessas manifestações havia uma pauta central em jogo: “o direito à cidade”. Andar e estar nas ruas protestando também foi um modo de escancarar a visibilidade perversa atribuída ao jovem periférico; ou seja, evidenciar a conexão sempre feita entre pobreza e violência, levando a frente

as pautas formuladas e difundidas durante o início do séc. XXI por meio dos movimentos culturais. Assim, é também a partir das Jornadas que emerge, com cada vez mais força, a ideia do “Nós por nós”. Silva e Carade (2018) analisam o “Nós por nós” como tradução de uma mudança fundamental na organização e formação política desses jovens. Fala de uma nova geração de jovens que não está envolvida com o tráfico, mas tampouco são os “jovens de projetos sociais”. Ou seja, são jovens que estão praticando formas de auto-organização e, dentro desses grupos, o empreendedorismo se torna uma bandeira correlacionada à “independência” e “autonomia” da juventude. Percebe-se assim, que a busca de articulação desses jovens de forma independente do Estado é, por um lado, resultado da ausência e das falhas deste na manutenção de políticas públicas de longo prazo; por outro lado, o empreendedorismo, que é apresentado como nova solução, acaba por transferir, ainda mais profundamente, a responsabilidade de sucesso ao indivíduo. Tommasi e Corrochano (2020) reforçam que:

Nesse quadro, o empreendedorismo pode ser considerado outra forma de precarização. O empreendedor deve assumir a responsabilidade pelo sucesso de seu produto ou serviço, “correr atrás” de todas as tarefas que decorrem do abastecimento, da produção, da venda, da comunicação, dos investimentos; deve conviver com as incertezas do mercado e precisa não sucumbir em tempos de recessão, doença ou percalços da vida. Assumir riscos, sem uma rede de suporte adequada, não poder saber com quanto dinheiro é possível contar, viver na incerteza e na precariedade. Cair na pobreza, no endividamento, na falta de amparo são riscos sempre presentes na vida dos empreendedores (...) Mas as redes de solidariedade e apoio mútuo que hoje estão sendo organizadas nas periferias das grandes cidades, com a participação significativa de coletivos juvenis para garantir a sobrevivência das famílias nesse tempo de necessário distanciamento social, mostram que o saber-fazer empreendedor pode ser utilizado para superar o individualismo e a fragmentação (p. 365).

Ou seja, há também um movimento importante de auto-organização nas periferias que utiliza a autonomia como força para lidar com as adversidades. O problema principal é que a ênfase nas discussões e projetos voltados ao empreendedorismo acaba enfraquecendo outra pauta essencial, a nível de Estado, que diz respeito à qualidade do trabalho que é oferecido ao jovem. A situação tem se deteriorado ainda mais com o início da uberização do trabalho por volta de 2015. A criação do MEI transformou muitos trabalhadores em figura jurídica e reforçou a terceirização por parte das empresas e a desregulamentação do trabalho. Assim, tem se consolidado também a figura do colaborador, imagem central da subsunção do mundo do trabalho às leis do mercado. Tal precarização atinge trabalhadores de diferentes classes, mas, como sempre, relega às condições mais desprotegidas os jovens periféricos.

Abílio (2011) analisa, por exemplo, a condição das mulheres de baixa renda, por meio de uma análise das revendedoras de cosméticos, ocupação que se multiplicou nos últimos anos. Eis o tipo de trabalho que ilustra a desconstrução completa das formas de trabalho, unindo

elementos como precarização, informalidade e se amparando no discurso sobre empreendedorismo. Abílio (2017) explica o processo de criação de um e-marketplace que faz uso da *crowdsourcing*, ou seja, de uma multidão produtiva de *trabalhadores amadores*: trabalhos mediados pelas start-ups e aplicativos.

Atualmente, olhando apenas para o Brasil, motoristas, motofretistas, caminhoneiros, esteticistas, operários da construção civil, trabalhadores do setor de limpeza, babás, assim como advogados, médicos, professores, entre outros, contam com aplicativos que possibilitam a uberização de seu trabalho. O mercado de trabalho em geral agora é permeado por um espaço virtual de compra e venda de trabalho, conhecido como *e-marketplace*. Trata-se de um universo virtual extremamente propício para a transformação de trabalhadores em microempreendedores, assim como de trabalhadores em trabalhadores amadores (ABÍLIO, 22 de fevereiro de 2017, disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>).

O discurso do empreendedorismo alimenta projetos de vida frente à precariedade, ou seja, apresenta a mudança ao alcance do indivíduo em oposição à “espera” do Estado. Tal oposição é passível de contestação, afinal, mesmo o trabalho empreendedor pode contar com proteções e regulamentações do Estado. Uma das demandas do atual movimento dos Entregadores Antifascistas é justamente esta; uma intervenção do Estado que obrigue os aplicativos a fornecerem condições decentes para os trabalhadores. Portanto, a discussão sobre o trabalho decente, principalmente para a juventude, é uma agenda política essencial que se enfraquece frente ao reforço do discurso empreendedor.

No Brasil, essa discussão acerca da qualidade do trabalho esteve presente na formulação do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (BRASIL, 2010) e na recente formulação do Plano Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (CORROCHANO e ABRAMO, 2016). Algumas questões são de difícil enfrentamento, mas o fato é que protelar a discussão acerca das questões referentes à qualidade do trabalho oferecido à juventude (o que envolve direitos e proteção social), é manter o descompasso entre a centralidade que o trabalho tem na vida do jovem e a decepção vivida no contato com o mundo do trabalho. Ou seja, discutir qualidade do trabalho é também discutir projeto de vida para o jovem, pois

No que tange às classes populares, a categoria *trabalho* é um eixo estruturador. Questões como emprego e desemprego, salário e greve, instabilidade e informalidade, vadiagem e submissão, ascensão social e exploração, todas elas ligadas ao mundo do trabalho, são cruciais na elaboração dos projetos de vida e de subjetividades. A relação com o mundo do trabalho é fundamental na elaboração de uma projeção de si próprio e do horizonte de possíveis (D’ ANDREA, 2013, p. 152).

Guimarães (2005) em *Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?*” concluiu que, mesmo diante de cenários de incerteza e imprevisibilidade sobre as situações ocupacionais, os jovens mantêm o trabalho como referência importante, não tanto em vias do seu significado

ético, mas principalmente por conta da preocupação com o fato dele ser escasso. Tomasi e Corrochano (2020) apontam a dificuldade da discussão sobre a importância do trabalho na vida do jovem, pois, muitas vezes as políticas ignoram que a busca do trabalho também se dá por uma busca de autonomia, mostrando que, no caso da juventude brasileira, não é suficiente pensar apenas em políticas de qualificação e de adiamento da entrada no mundo do trabalho.

O trabalho ainda segue como um espaço importante de produção de representações simbólicas para os jovens, sendo: um valor, uma necessidade e um direito. Assim, a emergência do empreendedorismo está em profunda consonância com a desregulamentação e precarização do mundo do trabalho. A realidade é de

Falta de qualificação profissional, salários baixos ofertados pelo mercado, carência de oferta de vagas, distância e tempo de transporte que o privam do convívio com a família, somados à visão de oportunidade de montar e manter pequenos negócios próximo de casa, são fatores que atraem essa população. Porém, com poucas condições materiais para se tornarem “patrões”, a iniciativa de empreendedorismo popular identificada na pesquisa não vem acompanhada da regulamentação da informalidade, o que torna esses trabalhadores desprovidos de todo tipo de seguridade social (BOKANY, 5 de abril de 2017, disponível em <https://fpabramo.org.br/2017/04/05/empreendedorismo-trabalho-autonomo/>).

Toda a subsunção do mercado de trabalho às leis do mercado também está profundamente associada à adoção das políticas de austeridade fiscal. Com base no mito do Estado Grande e Ineficiente, observa-se um acelerado processo de aprovação de políticas de austeridade fiscal, concentradas no corte do orçamento público e na redução de direitos.

5.2. As políticas de austeridade fiscal e a perda de proteção social

As Jornadas de Junho de 2013 representaram uma divisão semântica, simbólica e de atores políticos no Brasil e, a partir delas, muitos mitos sobre o Estado se consolidaram. André Singer (2013) aponta que tais jornadas tiveram a presença de uma jovem classe média tradicional e de um novo proletariado que foi conformado nos anos anteriores pelas ações do governo Lula de pleno emprego e acesso ao crédito. A ideologia do combate à corrupção tomou o discurso que, antes, estava majoritariamente centralizado pelo Movimento Passe Livre, buscando a luta pela redução do preço da passagem do transporte público e discutindo, de modo mais amplo, o “direito à cidade”.

Segundo Singer, havia um amplo grupo de jovens que havia ingressado no mercado formal durante 2002-2013, mas que padecia de baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Os partidos e grupos liberais de centro conduziram seu discurso por

meio da ideia de ampliação da participação social, o que agradava a maioria dos participantes. No entanto, a pauta do combate à corrupção (direcionada à esquerda e, fundamentalmente, ao Partido dos Trabalhadores) rapidamente abriu as portas para que discursos conservadores também se misturassem ao caldo, e, o fim das jornadas e os anos seguintes revelaram que a luta não mais era traduzida pelo desejo de reforma política, mas sim pelo aprofundamento da insatisfação com a figura do Estado. Tal insatisfação encontrava respostas, principalmente, nos discursos de ampliação de ação do mercado e da consolidação de governantes que traduzissem discursos conservadores e posturas empresariais.

É desse cenário que surgem diversos movimentos de renovação política, encabeçados pelo Movimento Brasil Livre que surge apoiando a Operação Lava Jato e o Impeachment de Dilma Rousseff. Desde 2014, a operação apurou crimes de lavagem de dinheiro e propina pagas por agentes públicos e instaurou uma perseguição centralizada no Partido dos Trabalhadores, o qual foi duramente atacado nos anos seguintes por meio de um uso direto da opinião pública. Tal operação sustentou a condenação ampla pela imprensa dos movimentos e partidos de origem popular.

Ainda em 2015, já sob influência de tais movimentos e da apertada vitória, a Presidente Dilma Rousseff nomeia Joaquim Levy como Ministro da Fazenda. Ele realiza um enorme contingenciamento na autorização orçamentária, entendido por Rossi, Dweck, & Arantes (2018) como uma política de austeridade, ou seja:

uma política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social. (...) O pressuposto teórico para o sucesso das políticas de austeridade é o aumento da confiança dos agentes privados. A austeridade é o instrumento e a solução para restaurar a confiança do mercado o que, por sua vez, seria causadora de crescimento econômico. Na retórica austera, a busca pela confiança do mercado é muito presente, tanto no exterior como no Brasil. São inúmeros os exemplos em que a equipe econômica evoca esse tema como justificativa para cortes de gastos como em 2016, quando Henrique Meirelles estabelece que o “desafio número 1” é a retomada da confiança ou em 2015, quando Joaquim Levy declara que “alcançar essa meta será fundamental para o aumento da confiança na economia brasileira” (apud Martello; Matoso; Calgaro, 2014). Ou, ainda, em 2018, quando Michel Temer cita “confiança” como palavra-chave que permite a retomada do crescimento econômico no país (Aquino, 2018) (7 e 19).

A política de austeridade de Levy simbolizou uma piora do resultado fiscal, mas foi justificada pelo discurso neoliberal acerca do “desperdício de gastos” e pela “retórica austera” que sustenta que o nível de emprego deve depender, exclusivamente, do “estado de confiança” dos empresários. Rossi, Dweck e Arantes (2018) definirão que tal retórica se sustenta no mito da “fada da confiança” e na “metáfora do orçamento doméstico”; tal metáfora compara o

orçamento público com o doméstico, afirmando que o Estado, assim como a família, não deve gastar mais do que ganha. Dessa forma, em momentos de crise, aponta-se os cortes e a diminuição de gastos como sacrifícios necessários e se ignora que existem retornos dos investimentos do Estado na forma de impostos.

Nos últimos três anos, tivemos um aprofundamento da desigualdade por conta de uma forte mudança política que trouxe novas medidas, como cortes em gastos públicos e a aprovação da Emenda Constitucional 95 (Lei do Teto de Gastos). É a partir das justificativas para implementação da EC95 que Kliass e Cardoso (2016) irão discutir os mitos sobre o Estado Brasileiro. O primeiro é a afirmação de que o Estado Brasileiro é grande demais e, contra esse aspecto, os autores apontam tratar-se de uma confusão entre tamanho do Estado e arranjo institucional coerente com o projeto de desenvolvimento pretendido. No caso do Brasil, haveria uma contradição entre uma ambição desenvolvimentista frente a um instrumento de governo de cunho neoliberal, ou seja, a sustentação de um sistema financeiro que privilegia os rentistas de juros e prejudica gastos públicos reais.

Como duas provas de que o Estado brasileiro não é grande, os autores usam a carga tributária brasileira e o percentual de trabalhadores empregados no serviço público, apresentando uma comparação com a perspectiva internacional. Para ambos indicadores, estamos muito atrás de países idealizados pelos críticos. Segundo a Heritage Foundation (2015), países como Dinamarca (49%), Bélgica (46,3%), Suécia (45,8%) e França (44, ocupam os primeiros lugares em arrecadação fiscal (% do PIB), estando muito distantes do Brasil (34,4%). Sobre o percentual de trabalhadores empregados no serviço público frente a força de trabalho total, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2011) revela que os primeiros lugares são ocupados por Noruega (30%), Dinamarca (29,1%) Suécia (28,6%) e Finlândia (24,9%), novamente muito distantes do Brasil, onde esse percentual é de cerca de 13%.

O segundo mito diz respeito à ineficiência do Estado Brasileiro, quanto a isso Kliass e Cardoso (2016) demonstram que o número de servidores civis ativos não aumentou desde 1988, no entanto, desde esse ano houve um aumento expressivo nas competências e áreas institucionais de atuação do Estado. Isso inclui o acesso da população e das empresas a bens e serviços dependentes da expansão das redes de infraestrutura, além da enorme ampliação da cobertura social entre 2002 e 2013 no Brasil por meio das políticas e programas de assistência e previdência social; trabalho e renda; saúde e educação; e desenvolvimento urbano e agrário.

Dado a manutenção no quadro de servidores e o aumento expressivo de serviços, infraestruturas, tecnologias, pode-se afirmar que, em termos de eficiência, hoje se faz muito mais do que no passado. Os autores esclarecem que a eficiência deve ser levada em conta, sendo importante fazer mais com menos, no entanto, a crítica realizada é em relação à frequência com que a eficiência tem sido colocada a frente da eficácia e efetividade: prioriza-se a gestão de recursos a curto prazo, mas nisso não há planejamento a longo-prazo com vista a eliminação completa dos problemas estruturais nacionais (OLIVEIRA, 2019).

Apesar de tais observações e dos argumentos dados, é evidente que o mito sobre o Estado Grande e Ineficiente se mantém e é usado como justificativa para a implementação contínua de reformas marcadas pela austeridade. Nesse cenário, é o ator privado independente-simbolizado pelas figuras do gestor e do empreendedor- quem são apresentados como os mais habilitados a mover a economia e promover o bem-estar social no Brasil. Assim, observaremos que a retórica empreendedora se baseia nessa deslegitimação do Estado enquanto capaz de reduzir desigualdades e gerir recursos.

5.3. A retórica do empreendedorismo

O novo espírito do capitalismo, que tem início na década de 90, traz consigo o discurso do empreendedorismo, consolidando a identidade do empreendedor. Peter Drucker em 1980 já anunciava a necessidade de uma sociedade empreendedora a qual se opunha frontalmente a ideia de uma sociedade revolucionária:

Na verdade, agora sabemos que “revolução” é uma ilusão, a ilusão difusa do século XIX, mas hoje talvez a mais desacreditada de seus mitos. Sabemos agora que “revolução” não é realização de um novo amanhecer. Ela resulta de decadência senil da falência de ideias e instituições, do fracasso da auto-renovação (DRUCKER, 2014, p.348).

Concebeu-se um novo sujeito para o qual os valores de progresso prévios já não tinham o mesmo apelo, mas que também deveria abandonar seus ideais revolucionários. No caso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a definição utilizada em seu site usa como referência Joseph A. Schumpeter que, em 1942, afirmava que o sistema capitalista tem como característica inerente o processo de destruição criativa. Ou seja, a renovação dos métodos de produção, dos mercados, dos produtos, mas não da base de exploração. Segundo a interpretação dada no site, o agente da destruição criativa seria o empreendedor.

O empreendedorismo consolida-se como um discurso voltado a geração de jovens do presente, formulando uma nova retórica do capitalismo, cujo ponto central é transmitir a ideia de rompimento com o passado dos trabalhos repetitivos, das longas carreiras, incorporando a tecnologia, a mudança veloz e o sucesso. Julia Salgado em *Cultura empreendedora nos discursos sobre a juventude* dirá que o empreendedorismo juvenil foi reforçado por retóricas midiáticas como resposta às demandas por sucesso pessoal e como solução ao problema do desemprego estrutural. Ela compara duas séries televisivas voltadas a juventude e produzidas em temporalidades distintas, uma em 1994 e outra em 2009/2010. Ambas retratam a juventude e a adolescência, porém são produzidas em momentos muito distintos em termos políticos e econômicos para o Brasil. Enquanto o primeiro coincide com um processo de redemocratização no Brasil e com o projeto de Estado de Bem Estar Social que pressupõe um Estado ainda regulador e atuante, os anos seguintes retratam a consolidação de uma racionalidade neoliberal, Salgado afirma:

Tais discursos, ao evidenciar e saudar práticas juvenis empreendedoras, naturalizam a transferência de responsabilidade – de nível institucional a nível individual – pelo acesso às oportunidades de emprego e realização profissional. Justificando uma racionalidade de responsabilização pessoal, tais enunciações estariam coordenadas com lógicas particulares ao sistema neoliberal, no qual são positivadas ações individuais com vistas a conquistas, igualmente individuais, de sucesso, notoriedade e riqueza. Como consequência, a subjetividade jovem requerida e valorizada pela mídia neste início de século XXI – e aquela que, portanto, serve de exemplo aos demais – é a do jovem empreendedor: lucrativo como os “novos milionários da internet”, de Época; inovador como o “menino prodígio da geração digital”, de Veja e dinâmico como todos os personagens da série [Ger@l.com](#) (p. 203).

Nos anos em que estive no CEU, foi construído o Laboratório de Fabricação Digital Público (Fab Lab Livre SP). Os cursos focavam programação e robótica, enfatizando a cultura maker. Tal cultura vai ao encontro de uma pedagogia empreendedora:

a saída encontrada por políticos, educadores e consultores públicos seria estimular os jovens a desenvolverem projetos de vida nos quais eles próprios poderiam encontrar alternativas ao desemprego, através da criação de pequenos negócios ou da capacitação pessoal e sua consequente inserção no mercado. Assim, projetos como Jovem Empreendedor e Pedagogia Empreendedora serviriam de estímulo ao jovem que agora é levado a acreditar que reside nele – através de seu “espírito empreendedor” (Dolabela apud Drewinski, 2009) – o potencial e as ferramentas para fugir do desemprego estrutural (SALGADO, 2011, p. 11).

É compreensível que, diante do cenário de desemprego, tenha existido um crescimento de formações para os jovens que incluem as ferramentas tecnológicas e a possibilidade de desenvolver seus negócios. No entanto, tal conhecimento tem ficado atrelado a um discurso empreendedor que, em sua maioria, responsabiliza o jovem por suas condições, de forma a fortalecer um binômio “sucesso-fracasso”. Tal discurso fortalece o ideal de “liberdade

individual” e “mérito”, ignorando a “desigualdade de começos” existente entre a juventude no Brasil.

Sérgio descreve que seu projeto de empreendedorismo tem início com apenas 600 reais:

Na real, eu tenho um programa que chama Revolução Rap na Rádio desde 2000. Aí em 2013 eu tive essa ideia de lançar a marca. Eu tinha o nome Revolução Rap, mas eu queria fazer uma estampa, alguma coisa. Aí tem um projeto na UNAS, que chama jovens Alcoonscientes, aí tem o Alexandre de Maio que trabalha no Catraca Livre. Aí tinha uma aula de design só para os jovens, adolescentes e eu dei essa ideia junto pra um desses jovens. Aí eles fizeram 4 logos com a marca RR (...). Aí eu fundei o RR Heliópolis, aí saiu isso. Aí na época eu tinha 600 reais, aí eu fui pra cima, fui pesquisar quanto era pra fazer. (...) Aí eu comecei a divulgar a marca, e aí depois teve a loja que foi em 2016. Aí eu comecei a estampar e divulgar. Aí todas as pessoas que compravam minha camiseta, eu pedia pra tirar uma foto e postava no Facebook e isso aí foi criando o hábito e a vantagem de usar a marca. (...) Até que em 2017, mais ou menos, chegou um americano com um projeto lá de Harvard aqui na UNAS e tal... Aí eu fui apresentado pra ele, e falo “ó, esse cara trabalha com marketing, aqui na comunidade o pessoal usa muito a marca dele”. Aí ele mora em Nova York, aí eu falei pra ele “compra uma blusa minha aí, tira umas fotos nos Estados Unidos, representa nós!”. E aí ele foi e comprou uma blusa, aí nessa passou uns 3 meses ele tirou uma foto lá nos Estados Unidos. E depois que ele tirou uma foto nos Estados Unidos, todo mundo que ia pra fora queria comprar uma camiseta. O pessoal até começou a falar “Ah, é montagem!”. Aí daqui a pouco o cara foi pra Austrália e tirou foco com a marca. Aí outro foi no Japão, outro foi pra Austrália... E assim foi, nossa marca chegou pra mais de 30 países. Comecei a colecionar essas fotos, postar, postar. Até que um rapper conhecido, eu dei uma camiseta pra ele, mas eu nunca ia imaginar que ele ia pros Estados Unidos e ia levar. (...) Até hoje as pessoas vê as fotos do pessoal usando lá na gringa (...). Aí através disso eu fui cada vez mais incentivado a trabalhar com a loja. Na loja eu fiquei 2 anos trabalhando como loja, atendendo público, ficava lá, de segunda a segunda, as vezes um domingo eu não abria outro eu não abria. Aí eu pensei “ah, vou dar um tempo de loja e trabalhar nas redes sociais”. O pessoal que pedia eu mandava número da conta, a pessoa depositava, eu mandava por Sedex. Já mandei pra Fortaleza, Rio de Janeiro, Bahia...pra vários estados do Brasil, entendeu?

O empreendedorismo inclui dimensões de negócios muito diversos, por isso, é importante diferenciar o dono de uma startup de tecnologia formado por em um curso de administração no Insper e um jovem dos movimentos culturais como Sérgio que, com apenas 600 reais, precisou alavancar uma marca e sozinho dar conta de todos os processos relacionados à produção, divulgação e comercialização. A formação empreendedora é direcionada a dois grupos de jovens muito diversos: aqueles que, pela necessidade econômica, anseiam por antecipar a vida adulta como forma de conseguir prover mais recursos para si e/ou para sua família, e os jovens de classe média e média alta interessados em manter os benefícios do tempo livre ou de poder constituir uma base sólida para sua carreira (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012). O discurso empreendedor servirá a esses dois grupos, tratando-os como inquietos e difíceis de se manterem no trabalho.

Apesar dos ideais de autonomia e flexibilidade, que discutiremos a seguir, serem igualmente exaltados, é inegável que a necessidade muda o teor do processo e, no caso de

Sérgio, até mesmo se manter regularizado por meio do registro de MEI pode ser uma dificuldade. Ele, depois de passar a entrevista qualificando e expressando o “plano e intencionalidade” de seu negócio, retorna e esclarece:

Também esqueci de falar pra você. Eu sou voluntário na rádio, né? Eu não recebo nada assim financeiro. Eu tive essa ideia assim, porque eu era voluntário, tinha que fazer alguma coisa pra ganhar dinheiro, entendeu? Pra mim ter uma renda e aí através da marca eu comecei a ter uma renda, ganhar um dinheiro assim. Não era aquela grana assim pra ficar rico, mas era aquela grana pra pagar minhas contas, credito no meu bilhete pra ir pras festas de rap que eu era doído pra ir e tal, os eventos, sobrava até dinheiro pra ir pra praia.

Ou seja, o empreendedorismo nas periferias se estabelece no interstício entre o sonho e a necessidade, criando a possibilidade de renda para muitos que estavam fora do mercado ou que, como explicado anteriormente, estavam desiludidos com as condições do trabalho formal. Mesmo durante os anos de governo Lula, o emprego formal se expandia, mas os jovens das periferias tinham acesso a muitos trabalhos repetitivos e precários.

Durante os anos de trabalho no CEU Heliópolis, me lembro do Projeto Coletivo Coca Cola em parceria com a UNAS, que reunia um número enorme de jovens que eram preparados para adentrar, principalmente, na área de varejo, trabalhando como caixas, carregadores, ou no campo do telemarketing. Muitos voltavam descrevendo a exaustão ou o tédio. A necessidade de ocupação de um posto de trabalho para obter uma renda tem relação com o sustento das despesas familiares ou da própria sobrevivência, mas costuma comprometer a possibilidade de formação escolar e de maior qualificação profissional, as quais adiante provavelmente contribuiriam para a sequência nas carreiras de trabalho.

A pesquisa *Millenials: na América Latina e Caribe: trabalhar ou estudar* (NOVELLA et al., 2018) revelou que, em comparação com outros países da América Latina, os brasileiros são os que alcançam menos anos de estudos: menos de dez anos. O estudo também buscou analisar o conhecimento que os jovens de cada país tinham sobre o mercado de trabalho. Um aspecto interessante foi que, diferente dos jovens de outros países da América Latina como Chile, Colômbia e Paraguai, no Brasil e México, os jovens, em média, subestimavam os salários que poderiam ser obtidos conforme o grau de escolaridade. No caso brasileiro, subestimavam ainda mais o salário que poderia ser obtido em grau universitário. Por outro lado, o jovem brasileiro foi o que incorreu em menores erros nas previsões de salários, indicando que existe uma clareza sobre a precarização do trabalho, o que também justificaria a escolha e busca de caminhos “autônomos”.

5.4. Empreendedorismo na periferia: entre a necessidade e o sonho

E a gente vai conversar com outras pessoas especialistas em empreendedorismo, ele não consegue falar pra um empreendedor que é de uma favela, que é de uma comunidade. Ele fala de empreendedorismo, de gestão de vendas, de atendimento ao cliente, mas ele não fala entendendo como que é a capacidade e a vivência do cara que tá ali, que as vezes ele tá fazendo o empreendedorismo por necessidade, que as vezes ele nem sabe porque que é. E eu ter tido essa vivência nos projetos, foi o que fortaleceu hoje tá trabalhando com isso, eu tenho certeza.

*Eu trabalhei durante esse tempo no coletivo, eu já tinha essa vivência com jovens, eu fui de projeto de jovens, eu sei como que era essa barra assim, que às vezes ele tem que assumir a responsabilidade muito cedo de casa, né? Então, eu também assumi muito cedo as coisas dentro de casa, com 14 anos eu já era provedora de casa, eu e minha mãe. Então, quando eu dava aula no coletivo Coca Cola eu me sentia muito bem, porque a maioria dos jovens que chegavam lá, eles chegavam desesperados e queria fazer o curso, mas queria arrumar emprego. **A gente preparava esse jovem pro mercado de trabalho. Tinha muito jovem que saía de lá, mas também saía com um pensamento na cabeça: você vai trabalhar na grande empresa, mas você também pode fazer seu negócio.** Tinha muitas ideias, muita gente que já tinha ideias lá, e hoje eu encontro muita gente e eles me agradecem, às vezes parece que não foi nada, eram só 3 meses de curso, mas hoje eles me encontram e é muito gratificante.*

*Depois que eu trabalhei nesses projetos, eu virei coordenadora do Laboratório de Inovação que a gente ficou 4 anos lá em Heliópolis e passou muito empreendedor lá dentro, muuuta gente! **Desde a senhora que vendia bolo dentro de casa e tipo não sabia que ela... a gente falava: você é empreendedora! Ela não se considerava assim. E desde dela que passava, até o jovem que já manjava tudo de redes sociais e ia lá só pra fazer o curso pra ficar falando pra gente onde a gente tava errando. Só pra ficar dando pitaco e a gente atendia também! Então, é isso que era legal, porque tinha essa pessoa que já entendia, que vinha de outros bairros, a gente começou a atender 80% de pessoas de fora. A gente começou a perceber as pessoas que a gente atendia de dentro de Heliópolis e de fora. Vinha gente de Santos, vinha gente de Guarulhos, vinha gente da Paulista, vinha gente do Morumbi. Aí tipo vinha um cara que era dono de uma fábrica de pão de queijo já e que ele não manjava nada, nada, nada, nada, nada... E aí tipo ele deixava a empresa na mão de todo mundo e ele ia fazer um curso de mídias sociais. E a gente fica tipo: “meu que que esse cara tá fazendo aqui? Ele tem que pegar outra coisa, tem que contratar alguém”. **Também chegava especificamente o caso da Josi, que a gente usa até hoje, que ela é baiana, veio da Bahia, foi morar em Heliópolis. Veio de lá por necessidade também, e abriu a loja de acarajé lá porque...ela precisava abrir alguma coisa. Só que ela não sabia nem ler e escrever, e a gente chamava ela pro curso e ela ficava com medo de ir porque ela tinha medo de... mexer no computador e tal. A gente falou: “Não Josi, a gente ensina!” Hoje ela tem celular, mexe lá, posta, faz as coisas sozinha! Ela aprendeu a ler e escrever mexendo com isso, então a gente criou. A gente não descartava, tipo” você só tem que vir aqui aprender facebook”. Não, a gente conseguiu dentro do projeto criar tecnologias que a gente conseguia atender todo mundo e que até o próprio facebook chegava e falava: “vocês fazem coisas que a gente não ia conseguir fazer aqui!” Foi por isso que a gente conseguiu perceber essas particularidades (grifos nossos).*****

Laura apresenta, desde o início da entrevista, uma concepção de empreendedorismo específica para a periferia. Seus trabalhos no Laboratório de Inovação e no Impulsione com Facebook envolviam a expansão do empreendedorismo dentro de Heliópolis por meio de formações para uso das redes sociais em uma linguagem que fizesse sentido no território. A particularidade logo enfatizada por Laura é o fato de o empreendedorismo nas favelas estar associado à necessidade, podendo não se tratar de projeto prévio. Ela afirma que o que a torna

apta a se comunicar com empreendedores das periferias ao redor de todos os estados do Brasil é a sua origem comum e a capacidade de entender essa realidade. Isso é o que trato aqui por reconhecimento recíproco (HONNETH, 2009). O reconhecimento parte dela, no sentido de valorizar a experiência e a trajetória daqueles com quem se comunica, e retorna a ela por meio da identidade periférica comum. Em diversos momentos, ela descreve, com afeto, a variedade de perfil das pessoas que participam do projeto: as necessidades são diversas, assim como as diferentes relações com o empreendedorismo, mas ela é capaz de vê-los como agentes responsáveis, respeitando a necessidade e a contribuição particular daqueles que buscam o projeto. Mas, o que muitos buscam não se resume a formação convencional de gestão de vendas, está relacionado a um espaço no qual poderão se desenvolver a partir de suas necessidades e potencialidades particulares.

O caso citado da Josi, que aprende a ler e escrever com o uso dos aplicativos e celular, é um exemplo sempre usado. Ele retrata umas das imagens mais importantes para o empreendedorismo da favela, que se traduz pelo significante *superação*. Tal significante é central no relato da trajetória de Laura: superam-se as expectativas prévias e é possível alcançar um lugar ou status antes não concebido. A necessidade também é algo conhecido por ela, que muito cedo precisa começar a ajudar na casa e contribuir com a mãe e o faz por meio da inserção em projetos.

Quando eu era mais nova eu sonhava em viajar o Brasil e viajar outros lugares, mas eu nunca imaginava que ia ser por conta do trabalho. Imaginava que um dia eu ia ganhar muito dinheiro assim e ia poder viajar o Brasil inteiro. Por conta de ter vindo de projetos, desses projetos de formação cidadã, desses projetos sociais, que foi muito importante. Não posso deixar de falar que foram muito importantes na minha vida, porque... É que eu sou filha única, moro com a minha mãe e eu sempre tive essa ânsia de querer falar, de querer conversar com as pessoas, de querer tá envolvida em alguma coisa e esses projetos foram super importantes. Então quando eu entrei nesses projetos da UNAS, principalmente nesses projetos de empreendedorismo, que na época que eu entrei nem era empreendedorismo ainda, nem se falava tanto nisso ainda, era mais essa coisa de cooperativa. Era mais isso de juntar um grupo pra trabalhar nessa área e não era tão forte ainda, eu comecei a aprender várias coisas. Então, eu aprendi a fazer tipo corte e costura, tinha aula de gestão de vendas, tinha aula de atendimento, tudo eles preparavam a gente pra gente montar um grupo e pra poder criar uma marca pra Heliópolis. Na época era o projeto da UNAS que chamava Escola de Moda Jovem que a gente tinha que criar uma marca e aí tinha parceria de empresas privadas e acho que tinha também do governo na época esses projetos da UNAS. Então foi super importante essa formação que eu tive, porque foi onde eu comecei a decidir o que eu queria fazer. Antes eu queria ser jornalista e queria fazer um curso de jornalismo. Aí eu tinha uns 15, 16, 17 anos nessa época. Eu fiz esses cursos por uns 2, 3 anos na UNAS, aí depois tive a chance de ser educadora, aí fui educadora tudo em projeto que trabalhava com essa área de comunicação. Parece que foram surgindo as oportunidades e eu fui aproveitando essas. Aí eu trabalhei no Coletivo Coca Cola que era uma parceria com a Coca, então eu pude entrar na empresa, pude conhecer como eles trabalhavam essa coisa da psicologia do cliente, sabe? De como os clientes comprar os produtos, essa coisa da venda. Eu fiquei muito impressionada com como as eles mexem assim com o inconsciente da pessoa. E eu

falei, eu quero estudar isso, aí foi que eu decidi que queria estudar Publicidade e Propaganda.

Laura conta sua história em um movimento de idas e vindas entre passado e presente, de modo que os dois se conectam por meio do sonho. No trecho citado no capítulo 4, ela descreve que a realidade em que vivia enquanto criança e adolescente tornava o mundo restrito: as limitações da violência eram tantas, que nem o próprio bairro era conhecido. Por meio dos projetos, o universo se expande e ela passa a circular pelo bairro, pela cidade e, então, surge o sonho de viajar o Brasil. O sonho de viajar o Brasil é realizado por meio do trabalho com o empreendedorismo. O empreendedorismo, em seu discurso, mistura sonho e necessidade e, principalmente, dota o mundo do trabalho com um sentido. Podemos entender que a gramática do empreendedorismo também opera na ampliação das expectativas morais:

Normas propriamente morais encontramos, ao contrário, apenas quando partilhamos com Hegel e Durkheim a convicção de que o mercado capitalista de trabalho não é apenas um meio para o aumento da eficiência econômica, mas também precisa construir um meio de integração social; pois somente sob esta premissa, de modo algum auto evidente, fica claro que o funcionamento deste mercado depende do cumprimento de promessas morais, que precisam ser descritas com conceitos como a “honra burguesa”, “justiça meritocrática” e “trabalho dotado de sentido” (HONNETH, 2008, p. 64).

Por exemplo, ao retomar seu percurso dentro do movimento social, Laura passa a construir uma memória sobre a sua trajetória de vida que concede um sentido nos passos para chegar ao momento do trabalho com marketing, publicidade e, conseqüentemente, empreendedorismo. São extraídas das suas memórias os aspectos que enquadram e dão sentido a sua identidade atual. A identidade passa a estar profundamente relacionada ao trabalho e, nesse sentido, há um ponto importante: o empreendedorismo fornece elementos para a construção de uma identidade, de forma que os indivíduos se veem enquanto autônomos e autênticos em suas escolhas.

Laura, durante entrevista aponta que, durante os governos petistas, diante de melhores condições em seus trabalhos formais, muitos decidiram abrir seus próprios negócios:

Você disse que quando fazia os projetos não se falava em empreendedorismo. Quando isso começa?

Ah, quando começou a ter os cursos do SEBRAE, e tinha: seja empreendedor, microempreendedor! Eu escutava mais. Acho que no meio de 2000 eu comecei a escutar muito forte o seja empreendedor, sabe? Foi na época de outro governo, a gente começou a perceber o tanto de mercadinho que começou a abrir dentro de Heliópolis. Na época do governo Lula, tipo: o meu vizinho, cheio de carro na favela, meu Deus do céu! Tinha gente que não tinha nem garagem, mas comprou. E os comércios, aí sim que a gente... Que nem eu falei pra você, a gente não escutava falar tanto. Poxa, é mesmo, quando que começou a surgir isso? Foi meio que de 2000 pra lá, talvez 99, 98 a gente começou a perceber o crescimento. Começou a ter mercadinho, lojinha de roupa, cabeleireiro... cabeleireiro e um bar, cabeleireiro e

um bar (risos). É, isso ficou muito forte lá dentro e a gente perguntava e o pessoal... ah, quando o pessoal ia fazer o curso: como você resolveu abrir? E a maioria do pessoal falava era que nessa época, tipo a gente tá até finalizando uma pesquisa com isso. No final dessa época, a maioria do pessoal saía do trabalho, pegava o dinheiro da rescisão e investia no próprio negócio e aí por isso que ele deu continuidade.

Portanto, a expansão dos serviços e a formalização do MEI fez com que muitos passassem a se entender enquanto empreendedores. Porém, o empreendedorismo ficou nos entremeios entre o discurso sobre a necessidade e as novas retóricas relacionadas ao sucesso e ao esforço individual.

Camila Souza Betoni (2014) desenvolve a dissertação *O espírito dos donos: empreendedorismo como projeto de adaptação da juventude*, por meio de um estudo empírico sobre o Conselho Estadual do Jovem Empreendedor Catarinense, no qual explora o perfil de seus integrantes. O empreendedorismo, segundo o que concluiu, cumpre uma função ideológica voltada principalmente às juventudes, e o processo se concretiza sob a ótica da formação de sujeitos que se identificam como jovens empreendedores frente a uma promessa de autonomia. Contudo, a autora destaca que, no caso dos jovens pobres, o ser empreendedor pode ser flexibilizado em outras direções, já que uma grande parte das necessidades básicas como a rede de contatos e o investimento financeiro prévio não lhes estão disponíveis. Dessa forma, a ideia de um colaborador, tão bem abordada no filme *Você Não Estava Aqui*¹⁹, também tem o mesmo fundo. Com a promoção da ideia de liberdade individual, os colaboradores são culpabilizados pelas perversões e falhas já previstas no interior dos próprios sistemas de produção. O discurso sobre autonomia é sempre convocado como forma de justificar a exploração e a desumanização. Betoni aponta que:

aos jovens mais pobres, filhos da classe trabalhadora, torna - se mais frustrante a missão de entregar - se as incertezas, correr riscos, trabalhar com aquilo que se ama, abrir uma nova empresa de sucesso e todos os chavões empreendedores que comentamos no decorrer do texto. Por mais audaciosos, corajosos ou persistentes que o sejam, sua probabilidade de tornar - se um “case de fracasso” é sempre maior. O que resta como caminho para o sucesso, dirá a ideologia empreendedorista, é ser um bom “colaborador”, um trabalhador disciplinado e resignado, um intraempreendedor; portador do espírito de dono mesmo sem ser efetivamente proprietário da riqueza que produz (BETONI, 2014, p. 212).

¹⁹ *Sorry We Missed You* é um filme britânico-franco-belga do gênero drama que retrata uma família que, após a crise 2008, tenta diversos trabalhos para subsistir. O personagem principal decide adquirir uma pequena van, na intenção e se torna “colaborador” em uma empresa de entregas, enquanto sua esposa luta para manter a profissão de cuidadora. No entanto, logo começam a ficar escancaradas as perversidades do vínculo de colaborador que precisa atingir metas, sem nenhuma flexibilidade, sendo constantemente lembrado do seu caráter “substituível”. O filme aborda o sofrimento causado pela responsabilização individual e o gradual desgaste das relações familiares.

Portanto, o discurso empreendedor transforma o que é passivo, como a necessidade do trabalho, na imagem de uma ativa submissão às novas lógicas de apropriação de capital. Betoni (2014) também conclui que o ideal de autenticidade é amplamente difundido por uma mensagem do *Do What You Love*²⁰, ou Faça o que você ama, o que leva muitos jovens atribuírem à prática de abrir sua própria empresa ou ter seu próprio negócio um tom de inconformismo, quase de rebeldia. Valorizam em seus discursos a liberdade de não ter um patrão, fazer seus próprios horários e a possibilidade de “fazer a diferença” ou “deixar sua marca”. Tal tipo de autonomia também é atribuída ao “mercado” e tem sua principal tradução na crença de que indivíduos estão em livre competição, ou, como já analisado anteriormente, a expectativa moral “na justiça meritocrática”.

Axel Honneth (2013) também analisa a autenticidade como uma manifestação de um individualismo que se pauta em uma ética romântica. Exige-se encarar a vida como uma questão de autorrealização experimental: viver de experiências. Essas experiências múltiplas passam a ser produtos para consumo: não se vendem mais objetos, vendem-se experiências. A liberdade negativa, então, tem seu aspecto qualitativo traduzido pela autonomia, e qualitativo traduzido pelo ideal de autenticidade.

A desumanização das relações de trabalho e da própria política foi trabalhada por Lukács (2003) partir da noção de *reificação*, compreendida por Honneth (2008) como o esquecimento das experiências de reconhecimento e do Outro como propulsor de desenvolvimento. O Outro é situado na posição de competidor ou como impeditivo do alcance da potencialidade individual máxima. Honneth estabelece a noção de autonomia intersubjetiva, diferenciando-a da ideia de liberdade individual e, principalmente de independência. Ele enfatiza que nas sociedades neoliberais as concepções de liberdade negativa se estabelecem e limitam a noção de justiça social, acarretando em uma supervalorização de práticas solipsistas por trás dos ideais de autonomia e autenticidade.

²⁰ Betoni (2014) explica que o *Do What You Love* “virou o mantra sagrado onipresente nos eventos e materiais contemporâneos sobre o tema. Tido como referência no mundo dos empreendedores, Steve Jobs, bilionário falecido em 2011, foi grande difusor desta ideia de que a ligação do trabalho com o prazer deveria ser o elemento indispensável e definitivo para o sucesso no mundo dos negócios e a realização pessoal. Sua biografia, bem como a de outros empresários, é frequentemente repassada ao público como uma estratégia didática de incentivar o “espírito empreendedor” nos mais novos. A esse tipo de metodologia é dado o nome de case de sucesso, um momento em que empresários já consolidados no mercado apresentam ao grande público sua história pessoal” (p. 56-57).

Assim, nas sociedades neoliberais, a justiça social passa a se basear em salvaguardar a autonomia das pessoas e a concepção vigente de autonomia é relacionada à redução de restrições e a um desprendimento dos laços sociais. Tal discurso coloca o Estado como limitador e impeditivo de uma realização independente. Segundo essa noção, o Estado pode constranger o enriquecimento e, quando há aumento de riqueza, o sujeito diminui sua dependência em relação aos outros indivíduos e alcança uma maior autonomia.

O empreendedorismo coloca em jogo ambos ideais de liberdade: optativa e negativa. Além disso, cria-se a expectativa de reconhecimento ao se entrar na categoria “dono” e não mais subordinado, ou seja, alguém que compartilha da “honra burguesa”. Isso também significa que as atividades não reconhecidas socialmente, são substituídas por esse novo “guarda-chuva” e encontram um espaço de reconhecimento social.

Porém, essa ampliação de expectativas não coincide com a realidade, porque esconde aspectos intrínsecos do empreendedorismo: a ausência de garantias, a exigência de dedicação constante, a falta de proteção social, e o fato da existência de uma “livre competição entre desiguais”. A “justiça meritocrática” entra em conflito frontal com as experiências de empreendedorismo na periferia mas, para construir o discurso sobre o empreendedorismo é muito difícil deixá-la de lado. Depois de Laura dizer que antes trabalhava com o social, lhe pergunto:

Você vê então o que você faz hoje como separado do social?

Eu acho que assim, é, eu vejo que é diferente porque...como eu posso explicar isso. É que na verdade assim, eu também parei de colocar aquela coisa que...antes eu tinha esse pensamento de querer dar. Sabe? Aquela coisa de dar, de dar, de dar... As vezes você não precisa ficar dando, como se as pessoas não tivessem potencial, sabe Bia? Antes eu tinha muito aquele pensamento que a gente tinha que convencer as pessoas ou dar alguma coisa pra pessoa pra ela se sentir fortalecida. Eu digo até material, sabe? E não, eu sinto que hoje é um trabalho...Ahhh, pode se considerar um trabalho social sim, porque eu tô ensinando pras pessoas usar, como elas podem usar as tecnologias de uma forma correta. Porque hoje a gente usa esse termo, correta no sentido de tipo elas aprenderem a usar para o bom delas, não só pra fazer outras coisas que as vezes o pessoal tem acesso às coisas, mas não tem acesso de como usar elas. Então, eu acabo fazendo esse trabalho social de ensinar elas a usar de forma correta e também de acabar mexendo nessa coisa do...se a gente for falar hoje em dia, se for falar na questão do Brasil, do emprego. A gente sabe que o pessoal tá desempregado, a gente sabe como tá a economia no país, então de uma forma ou outra eu tô ajudando as favelas. As pessoas que moram em favelas e comunidades a encontrar de alguma forma algo que ela possa fazer alguma coisa pra vida dela. Porque se depender realmente do governo, ou de alguma coisa que a gente faz, a gente vê que não tá. Eu acho que também não posso separar o social não, mas eu também não fico tentando o tempo todo colocar como coitadismo, sabe? Porque as pessoas tem o potencial, eu falo isso por mim, todo mundo tem o potencial. Acho que todo mundo só precisa de oportunidade.

Ou seja, é difícil incorporar o discurso empreendedor sem carregar com ele a premissa moral da “justiça meritocrática”. Tal discurso é fomentado também por fundações que tem

pautado a educação pública brasileira e buscado, diretamente, influenciar as percepções políticas da juventude. Assim, com sua entrada no facebook e a aproximação desse “universo” pautado pela responsabilidade social, é difícil se distanciar do discurso meritocrático. Observando o trecho da entrevista, fica perceptível uma tentativa de fuga, afinal, Laura pontua continuamente que a “necessidade” é um dos pontos centrais daqueles que buscam o empreendedorismo e que oportunidades são necessárias, contudo, o “coitadismo” surge, acompanhado da oposição entre “dar” e “ensinar a pescar” e do argumento sobre a ineficiência estatal para dar conta dos problemas sociais.

Os ideais de autenticidade e autonomia que são fornecidos pelo ideal empreendedor se tornam imperativos morais atrelados ao próprio empreendedorismo. Eles se afastam de uma análise real: ou seja, eles não se colocam a prova, porque, antes disso, há a justificativa de que “se todos podem, você não conseguiu por falta de esforço ou competência”. E para isso há um mercado pronto para medir e vender a formação de competências.

Laura responde sobre o que seria empreendedorismo para ela:

Pra mim o empreendedor é todo mundo assim, é todo mundo que quer empreender e quer fazer alguma coisa seja pra vender, ou seja até pra empreendedorismo social que a gente fala hoje. Que é uma meta assim que eu tenho pra adiante, porque a gente acaba falando muito do empreendedor que quer ganhar muito dinheiro, que ele quer ser o cara. Tem até uma expressão que o pessoal usa: quer ser “bem-sucedido”. Todo mundo quer ser muito bem-sucedido nas palestras que eu vou assim. “Ah, eu quero ser o empreendedor que vende não sei o que” Mas eu ainda sinto falta do empreendedor que ele quer ser bem-sucedido, mas ele quer resolver também um pouco daquilo que ele tá fazendo. Seja pra sociedade, seja pro vizinho dele, seja pro bairro dele. Eu tenho vontade de trabalhar com isso daqui pra adiante. Eu acredito que empreendedorismo é todo mundo que quer poder vender, quer empreender, quer poder ter sua economia de alguma forma sem ser pruma empresa, sabe? Eu nasci numa época que a gente tinha que trabalhar, tinha que estudar pra poder trabalhar pros outros. Eu nunca tive na escola, por exemplo, a gente sabe que na escola não tem esse aprendizado. Nesses projetos sociais da UNAS eu tive a oportunidade de aprender que eu podia ser uma dona de alguma coisa sem poder... tipo trabalhar pra um cara de uma multinacional de uma empresa. Isso foi muito bacana, né? É o que a gente tenta também falar pra muita gente. Tem gente que já chega, que nem eu tô falando assim pra você. As vezes qualquer um fala de empreendedorismo e de empreendedor e as vezes eu acho que isso só é ruim, porque.. Eu vou falar uma coisa, que eu espero que você não seja, nem tenha algum amigo que seja.. Que seja coach! Eu tenho muito preconceito ainda com Coach. Já peguei muita gente que as vezes fala assim: “ah, fulano não tem seu dinheiro ainda, não tem seu negócio, porque só pensa negativo!” Sabe aqueles papos que você fica assim: “meu, você já foi lá na favela? Cê viu onde o menino mora? Em cima do córrego. Você já viu a situação daquela mulher que apanha do marido e que tipo”. Empreendedora chega lá que faz uma comida super gostosa, que as vezes o marido batia nela porque tinha ciúmes porque ela tava fazendo comida e tá vendendo pra outros caras. E chega uma pessoa Coach que quer falar: “você não tá vendendo, porque você não quer!” e ele não conhece a realidade da pessoa, então, só isso que as vezes eu acho que na área do empreendedorismo tem sido muito pesado, assim. As pessoas ainda ficam numa bolha, num dá pra ficar falando pra todo mundo ser bem-sucedido, sendo que a gente não entende a realidade da pessoa. Que aquilo acontece, porque é tipo governo, né?

a gente reclama demais, a gente é mesquinho demais, a gente é feminista demais! Tá falando muito do negro, tipo a gente tá com frescura... não é frescura! Eu percebo que em todas as áreas se reproduziu isso, no empreendedorismo também. Se a gente não tomar cuidado, por isso que eu falo, foi super importante estar nesses dois lados. Eu ter tido a oportunidade de poder pegar essas empresas grandes, poder ter o conhecimento que hoje eu tenho de venda e de como você trabalhar isso tudo, mas também entender a realidade que eu tava vivendo ali. Não dá pra eu chegar e falar pra todo mundo ser igual, porque não vai ser igual pra todo mundo! Então acho que isso que é bacana.

A resposta de Laura ao questionamento sobre o que seria o empreendedorismo, reitera o conflito gerado sobre a existência da “justiça meritocrática”: o empreendedorismo é para todos, mas é necessário ter em conta o contexto. A crítica ao discurso do Coach relaciona-se a responsabilização individual implícita nas receitas para o sucesso, mas, ao mesmo tempo fala-se que “você pode ser dona de alguma coisa”, ou seja, se transmite a ideia de que ser “dono” é sair da condição de submissão. São sutilezas, mas que expressam a dificuldade de, diante de uma posição de defesa do empreendedorismo, manter-se atrelado à realidade social e aos aspectos objetivos da desigualdade.

Tais sutilezas também registram a resistência da jovem em reproduzir um discurso que ignore os aspectos objetivos da desigualdade e também evidenciam que existe uma diferença no empreendedorismo desenvolvido nas periferias. Não é à toa que se fala em “empreendedorismo cultural e periférico”, porque, diante da urgência em dar conta dos problemas imediatos vividos nos territórios, o movimento de auto-organização já era realidade nas favelas. No universo dos trabalhadores periféricos da cultura, por exemplo, o se virar de forma autônoma sempre foi realidade: a novidade é, justamente, o apoio das fundações privadas.

O empreendedorismo valoriza a autonomia do indivíduo, mas, para a juventude periférica, tal autonomia tem origem na experiência de dar conta de seus problemas e da constante necessidade de readaptações sem uma espera do Estado. Infelizmente, essa autonomia perante o Estado tem sido utilizada e manobrada por muitas fundações e empresas privadas que, por meio de seus financiamentos, promovem formações e, paulatinamente, enfraquecem as concepções de “público” frente ao “privado”. Laura deseja, legitimamente, utilizar o empreendedorismo e a auto-organização para dar conta de problemas estruturais gerados pela desigualdade, no entanto, nesse movimento ela também parece “desistir” do Estado como fonte de proteção social.

Para além das questões conectadas à autonomia, o discurso empreendedor também se baseia na flexibilidade como competência, estabelecendo uma oposição entre o “novo” e o

“velho”. A flexibilidade como competência omite a exploração e precarização envolvidas nos “novos” formatos de trabalho empreendedor.

5.5. Flexibilidade e inovação: novos discursos e velhas práticas?

Betoni (2014), em sua pesquisa no Conselho Estadual do Jovem Empreendedor Catarinense, identificou a flexibilidade como um dos principais significantes utilizados pelo jovem para qualificar o empreendedorismo. Nesse sentido, podemos levantar que a flexibilidade e a autonomia são competências valorizadas no interior do discurso empreendedor. D’Andrea (2013) descreve uma das experiências comuns ao sujeito periférico como o “se virar” e o “fazer por si mesmo”. Mas, como já apresentado, tais experiências não estão relacionadas a uma expectativa de liberdade ou mérito. A questão central é a necessidade e a instabilidade. Ou seja, o desemprego e as crises são sempre sentidos em primeiro lugar nas periferias, levando à necessidade de mudança e readaptação constantes, além de uma precoce busca de autonomia para a manutenção da renda familiar.

Já no início dos anos 2000, Vera Telles analisava a situação de emprego/desemprego, por meio da questão do “viver por um fio”, o que significava a necessidade de agarrar-se as oportunidades que surgiam e, nesse sentido, se virar. Abílio (2017) caracteriza assim a necessidade constante de se agarrar às oportunidades:

se traduz na alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, no trânsito permanente entre trabalho formal e informal (como demonstra Adalberto Cardoso¹⁵), na combinação de bicos, programas sociais, atividades ilícitas e empregos (ver pesquisas do viver na periferia, em especial os coordenados por Gabriel Feltran, Vera Telles e Cibele Rizek¹⁶). A trajetória profissional dos motoboys entrevistados deixa isso evidente. Hoje motoboy-celetista e entregador de pizza, amanhã motofretista-MEI, ontem montador em fábrica de sapatos, manobrista, pizzaiolo, feirante, funileiro, funcionário de lava-rápido. Motogirl hoje, antes diarista, copeira, coordenadora de clínica para viciados em drogas. Motofretista, serralheiro, repositor de mercadorias; confeitiro e também ajudante de pedreiro. Proprietário de loja de bebidas, trabalhador na roça, funcionário do Banco do Brasil e hoje motofretista autônomo. Motoboy hoje, antes faxineiro, porteiro e cobrador de ônibus. Este é o movimento com que grande parte dos brasileiros tecem o mundo do trabalho (ABÍLIO, 22 de fevereiro de 2017, disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>).

Vera Telles chamava esse processo de “viração”, traduzindo a capacidade de se virar e se flexibilizar frente as circunstâncias da vida. O uso da flexibilidade como competência leva a uma camuflagem das circunstâncias da desigualdade. “A corrosão do caráter” (2001), apresenta

a visão do sociólogo e historiador norte-americano Richard Sennett sobre as origens e efeitos da flexibilidade.

Seu sentido derivou originalmente da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. “Flexibilidade” designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas (SENNETT, 2001, p.53).

A exigência de flexibilidade presente no discurso neoliberal a transforma em qualidade e mérito que vai ao encontro da realidade periférica, mas ignora os efeitos corrosivos da exigência de “dobrar-se” continuamente. Por isso, a situação que Sérgio descreve em sua entrevista é agregada como parte do empreendedorismo: os altos e baixos e a necessidade de adaptação e flexibilização diante delas. Ele descreve que a liberdade alcançada com seu negócio é a principal vantagem, mas há um ponto em sua entrevista em que fica claro como a flexibilidade surge a partir da necessidade e é imediatamente justificada a partir da concepção de liberdade e autonomia. Ele descreve que:

Tinha uns empreendedor que me chamou a atenção mais, umas marca de roupas independente que eu me inspirava nelas, entendeu? Eu tirei até meu MEI, virei Microempreendedor Individual, só que tinha que pagar 60 reais por mês e aí eu não consegui manter. Já faz uns 3 anos que eu não pago devido a umas dificuldades financeiras que eu tive há uns tempos atrás aí. Mas é muito bom trabalhar de empreendedor, ser independente, você mesmo ser seu próprio chefe, você mesmo poder empreender e você mesmo correr atrás do seu lucro, entendeu? Porque o mundo da grife é de altos e baixos, então você tem que tá sempre investindo e mudando de logo. Já tem uns 3 logos que eu fiz e todo ano o pessoal pede pra eu mudar. Querendo ou não isso aí gasta (...) É meio cansativo, mas compensa.

Hoje a marca anda sozinha, mas há um tempo atrás eu tive que dar um tempo, devido ao financeiro. A crise assim, o pessoal não tava comprando mais, as pessoas sem dinheiro. Porque meu público mesmo não é dentro da quebrada, são poucas pessoas que valorizam, o pessoal que valoriza é o pessoal de fora, o pessoal daqui são pouquíssimas pessoas.

Quando enfrenta essa crise financeira e acaba precisando fechar a loja física, justifica tal fato enfatizando que o problema do espaço era que “deixava ele muito preso”. Ao fechar a loja física, ele poderia agora gozar de mais liberdade:

É meio complicado, o empreendedorismo quando veio na cabeça, eu fico o que que é isso? Eu não sabia, depois fui entender que empreender é você mesmo divulgar, você mesmo fazer. Tem a dificuldade financeira. Deu mais tempo de liberdade, quando eu trabalhava na empresa eu pensava que eu ficava preso, não tinha tempo de ler, de escutar uma música.

Mesmo diante da necessidade de fechar a loja frente a uma crise financeira, ele irá enfatizar que o empreendedorismo lhe dá controle sobre o próprio tempo. A associação entre

essa experiência e a precarização do trabalho não é construída, pois o fato central em jogo é que, por meio do empreendedorismo, ele conseguiu transformar um elemento “simbólico de resistência” (Revolução Rap Heliópolis) em uma marca e produto que permitem a ele gozar das benesses do capitalismo. Dessa forma, vemos que também há uma expectativa de desconcentração e redistribuição de renda envolvida no empreendedorismo periférico. Ele adentra os movimentos culturais como uma forma de “monetizar” os próprios saberes. Esse encontro com a periferia também tem novos frutos: a adaptação da nova retórica neoliberal às pautas da diferença. Tommasi e Silva (2020) afirmam que:

Aproximar empreendedorismo e trabalho precário permite tensionar as ambiguidades inerentes a uma condição que não é imposta desde fora e sim autoimposta, interiorizada (LOREY, 2008). A precarização das estruturas de seguridade se, por um lado, apresenta riscos, por outro, apresenta, na visão de nossos interlocutores, também oportunidades, ainda que questionáveis. Eles se lançam no mundo do trabalho acreditando que ao “ser o seu próprio patrão” poderão ter mais ganhos financeiros e maior controle sobre seu próprio tempo. São poucos os que de fato conseguem se sustentar por muito tempo, mas no discurso promovido por alguns artistas de rap e do funk ostentação, é através da “correria”, do empenho empreendedor, que é possível para um jovem nascido na periferia usufruir das benesses do capitalismo. O discurso defende e promove uma mudança de atitudes, de comportamentos, argumentando que basta o empenho pessoal para se tornar um *case* de sucesso (p. 207).

Em uma pesquisa de 2018, feita por meio de uma parceria entre Ibope, Fundação Telefônica e a Rede de Conhecimento Social, realizou-se um mapeamento de dados online levantando as tags mais recorrentes entre o grupo de jovens empreendedores pesquisados. Em primeiro lugar apareceu o afroempreendedorismo, seguido de bitcoin, coworking, liderança criativa, crowdlearning/aprendizagem coletiva, crowdfunding/financiamento coletivo, etc. Ou seja, o empreendedorismo também se reitera a partir da criação de uma linguagem própria, muitas vezes com termos em inglês, que consolidam velhas experiências como novas. E, se tratando dessa distinção entre o velho e o novo, a pesquisa de Betoni (2014) identificou que nas respostas dos empreendedores entrevistados esse elemento aparecia constantemente.

Diretamente relacionada às noções de proatividade e inconformismo, a oposição entre o velho e o novo, o ultrapassado e a novidade, o passado e o futuro, a rotina e a inovação, é uma constante nas respostas, articuladas sempre de forma que o jovem empreendedor e suas ações representem o futuro, a “evolução” e a novidade (p. 90).

Portanto, é inevitável admitir que o empreendedorismo ultrapassa a dimensão do trabalho, colocando em xeque as construções do passado, ou mesmo, a necessidade de olhar para o passado para aprender e construir. Ainda desloca a discussão sobre qualidade do trabalho para a formação do indivíduo com competências para liderar. O empreendedorismo, entre os jovens que assumem a identidade de empreendedor, passa a ser tratado como uma posição

frente ao mundo, uma atitude que incorpora também um tom de inconformismo com o estado das coisas, e uma exaltação da inovação como solução para borrar os vícios do passado.

Dialeticamente, o empreendedorismo se baseia na busca por novos olhares em relação ao que vem da periferia; mas aprofunda a responsabilização do jovem periférico pelo que lhe acontece no mundo do trabalho. Nesse sentido, Tommasi e Silva irão analisar que grande parte dos produtores culturais que incentivam o empreendedorismo estão cientes de suas limitações, mas entendem que frente a um passado de explorações, a produção de novos lugares sociais é essencial:

A vontade de trabalhar sem patrão, mobilizando o desejo, a criatividade, buscando a realização pessoal, representa, para eles, uma possibilidade de produzir para si outro lugar social. Mesmo que as condições objetivas não se alterem profundamente, muda-se a forma como eles são vistos socialmente (MELO, 2008, p. 121). (TOMMASI E SILVA, 2020, p. 208)

Novos discursos parecem legitimar velhas práticas e, nesse sentido, impedir uma real análise sobre as necessidades da juventude. O mito de que tratamos agora de uma Geração Y, inserida no mundo tecnológico, protegida e decidida, atrapalha a interpretação acerca das trajetórias possíveis para a juventude no Brasil. É necessária uma análise apurada da relação entre trabalho e juventude, trajetórias de vida e oportunidades de desenvolvimento, principalmente nesse cenário de aprofundamento da precarização do trabalho e de grandes perdas em termos de proteção social para a juventude brasileira.

A “cultura empreendedora” vem se espalhando em alta velocidade, com um agenciamento feito por meio de fundações privadas que tem ganhado poder de influência na construção do currículo da Educação Pública no Brasil. Ainda no Ensino Fundamental, são encontradas disciplinas sobre empreendedorismo, tratando-o como sinônimo de criatividade e autonomia. Por meio de disciplinas nas escolas e faculdades e nas formações para o mercado do trabalho, é estabelecida essa pedagogia empreendedora. Tal pedagogia é definida por Melo e Wolf (2014) como:

(...)conservadora, privatista e adaptacionista, mas que vem ganhando destaque nos currículos dos cursos de Pedagogia ou mestrado em Educação, bem como nas ofertas, públicas e privadas, de cursos de Especialização. O argumento apresentado pelos autores destas correntes aparece como receitas práticas para a solução de problemas, seja para a carreira do profissional da Pedagogia, seja para os indivíduos isoladamente. Ambas possuem em comum a defesa, direta ou indireta, do ideário neoliberal de responsabilização individual pelas questões sociais, e o faz seguindo a receita do senso comum, sem, portanto, uma discussão teórica e consistente da realidade social ou do mundo do trabalho (p. 191).

E, pensando em receitas práticas para a solução de problemas, é impossível deixar de fora da presente análise os atores centrais das últimas décadas nas periferias: os pastores e as Igrejas Neopentecostais. Adentrando, principalmente, com um discurso de acolhimento frente às dificuldades enfrentadas e com uma rígida prescrição para a vida, as Igrejas tem se consolidado como espaço de encontro e reconhecimento para muitos jovens. Observaremos que a Teologia da Prosperidade funciona como discurso afim às práticas empreendedoras, com uma constante regulação da vida privada e pública dos jovens. Também é possível associar essa aproximação da juventude às igrejas às questões levantadas anteriormente em relação ao sentimento de abandono da década de 1990 e 2000 dos espaços tradicionais de militância e de organização e ao desencanto com as condições de vida nas periferias. A transformação da vida por meio do trabalho é um dos paradigmas centrais dessa instituição que passou a ser parceira do Estado e participar da gestão de inúmeros equipamentos de assistência social em todas as periferias do Brasil.

5.6. O pentecostalismo e a Teologia da Prosperidade

As Igrejas Pentecostais tem relação direta com a entrada e a capilarização do discurso empreendedor nas periferias, Tanaka (2018) em *O voto da fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados evangélicos em São Paulo (2002-2014)* evidencia como a teologia pentecostal toma proveito das relações centro-periferia, dando respostas aos anseios e angústias relacionadas a essa vivência e usando do recrutamento partidário como estratégia para aproximar e consolidar elites religiosas e políticas. Já Geise Pinheiro Pinto (2012) apresenta sua pesquisa *Juventude e Pentecostalismo: a participação social em contexto de favela*, que, por meio de entrevistas e observação de campo, concluiu que existe participação social do jovem nas periferias em torno das funções da Igreja.

O jovem é considerado um investimento importante nas igrejas pentecostais, sobre quem mais se opera o controle pela via da moralidade, do maniqueísmo do bem e do mal e do reforço na busca de saídas individuais. O estímulo aos jovens manterem-se ocupados acontece justamente pelos pastores entenderem que o tempo livre é disputado por outros atores e por outras “forças”. Eles consideram a juventude dentro da perspectiva de preparação e moratória social, mas, centralmente, como um potencial problema que exige controle e punitivismo por meio do discurso da salvação.

Nas Igrejas, os jovens são convocados ao protagonismo nos processos organizativos e administrativos, no entanto, não lhes é concedido poderes de decisão. O poder de decisão e

articulação fica em instâncias superiores, estudadas também por Tanaka (2018). São instâncias estaduais e federais, que também tomam os rumos de articulações políticas. Apesar desse controle social, as igrejas se colocam como um espaço importante de agregação desses jovens, na medida em que colocam à disposição deles recursos e meios para a construção de outra trajetória de vida possível e a recusa de lugares tão marcados pela negatividade e projetos de futuros tão pré-anunciados, como a entrada na criminalidade, a morte violenta, a falta de perspectivas para o futuro, dentre outros. A doutrina da salvação entra em consonância perfeita com os discursos da meritocracia. É importante salientar que todos os jovens entrevistados por Pinto (2012) trabalhavam e estudavam: a teologia da prosperidade reforça o trabalho como fonte de dignidade e salvação, no entanto, omite as causas estruturais que estão na base da desigualdade social.

A Teologia da Prosperidade está trazendo o celeste porvir para o terrestre presente. Para comermos a melhor comida, para vestirmos as melhores roupas, para dirigir os melhores carros, para termos o melhor de todas as coisas, para adquirir muitas riquezas, para não adoecermos nunca, para não sofrer qualquer acidente, para morrermos entre 70 e 80 anos, para experimentarmos uma morte suave — basta crer no coração e decretar em voz alta a posse de tudo isso. Basta usar o nome de Jesus com a mesma liberdade com que usamos nosso talão de cheques. (Ultimato, Série Cadernos Especiais, Teologia da Prosperidade, março, 1994, p. 5 apud FERREIRA, 2017, p. 92)

Ferreira (2017) ressaltará a proximidade entre a Teologia da Prosperidade e a lógica de mercado, com ênfase especial a prática empreendedora e autônoma. A prática disciplinadora nas igrejas neopentecostais, que interfere em diversas esferas da vida, acaba direcionando e tomando forma de prescrições religiosas para o trabalho e para o sucesso. É importante destacar que a Teologia da Prosperidade e o surgimento das igrejas neopentecostais coincidem no Brasil com a propagação do discurso sobre o empreendedorismo na década de 90. Inicialmente, há uma adesão de profissionais liberais e autônomos, como uma classe média alta, às igrejas. Mas assim como existem àqueles que se aproximam por uma consonância, as igrejas neopentecostais passam a construir um discurso e um projeto de vida totalmente pautados pela ideia do empreendedorismo.

Scheliga (2011) analisa que o discurso acerca da responsabilidade social adentra o universo das Igrejas, representando a transposição de um vocabulário do universo empresarial (relacionado ao empreendedorismo) para o contexto religioso. Ela identifica reuniões na Igreja Universal do Reino de Deus e formações da Associação Beneficente Cristã que tratam, especificamente, o tema do empreendedorismo atrelado à prosperidade.

Jacqueline Teixeira (2019), no Seminário Avançado *Pentecostalismo, direitos humanos e os velhos rumos da 'nova política'*, explicita como a questão da vida privada é discutida e abordada no interior das igrejas. O discurso sobre os desvios de conduta reforça a necessidade de aprender a conduzir a vida de uma maneira saudável, dentro da heterossexualidade e longe da promiscuidade; forma essa que é pregada e ensinada dentro da Igreja. Nesse sentido, o controle sobre os corpos e condutas também funciona por meio do apoio dado a todos aqueles jovens desviantes (usuários de drogas e álcool, envolvidos com a criminalidade), assim como às mulheres e jovens que sofrem violência doméstica.

É importante observar que as instituições pentecostais se tornaram parceiras do Estado e, com isso, assumiram uma parte importante da gestão equipamentos de assistência social das periferias, incentivando a formação de muitas jovens enquanto psicólogas e assistentes sociais que atuam reproduzindo as prescrições da Igreja em relação à vida²¹. Tal questão tem sido um desafio para os Conselhos Federais e Municipais das Categorias, que observam o crescimento do discurso conservador perpetuado por suas profissionais. Teixeira (2019) aponta que um dos pilares de introdução das Igrejas Neopentecostais é a disputa em relação a agenda dos direitos humanos, a qual tem sido enfraquecida conforme a pauta é tomada pelo discurso sobre a família. A aproximação e infiltração nas instâncias do Estado também ocorre durante as gestões petistas e Almeida (2017) analisa que a atual “onda conservadora” pode ser correlacionada ao aumento da força parlamentar evangélica, a qual “tem servido no mínimo como linha auxiliar dos interesses dos aparelhos de segurança pública (como as corporações policiais e militares) e privada (empresas) (...) e traz limites à diversidade moral-comportamental” (p. 24 e 25).

A partir dos elementos acima elencados, considero que a propagação do discurso empreendedor tem dois vieses a serem aqui considerados - inter-relacionados e complementares - mas que operam na periferia desde atores diferentes. Por um lado, há uma pedagogia empreendedora fomentada por empresas e fundações que reforçam a ideia de protagonismo e inovação juvenil; por outro, há a teologia da prosperidade e salvação fomentadas pelas igrejas neopentecostais que se traduzem em uma orientação de condutas e prescrições de atitudes e comportamentos individuais em busca de prêmios e recompensas. Ambas colaboram para a

²¹ O processo de entrada das igrejas evangélicas nas práticas de assistência social é explorado na tese de Scheliga (2010), *Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas de assistência entre evangélicos brasileiros*. A autora delinea o processo em que a RENAS (Rede Evangélica Nacional de Ação Social) se aproxima do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Nacional da Juventude, ainda no governo Lula, em 2007. A indicação de membros para conselhos nacionais, assim como a eleição de conselheiros é prática comum, a qual pude observar em Heliópolis nas eleições do Conselho Tutelar, por exemplo.

sustentação da premissa moral da “justiça meritocrática”, a qual, no contexto periférico, não se efetiva, mas garante a responsabilização do jovem pelas condições dadas pela contínua precarização do trabalho.

Mesmo diante desses mecanismos de poder e de produção de discursos operados desde diferentes atores nas periferias, devemos ter em conta a auto-organização periférica mobilizada nos últimos anos pelos movimentos culturais. Os novos modelos de ação coletiva são influenciados pela “cultura empreendedora”, mas também envolvem muitos coletivos de jovens aspirando, por meio de sua luta por reconhecimento, garantir a chegada e circulação de renda e capital nas periferias. A questão é se tais movimentos irão se limitar a lutar por uma “ínfima fatia do bolo”, ou se somarão as lutas dos movimentos sociais exigindo transformações estruturais encabeçadas pelo Estado.

6. Transformação e participação social: os novos discursos e modelos de ação coletiva

Conforme já abordado, Dardot e Laval (2016) irão afirmar que o neoliberalismo, para além de doutrina econômica e ideologia, opera como nova racionalidade de mundo que estrutura e organiza tanto as ações dos governantes como a própria conduta dos governados. Por meio de práticas de governo de conduta, agora são valorizadas a autonomia, a performance, a flexibilização e a responsabilização individuais. Para os autores, a governamentalidade do presente seria a empresarial, com uma racionalidade que permite descrever novas aspirações e novas condutas dos sujeitos em que o controle e influência são exercidos por eles mesmos em seus comportamentos. Desde o sujeito até o Estado passariam a estar dentro de um discurso do “líder bem-sucedido” e “empoderado” para cumprir seus objetivos.

Somado aos atributos acima, a “responsabilidade social” também surge na cena. Assim, as formas de ação coletiva e de participação social também passam a estar demarcadas pela noção de autonomia, e figuras de jovens e até crianças “ativistas” emergem, para além das organizações, usando as redes sociais para mobilizar as pessoas sobre “causas” importantes. O empreendedorismo social cresce e a Revista Negócios descreve tal expansão:

Empreender para promover cidadania e resolver um problema social e ambiental. Este propósito tem motivado o surgimento de várias organizações e startups, empresa de inovação e base tecnológica, que conjugam os resultados financeiros à geração de benefícios para uma comunidade carente de serviços básicos, como educação, saúde, moradia, emprego e outros (AGÊNCIA BRASIL, disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2018/07/empreendedorismo-de-impacto-social-cresce-no-brasil.html>, 16 de julho de 2018)

As carências da sociedade e a ineficiência estatal são a base do discurso de construção dos projetos empreendedores de transformação social no Brasil, que envolvem conceitos como cidadania, diversidade, inclusão e transparência. Seus limites são dados por indicadores numéricos de resultados e impacto, que definem a continuidade do financiamento privado. A militância, entendida aqui como forma de ação coletiva que surge em meio aos movimentos sociais, partidos e sindicatos, também sofre as influências desses novos modelos e discursos sobre transformação e participação social.

No presente capítulo, analiso a emergência do empreendedorismo social e do ativismo, como fenômenos relacionados, e exploro quais são as crises da militância, propondo, a partir das narrativas dos entrevistados, uma definição centrada nos eixos: dedicação, luta coletiva e/ou

comunitária por direitos e diálogo. Tal definição leva-me ao conceito de capital militante, que traduz a importância da militância na formação da esfera pública de diálogo.

6.1. O empreendedorismo social

O empreendedorismo social surge como forma de atuação “nas lacunas do Estado”, com a transferência dos projetos de mudança social para o ator privado. Laura me conta que quer se lançar no empreendedorismo social: ele é a possibilidade de articulação entre sua preocupação e vontade de atuar no campo dos direitos e do combate a desigualdade -dimensão relacionada a sua trajetória de militância e a formação no interior do movimento social- com a vontade e possibilidade de empreender. O empreendedor social é concebido como indivíduo que, incorporado ao sistema capitalista, e em consonância com suas novas retóricas de responsabilidade social, irá atuar em prol da transformação usando de tecnologia e inovação, mas projetando um futuro que ainda coincida com aquele concebido no interior do próprio sistema. Casaqui (2015) traduz o crescimento do empreendedorismo social:

Se há o “intrapreneur”, hoje há também o “intrapreneur social” (“social intrapreneur”), ou seja, o empreendedor social, agora de maneira explícita, é incorporado ao sistema capitalista para renovar a cultura organizacional e projetá-la para um futuro imaginado pelo próprio sistema. Nesse sentido, o capitalismo assume um discurso utópico, ao planejar um “outro lugar”, ou um “não lugar” (significados originários das utopias), que, na verdade, é o “mesmo lugar”, o mesmo sistema repaginado para se manter como hegemônico (...)

Ideias para solucionar problemas sociais, diagnósticos sobre a situação do país, justificativas sobre a relevância de uma causa, argumentos sobre sua eficácia, seus impactos e sua performance mercadológica – a esses elementos semânticos correspondem sínteses imagéticas, recursos estéticos, representações icônicas desse micromundo construído como projeto. Dessa maneira, os projetos se lançam a um mercado dos discursos, como defende Angenot (2010, p. 79); uma economia das ideias, dos temas, em que os “objetos ideológicos encontram nichos de difusão e se esforçam por captar públicos fiéis, cujas necessidades modelam de acordo com a natureza da oferta” (idem). Nesse mercado se estabelece um compromisso clássico para qualquer mercado de consumo moderno: “a novidade previsível, ou a arte de fazer algo novo com o velho” (CASAQUI, 2015, p. 6).

Em *A invenção de um país de empreendedores sociais: “Imagina na Copa” e seu projeto de Brasil* (2015), Casaqui analisa o discurso acerca do empreendedorismo social por meio da apresentação da contradição semântica dos termos. O *social* é um termo recorrentemente utilizado pela entrevistada para tratar do campo dos efeitos da desigualdade ou da garantia de direitos. Mas é curioso pensar nessa distinção, pois pressupõe que existe algo fora do campo social. O autor aponta que as origens contemporâneas do termo *social* remontam no século XIX a uma combinação de elementos contraditórios, que irão constituir o terceiro setor, o socialismo utópico, o liberalismo e o sociocristianismo. Filantropia, cooperativas,

caridade e voluntariado são algumas iniciativas que surgem nesse momento como reações as fraturas sociais provocadas pelo avanço da Revolução Industrial e sua consequência na vida dos trabalhadores. O empreendedorismo social ganha força ao lado do discurso da falência do projeto de um Estado de Bem-Estar Social. A reflexão mais relevante do artigo apresentado é acerca da mudança retórica do capitalismo no século XXI que tem como imagem central a *responsabilidade social*. As noções de progresso antes compartilhadas, foram substituídas por novos valores e novos discursos. O autor aponta:

Identificamos um amplo espectro de nomeações, definições, formas de atuação, comumente associadas ao chamado Terceiro Setor, mas não restritas a ele, as quais transitam no campo semântico do termo “empreendedor social”, dada a sua visibilidade no momento atual. Economia social, negócio social, intraempreendedorismo social, inovação social, mercado social, negócios de impacto social, valor social, objetivos sociais... Enfim, termos que compõem a esfera mercadológica, associados ao termo “social”, que serve à lógica de deslocamento semântico. O mercado, regido pela competitividade, pelo lucro, pelo compromisso com o sistema capitalista que lhe dá sustentação e sentido, ganha uma aura na combinação dos termos, evidenciando a mutação retórica do capitalismo contemporâneo (CASAQUI, 2015, p.4).

Oliveira (2004) escreve o artigo *Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias* e começa afirmando que o empreendedorismo social apesar de ser um termo recente, poderia ser aplicado a figuras como Luther King e Gandhi, “dadas suas capacidades de inovação, liderança e as mudanças em larga escala” (OLIVEIRA, 2004, p. 10). É curioso que tal afirmação que vai ao encontro e justifica o discurso feito pelo jovem que apresento na introdução da presente pesquisa, que, enquanto aderida a um discurso mais alinhado ao liberalismo econômico redefiniria toda a memória história brasileira à luz de seus novos valores e conceitos, enquadrando figuras como as apontadas acima como indivíduos de sucesso. O artigo de Oliveira (2004) traz algumas definições interessantes do empreendedorismo social, que em 2004 advinham em sua maioria de instituições de países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Suíça. Aponto aqui as definições levantadas pelo autor e feitas pela Ashoka dos Estados Unidos:

Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e uma habilidade para o imprevisto.

Os empreendedores sociais são indivíduos visionários que possuem capacidade empreendedora e criatividade para promover mudanças sociais de longo alcance em seus campos de atividade. São inovadores sociais que deixarão sua marca na história (OLIVEIRA, 2004, p. 11 e 12).

É interessante a definição do empreendedorismo social ser feita a partir da identidade dos empreendedores sociais, ou seja, o foco nos indivíduos e em seus atributos. É no indivíduo e em certas “qualidades” atribuídas a ele que repousam os fundamentos básicos. A definição também é feita com base na diferença, ou seja, afirmando a distância em relação ao empreendedorismo de negócios. Conforme a Ashoka, os fundamentos do empreendedorismo social estão ligados ao empreendedor social que deve ter: sinceridade, paixão, clareza, confiança pessoal, criatividade, capacidade de sonhar, etc. Assim, é inevitável relacionar a expansão do empreendedorismo social com a validação da teoria de desenvolvimento humano atrelada às habilidades/competências socioemocionais. Sendo esse também um mercado que gera muito lucro, inicialmente com ações e avaliações voltadas a empresas, mas, mais recentemente, adentrando as instituições estatais e pautando novos modelos de pedagogia e avaliação na educação pública e movimentos de renovação e formação de lideranças na gestão pública.

Betoni (2014) ressalta a importância do psicólogo David McClelland nesse processo.

(...) É preciso, no entanto, nos atentarmos para uma questão importante. A obra de McClelland não teria tanto impacto posterior se não fosse por uma das constatações centrais do livro: a n Realização está presente no indivíduo, mas existem culturas que estimulam mais do que outras o desejo de realização pessoal de seus membros, produzindo um maior número de sujeitos com esse perfil psicológico específico. McClelland cita casos de culturas que considera “realizadoras” (sendo que algumas nações, como os Estados Unidos, são indicadas como portadoras de uma prática cultural que estimula o crescimento deste fator). Isso quer dizer que a n Realização pode ser “ensinada” e estimulada por um corpo social, pode ser assumida enquanto projeto e repassada para um coletivo de pessoas.

Entrando em acordo com Schumpeter, o empresário é entendido com McClelland como o ator responsável por “botar as coisas em marcha”. Ele é o sujeito que organiza a empresa para aumentar a sua capacidade produtiva. Logo, ele formula a hipótese derivada de que uma sociedade que tenha um número elevado de n Realização produzirá, por consequência, um maior número de empresários ativos que, por sua vez, acelerariam o desenvolvimento econômico (BETONI, 2014, p. 40, 42, 43).

Ou seja, a cultura americana é considerada como modelo para estímulo ao desenvolvimento de competências e quem mais cultiva essa “n Realização” descrita pelo psicólogo é o empresário. Schumpeter, Drucker e McClelland são autores base para as disciplinas de empreendedorismo, sendo o primeiro citado no site do SEBRAE para definir o empreendedorismo. A entrada de disciplinas escolares abordando empreendedorismo acontece em alguns municípios e estados na rede pública. Betoni (2014) dá um exemplo da implementação feita por uma prefeitura em parceria com a instituição de empreendedorismo por ela estudada, que dá origem à Escola Modelo de Educação Empreendedora. Cada vez mais cedo, os jovens e até crianças tem contato com o discurso empreendedor e com o conceito de

habilidades socioemocionais. Todos esses cursos costumam focar termos como mudança e transformação, a partir do indivíduo e da capacidade de “deixar sua marca na história”.

Uma das grandes questões é que o empreendedorismo social cresce focando negócios direcionados, majoritariamente, às periferias e às classes baixas. Dessa forma, como vemos no artigo da Revista Negócios, a periferia se torna também um espaço disputado para os projetos serem desenvolvidos.

“Por que investir na periferia? Hoje, 65% das crianças estão na periferia. Os resultados estão incríveis, desde o resultado social, do amor, da criança que já reprovou três vezes e hoje em dia é a melhor aluna da escola. Foi toda uma questão de empoderamento e várias famílias estão gerando renda, gente que só tinha o tráfico ou o subemprego como destino”, relata Kdu dos Anjos (AGÊNCIA BRASIL, disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2018/07/empreendedorismo-de-impacto-social-cresce-no-brasil.html>, 16 de julho de 2018).

Nos meus anos de trabalho no CEU, recebíamos um número enorme de empreendedores sociais que propunham projetos para serem implementados em Heliópolis, sem nenhum diálogo prévio com as associações e organizações locais. Precisavam atingir números e provar impacto, e buscavam transferir esse tipo de responsabilidade por meio da contratação de mobilizadores locais. Os projetos, em sua imensa maioria, eram voltados à juventude e, quando observavam que a participação não acontecia, era gerada uma frustração e um discurso sobre “desinteresse”. Não afirmo aqui que todas as iniciativas sejam iguais, mas é um fato, como discutido anteriormente, que a favela também virou negócio para o empreendedorismo social. A falta de diálogo e interlocução tem o potencial de reiterar estigmas.

A temática do próprio empreendedorismo é uma dessas que era trazida em uma frequência muito alta e, com o tempo, víamos eventos vazios e dinheiro mal direcionado. Isso também tem relação com às exigências e indicadores elencados para medir impacto, que majoritariamente são numéricos. Há pouquíssimos instrumentos que permitem uma boa avaliação qualitativa. E, para além disso, os empreendedores sociais se tornam reféns daquilo que as grandes empresas e fundações (principais financiadoras) concebem como projetos aceitáveis de transformação social.

Portanto, o empreendedorismo social ganha força ao lado do discurso da falência do projeto de um Estado de Bem-Estar Social, ou seja, no pressuposto de atuação nas lacunas do Estado ou mesmo na regulação do Estado. Ele articula o projeto de mudança social e combate da desigualdade com as competências empreendedoras. Seu papel de “fiscal” do Estado, representado pelos inúmeros projetos que falam em renovação política e combate à corrupção, esvaziam a noção de participação social na construção das políticas públicas, ou seja, deixam

de lado as longas construções dos partidos progressistas sobre as instâncias de participação em nome da “regulação” tecnológica. Nesse cenário, os projetos disruptivos são cada vez mais raros e perceberemos que, parte disso, advém também de crises na militância e do surgimento do ativismo como modelo de ação coletiva.

6.2. Militância política: as crises nas raízes

O início dos estudos sobre militância coincide com os novos movimentos sociais no Brasil e no mundo e data, principalmente, da década de 1960. Podemos elencar como teorias principais sobre os movimentos sociais a de mobilização de recursos (TMR), a do processo político e a dos novos movimentos sociais. Tais análises tinham, inicialmente, um foco macroestrutural, mas, no presente, os aspectos microculturais entram em cena, aprofundando as compreensões sobre os processos de ação coletivos contemporâneos. A influência dos estudos culturais e as transformações amplamente citadas na dissertação impulsionam novas análises que buscam revelar os repertórios, instituições e subjetivações envolvidas na ação coletiva contemporânea.

Desde a década de 1990, os movimentos sociais têm se transformado sob a influência das novas pautas da diferença e pelas lutas por reconhecimento (HONNETH, 2009). A maior parte dos estudos trata a militância como um tipo de engajamento associado, centralmente, aos movimentos sociais, com origem nas organizações de trabalhadores. No entanto, ela pode existir no interior de sindicatos, instituições de filantropia, defesa de direitos humanos, movimento negro e LGBTQ+, conselhos e ONGs. A identidade militante tem variações históricas, mas envolve valores associados à coletividade, à luta e ao engajamento pautados pelos movimentos sociais. Os movimentos sociais são analisados pela Psicologia Política e caracterizados por elementos de ordem política - ações coletivas, estruturadas, marcadas pelo conflito, com estratégias comuns, que buscam mudanças sociais- e de ordem psicológica- conjunto de crenças coletivas, valores compartilhados e sentimento de injustiça (CORREA e ALMEIDA, 2012).

Ernesto Seidl (2009) apresenta o artigo *Disposições a militar e lógica de investimentos militantes* no interior de um dossiê organizado pela Revista *Pro-Posições sobre Educação e política: novas configurações nas práticas de militância*. Ali ele irá analisar alguns elementos e fatores que levam a participação militante. Os resultados apontam elementos decisivos à

realização de “carreiras” militantes: condições de socialização familiar e religiosa favoráveis, escolarização elevada, passagem pelo espaço universitário, eventos biográficos marcantes, ativismo militante e vinculações partidárias precoces.

É interessante destacar que, mesmo entre os jovens periféricos, a militância se relaciona a uma maior escolaridade, o que pode ser entendido tanto pelo fato de que a valorização do ambiente escolar e dos estudos pode levar a aproximação com os espaços associativos, quanto que a participação nesses espaços fornece uma base para que seja possível e se deseje seguir mais além nos processos de escolarização, incluindo assim também a ida a universidade. É o caso de Laura que, desde muito cedo esteve inserida nos projetos dos movimentos sociais e, a remuneração envolvida, permitia que ela seguisse estudando. Ao mesmo tempo, é no interior dos projetos que ela identifica uma área de interesse e define que irá para a universidade.

Laura, há cerca de um ano decidiu sair da organização da qual era parte da diretoria e coordenadora de projeto. Assim, quando questionada sobre a militância, fornece uma longa resposta que nos permite compreender alguns aspectos essenciais para a presente análise.

Ah, eu não vou mentir não. Hoje em dia eu acho que eu tô muito estagnada. Eu sinto que eu parei, eu tipo não sei se eu sou tão militante como eu era antes. Eu já fui mais, muito mais militante. Só que eu comecei a entender que ser militante também não é só você estar o tempo todo, sabe? Tipo não é você se matar, porque eu sinto que as vezes eu me sentia até doente de tá participante de alguns movimentos e você tá se dedicando e tem outras pessoas que são participante e elas não se dedicam igual a você. Aquela coisa assim, você quer que todo mundo seja igual a você, né? Você começa a perceber que ninguém vai fazer do jeito que você quer. E aí eu fui trabalhando isso dentro de mim, talvez hoje eu não seja tão, tão militante na questão de participação como eu participava antes. Mas eu acho que não deixei de ser ainda, eu não deixei de questionar, eu não deixei de tipo de defender o que eu acredito, os direitos das pessoas. Se eu tô em alguma situação e eu num. Por mais que a causa não seja só minha, eu não tenho que ficar quieta, eu tô sempre me posicionando. Mas eu acredito que ser militante ainda é aquelas pessoas que realmente se dedicam mais tempo. Não sei se eu ainda tô errada nisso ou não tô. Mas hoje eu não tenho mais dedicado tanto do meu tempo pra estar na rua. Mas eu tava me perguntando, poxa nunca mais teve nenhum protesto na Paulista pra mim ir. E eu sinto falta! Eu sinto falta! Até tava falando com um amigo meu: Poxa! Cadê os protestos? A gente não vai mais, mas eu senti que isso não é só comigo. Eu tenho sentido que é por parte de um grupo que a gente participava. Eu não sei se posso já dar continuidade nessa pergunta.

Identificar-se como empreendedor ou militante significa uma negociação e uma narrativização do eu que tente dar coerência a posição atual. Tal pergunta a força a fazer uma negociação interna, tentando levantar os valores que lhe são caros, aquilo que lhe foi ensinado enquanto concepção de militância e as contradições do percurso. Inicialmente, chama a atenção a ideia e recorrência do significante *tempo*. O que mediria e validaria a militância seria o tempo dedicado à participação em movimento e atos.

De fato, tal recorte vai ao encontro de que a disposição militante é entendida também como “um modo específico de investimento dos indivíduos nas atividades, marcado por força e vigor, e também pela posição de disponibilidade e sacrifício de suas necessidades pessoais em nome da defesa de um ideário” (SALES; FONTES; YASUI, 2018, p. 568). Os autores resgatam o início dos estudos sobre militância e apontam que o engajamento militante teria sido construído a partir de um exercício de poder disciplinar, centralizado e totalitário, cuja função seria a produção de corpos dóceis em uma subjetividade obediente e ressentida.

O discurso vai seguindo e começam a aparecer os valores: ser militante está mais relacionado ao tempo de dedicação ou a postura de defesa da garantia de direitos? Participar é ser conivente com as transgressões e contradições? Ela transita entre uma resposta afirmativa e negativa, tentando costurar a narrativa e dar coerência entre suas escolhas e aquilo que observava ao seu redor. Isso demonstra a influência das novas experiências e ela descreve:

*Eu também me desagradei com muita coisa que eu acreditava. Não que eu não acredite mais, mas a forma que eu fazia, a forma que eu tava militando também não era tão justa com outras pessoas. Eu falava assim, que nem eu falei agora eu não posso ficar julgando outra pessoa, porque a outra pessoa não tá sendo igual a mim. Ou um exemplo, deixa eu dar mais um exemplo, tô meio enrolada pra falar essas coisas: as vezes eu participava de tudo que era de movimento de juventude, aí tinha o Conselho de Juventude na cidade de São Paulo. Quem vai ser representante? A Laura! Tá bom, eu vou. Quem vai ser num sei que da juventude? A Laura. Eu gostava de ir, sempre gostei de ir, mas no final eu sempre acabava entendendo que tipo assim, que eu tinha a ética e a responsabilidade de tá ali, só que nem todo mundo tinha também a responsabilidade de tá lá e isso acabou me frustrando, sabe? Começava a perceber que tinha um monte de gente que defendia a causa, defendia as coisas, mas na hora de botar a cara nos lugares, as pessoas não iam. Eu falei, caramba meu! Ou senão tinha muito aquela coisa que eu escutei muito e às vezes isso me irrita ainda. **Mas eu tento trabalhar isso em mim, que as pessoas são contraditórias o tempo todo. Tem gente que é muito contraditória, mas eu tava vendo isso nos movimentos já, em todos os movimentos!** Aí eu comecei a ver coisas que me desgastaram, então por isso que eu deixei de participar de muita coisa. Por exemplo, eu ainda sou filiada ao PT, da parte da juventude do PT. Quando eu comecei a participar das reuniões, quando eu comecei a entrar mais fundo do partido, já tá mais próxima de algumas pessoas, eu comecei a perceber que não era o que eu fazia lá no dia a dia quando eu tava em Heliópolis. Poxa, isso daqui não tem nada a ver com o que a gente faz no dia a dia, sabe? É ou senão, não só nele, mas se você também encontrava algumas pessoas de outro movimento, você percebia que as pessoas queriam só levantar a bandeira delas. Pessoal queria se colocar, queria tipo ser candidato. Ah, as pessoas começam a usar você e eu comecei a perceber isso depois. Isso me fez deixar de participar de muita coisa, **mas eu não deixo de defender os direitos. Eu me considero militante, mas não tão participativa em muitos movimentos. Eu prefiro dizer que eu sou militante: “ah, mas aconteceu alguma coisa, vamo pra rua? Vamo!” Mas eu não vou mais ficar fechada, sabe? (grifos nossos)***

O conflito parece ter influências da multiplicidade de novas relações e interações as quais ela é exposta nos últimos anos e que a fazem questionar os sentidos e modelos de ação coletiva dos quais ela fazia parte. Tal como explicitam Naujorks e Silva (2016):

(...) as teorias dos movimentos sociais têm abordado a identidade como um fenômeno coletivo. No entanto, a literatura atual sobre identidade produzida pela sociologia e pela psicologia tem enfatizado o caráter múltiplo da identidade, destacando os processos de interação entre a identidade coletiva e a identidade individual (Thoits e Virshup, 1997; Brewer, 2001; Owens et al., 2010). Nos estudos sobre engajamento, essa multidimensionalidade é percebida através da constatação do dinamismo, da contingência e da multiplicidade das interações sociais, o que traz como implicação que “não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento” (p. MISCHE, 1997 apud NAUJORKS e SILVA, 2016, p. 139).

As novas compreensões sobre luta se transformam por meio da evidência da contradição. Há um esgotamento e um descompasso entre as orientações individuais e coletivas, para as quais ela busca uma solução, mas acaba desistindo. De todas as formas, a ação coletiva segue sendo uma referência e é valorizado o reconhecimento vivido no interior dos movimentos sociais. Com isso, ela acaba concluindo que não deixou de ser militante, mesmo dedicando menos tempo aos atos e mobilizações. Reflete que a base da militância pode ser o diálogo mais amplo e a contínua busca de um espaço em que sua identidade individual e a de seu coletivo não estejam divergindo:

Querendo ou não, não deixei de ser militante, porque até na casa da minha avó ainda eu falo assim. Eu não vou deixar as pessoas fazerem o que querem, se tiverem perto de mim. Mas eu não fico mais me colocando em grupos assim não, sabe? Acho que mesmo se tiver alguém que seja... eu comecei a entender essa coisa de partido também. Pode estar em vários partidos, mas a gente tem que conversar sim com as pessoas. Se tiver gente que tá afim de fazer o bem, a gente tem que conversar com ela pra fazer o bem. Se tem gente que pensa que nem o Bolsonaro, a gente tenta, tenta conversa com elas (RISOS). Se eu ver que a pessoa não tem jeito, aí deixa de lado, que aí eu já acho que é problema na cabeça dela. Mas a gente tentar convencer as pessoas, mas na base da conversa, não dá mais pra gente ficar excluindo as pessoas, como eu sentia que eu tava fazendo antes. Eu me sentia que eu tava em grupos que a gente tinha que excluir. Aí eu tava totalmente sendo contrária ao que eu acreditava. Eu falava:” poxa, mas eu tô defendendo os direitos, ao mesmo tempo tô tirando a vontade ou o direito da outra pessoa também colocar a angústia dela”. Então acho que por isso.

De você escutar coisas, de abusar mulher lá dentro, tipo e você a vê a discriminação e falam de LGBT, o tempo todo fica xingando a pessoa de bicha. E eu falo: “poxa! A gente fala sobre o discurso das pessoas lá e aqui dentro é assim”. A gente fica falando de política e coloca família no lugar e você vai lá e fala. Po, meu! Não tem problema, mas e as outras pessoas que a gente falou que ia dar os direitos, sabe? A gente defendia a moradia, vai sair os apartamentos. Quem a gente tem que dar primeiro? É quem não tem casa, fulano tem casa... “Ah, mas vamos dar isso aqui, porque ele participou.” E isso aí foi acumulando, acumulando e eu comecei a perceber que não dá. Eu tô fazendo errado, vamos repensar... e vamo... eu prefiro seguir minha intuição, sabe? Eu vou dar uma parada nisso e vou me encontrar em outro lugar. Hoje eu me encontro, assim no trabalho que eu faço, por mais que não seja tão... pra algumas pessoas tão significante... Eu sinto que eu tô fazendo alguma coisa realmente... Que eu aprendi e que eu posso conversar com outras pessoas, hoje eu tenho relação com um monte de gente. Imagina você conhecer gente da Bahia, de Salvador, tipo de empreendedor falar assim: Vem na minha casa quando você vier aqui da outra vez! De virar íntimo assim, porque você falou uma palavra pra pessoa. Você disse algo pra ela que ela precisava naquele momento. Pra mim isso também

foi importante também na época. E de também conversar, que nem eu falei para você, hoje eu me sinto muito feliz de encontrar com outros jovens que falam e que agradecem, que participou dos projetos e tal. Isso pra mim, me faz eu me sentir muito forte e faz eu querer continuar. Mas eu penso assim em dar continuidade, tanto que eu ia falar pra você que eu não parei, não é porque eu saí de um lugar que eu acho que eu tinha que parar. Eu continuo, mas resolvi me encontrar com outras pessoas e a gente fazer de outra forma, sabe? Tentar inovar, tentar a gente conversar de outra maneira para ver se a gente consegue voltar de novo se fortalecer, seja no social, seja onde que for pra gente continuar. Porque a gente fala que um mosquitinho que picou a gente do social tá aqui, então não tem como sair (grifos nossos).

É de grande profundidade o mergulho que Laura faz em seu percurso de saída da organização. Suas últimas frases dizem respeito à constatação de que o reconhecimento dos jovens que acompanhou como educadora e coordenadora de projetos dá a ela a força e a certeza de querer continuar trilhando um caminho de defesa dos direitos. Esse “bichinho” que picou ela e os companheiros que fizeram parte da organização, tem seu lado disciplinador, pois a faz ser crítica aos próprios caminhos, mas, centralmente, não a permite parar e se resignar frente às injustiças que observa. Isso faz pensar que existe uma força nessa experiência de reconhecimento vivido por aqueles que, enquanto jovens, fazem parte dos movimentos sociais e partidários. Tais experiências parecem demarcar a trajetória de vida da maioria deles.

O percurso transmitido pela entrevistada nos permite questionar a concepção de militância “cuja função seria a produção de corpos dóceis em uma subjetividade obediente e ressentida” (SALES; FONTES; YASUI, 2018). A posição crítica em relação à sociedade que lhe foi transmitida no interior do movimento social, hoje é parte de seu olhar para o mundo, e ela é capaz de utilizar esse mesmo olhar para analisar a organização da qual fazia parte.

Ou seja, parece que a militância pode ser entendida como um valor positivo, cujo núcleo se divide entre duas questões centrais: dedicação e luta coletiva por direitos. A questão da dedicação é algo que incomoda a entrevistada, mas ao sair de uma organização específica ela segue tendo um horizonte de valorização da participação nas ruas e do coletivo, buscando logo em seguida se reorganizar coletivamente, por meio da associação com outros jovens que fizeram parte da sua história.

Moreno (2018) irá desenvolver um estudo etnográfico para analisar a experiência política de jovens militantes que atuam em associações populares das periferias da cidade de São Paulo. Ele observa a diversidade de espaços de ação coletiva nas periferias no presente: “uma associação remanescente das Comunidades Eclesiais de Base; outra originária das lutas por creches e benfeitorias públicas dos anos 1970-80; uma com atuação no campo da cultura;

uma vinculada ao futebol de várzea e ao samba; e uma associação ligada a um vereador notabilizado por trocar favores com sua base eleitor” (p. 581). E afirma que:

São urdidas as identificações (Hall, 2005, 2006a) políticas, por vezes fluídas, compósitas e ambivalentes, desses grupos juvenis. A vida associativa nas periferias da cidade não se encontra em uma relação diacrônica, com sentido de ruptura com o passado das lutas populares, como se a ação coletiva fosse realizada em ambientes sociais in comunicáveis. Tampouco está apenas em linha de continuidade repondo permanências e formas tradicionais de atuação política. As ações desenvolvidas pelos jovens militantes apontam para uma configuração na qual encontramos os dois movimentos sendo realizados sincronicamente, no tempo presente, por meio da ação coletiva e da promoção de relações de interação entre as diferentes gerações nos espaços associativos (p. 598)

Sérgio, quando entrevistado, responde com convicção que se entende enquanto militante, mas traz uma interpretação distinta, que já demarca que sua inserção se deu, prioritariamente e inicialmente, por meio dos movimentos culturais. Tais movimentos também pautaram a militância e inseriram novos sentidos, valorizando o papel da cultura na formação política da juventude e na discussão acerca dos direitos.

(...) rádio é uma forma de revolucionar, as músicas revolucionam. Tem várias pessoas que eu conheço em depressão, que começou a ouvir Racionais, começou a ouvir Tribo de Jah. A música tem esse poder de revolucionar e através da rádio, a gente conscientiza também fala de sexualidade, fala de drogas, fala dos direitos e deveres. Eu me acho um militante, com certeza.

E, nesse sentido, o que seria pra você a militância?

A militância é você trabalhar em prol da comunidade, é divulgar os projetos que tem na comunidade para que as pessoas venham ingressar, os cursos que tem, entendeu? Política também, falar dos políticos que realmente ajudam a comunidade, que fortalecem os projetos da comunidade. Ser militante é isso, entendeu? Reinvidicar pelos direitos da comunidade, entendeu? Pelos problemas locais que a comunidade enfrenta, briga, falar de políticas públicas, de projetos, de sexualidade, de drogas. E fazer com que o jovem pensa antes de fazer as coisas. Quanta gente a gente incentiva, fala “vai fazer uma faculdade, vai fazer um curso, procura e se envolve no ETEC, faz um curso técnico!”. Isso é ser militante, se preocupar com a comunidade, no geral.

Portanto, sua compreensão em relação à militância não é tão marcada pela ideia e pelo questionamento em relação ao tempo e participação em atos e mobilizações, está relacionada ao que se realiza. O ponto central da militância é o coletivo, é a preocupação com a comunidade. Assim, observamos que a militância que advém de uma formação no interior dos movimentos sociais tradicionais de fato cria maiores exigências, que alguns autores relacionam à ideia de obediência e a um tipo de formação disciplinadora. Mas, podemos expandir a compreensão do termo para o que ambos entrevistados extraem como aspecto central: a ação coletiva marcada por valores comunitários e solidários. Além disso, em ambas respostas dos entrevistados é possível identificar a presença do diálogo como central, precisamos “falar para e com as pessoas” e é isso que gera reconhecimento recíproco e fortalece a experiência solidária.

Ser militante é saber comunicar e, nesse sentido, é fundamental pensar que isso se institui como resistência a destruição da esfera pública, como “o local de aprendizagem social [...] não é só o lócus por excelência da participação dos cidadãos, mas sobretudo onde os cidadãos aprendem com o debate público [...]” (ABRUCIO, 1997, p. 27). Um dos diagnósticos principais relacionados à racionalidade neoliberal é a perda da cena pública de diálogo e conflito, com um aprofundamento do autoritarismo e uma “privatização da ética” (SILVA, 2009). A racionalidade neoliberal conduziria a uma:

desertificação isolacionista (que) impossibilita a busca de um fim ou de um desejo para a existência humana em sociedade; ela faz do significado da vida uma matéria ainda mais volátil do que ela já é nas condições que marcam e orientam as sociedades pós-industriais. Na perspectiva da busca de um bem como valor desejável, a desertificação isolacionista torna tal procura um elemento imaginário e ficcional, opondo-se de maneira irreconciliável à experiência coletiva que é uma marca da ética. Enfrentar essa realidade que se apresenta atualmente é reconhecer que a ética e seus significados só existem na linguagem, que é prática de sociabilidade e exercício compartilhado (SILVA, 2009, p. 10).

A militância e a organização comunitária transformam a realidade, mas somente por meio de articulações e diálogos. O resultado, como registrado por Sérgio, é a transformação social radical:

Heliópolis muita gente que pensava que a comunidade era um inferno, hoje é um céu. Eu penso na minha cabeça, antes quando era só barraco de pau, o barato era louco mesmo. Tinha muita violência, a polícia entrava aqui e quebrava todo mundo, hoje não é tão assim. Porque hoje todo mundo tem celular, tem câmera, tem Wifi em todo lugar!! Nunca ia imaginar que ia todo lugar ia ter internet, tem 2 piscinas! Nunca ia imaginar que na quebrada ia ter piscina. Tem dois teatros fodidos, tem o CEU meninos que tem aquele teatro de primeiro mundo. O primeiro CEU inaugurado foi o nosso, tem uma puta estrutura de cinema. Tem O CEU Arlete Persoli que é maravilhoso, antes era só a escola Campos Salles, a quadra e acabou. Hoje não, esse universo foda. Tem uma biblioteca pesada, já li vários livros de lá. Tem várias creches, vários projetos, morar em Heliópolis é gostoso, antigamente o pessoal não achava.

Ou seja, a militância e a transformação social estão profundamente atreladas, mas há a necessidade de tempo; a mudança acima descrita é resultado de cerca de 30 anos de articulações e luta por parte dos movimentos sociais e da militância. Essa “lentidão” do processo se contrapõe a imediatez dada pelas redes sociais; além disso, esse processo de cerca de 30 anos exigiu concessões e negociações. Hoje em dia, as redes sociais tem colaborado para a polarização política, incitando o extremismo como marca da cena pública. Apesar do conflito ser parte da construção do político, o confinamento do debate em dimensão antagônica do político tem impedido o aprofundamento de muitos dos debates. Scherer-Warrner (2014) analisa:

Os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais, na internet, usando o suporte das novas tecnologias para se organizar. Mas isso tem sido, acima de tudo, um meio, e não explica o sentido político da ação, ou melhor, o sentido pode ser

conflitivo ou antagônico numa mesma rede ou entre sub-redes, como resultante transversalidade desse tipo de comunicação. Além disso, as redes virtuais divulgam, convocam e expressam posicionamentos, mas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate político, ainda que, em algumas situações, é no interior de sub-redes que interagem com outras sub-redes que mensagens conflitivas aquecem o debate (p. 420).

É inegável que a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, o 15M e as Jornadas de Junho envolveram milhares de jovens que nunca haviam estado nas ruas para se manifestar. As redes sociais e o ativismo têm exigido a construção de uma agenda política mais transversal, porém as conquistas de tais movimentos também se devem ao capital militante; ter isso em mente também conduz a possibilidade de diferenciar o modelo de política proposto pelos movimentos sociais daqueles agenciados pelas empresas e fundações privadas.

Questiono a ênfase na militância como produtora de corpos dóceis pelas entrevistas, primeiro com Laura que descreve como “o bichinho do social” picou ela e outros jovens que, mesmo rompendo com uma organização específica, ainda se entendem enquanto militantes. E, em seguida por Sérgio que, pela influência dos movimentos culturais, já entende a militância a partir das ações articuladas e voltadas ao desenvolvimento da comunidade que envolvem a arte e centralizam o diálogo. Ou seja, a militância parece ser retida como um valor positivo e seu núcleo se divide entre algumas questões centrais: dedicação, luta coletiva e/ou comunitária por direitos e diálogo.

6.3. Institucionalização, ativismo e capital militante

Uma das questões explicitadas por Tilly (2010) em relação aos movimentos sociais é o fato do surgimento de funcionários profissionais bem remunerados no interior deles, ou seja, a criação de cargos remunerados de gestão e captação, o que transforma também a lógica interna de funcionamento. A institucionalização dos movimentos sociais ocorreu a partir da década de 1980 e incorporou transformações na relação com o Estado. Hoje, por exemplo, a UNAS é uma organização que tem cargos internos e, mesmo a presidência, é remunerada. Tal possibilidade vem de seus diversos convênios com o Estado e os projetos financiados pela iniciativa privada.

É possível compreender que tal movimento foi essencial para a manutenção e crescimento da organização, mas, para uma grande parte dos jovens que, por vezes, ainda não conseguia conciliar o Ensino Superior, o trabalho na organização e as exigências enquadradas como “militância”, isso se tornava um ponto de tensão e questionamento. Por outro lado, do lado das lideranças havia também uma interpretação sobre os jovens que, muitas vezes,

envolvia noções como “ingenuidade, preguiça ou falta de preparo” que revelam novamente a ideia da juventude como “moratória social”. Tal discurso se constitui, no interior dos partidos políticos e dos movimentos sociais, como justificativa para a retirada de poderes de decisão da juventude.

Essa percepção sobre a juventude é expressa por Reginaldo José, liderança da UNAS, em entrevista para Laila Sala (2020) na pesquisa já citada anteriormente sobre a juventude de Heliópolis. Ele afirma ver uma mudança no tipo de engajamento da juventude, em que o imediatismo das novas gerações é interpretado como uma falta de resiliência.

E também com essa questão da tecnologia, acabou se tornando uma geração instantânea, né? Uma geração que quer tudo muito rápido. A nossa geração e a geração anterior tinham muito a questão do processo. Tinha que ter um processo para você conseguir as coisas, tinha que ter luta, disputa, muita garra pra você conquistar alguma coisa. A geração de hoje já não tem muito isso porque a internet te possibilita muita coisa, e às vezes as informações ficam muito fáceis e essa geração se acostuma com isso. Antes, para fazer alguma atividade tinha que fazer uma reunião, organizar, tirar as responsabilidades, planejar, ver o que vai acontecer. Hoje eles fazem isso muito rápido, esse processo que a gente tinha de dialogar, se perdeu. Costumo falar que é a geração “miojo” : é muito rápido mas às vezes não tem o conteúdo , não vai nutrir os jovens de conhecimento, de informação, de possibilidades para ajudar elas lá na frente, e aí entra o nosso papel, principalmente da minha geração que passou por esse processo, porque essa geração não está enxergando que pode perder tudo isso, ou que esse negócio de tudo rápido não é tão bom assim porque você não sabe entender como que é o processo das coisas (p. 26).

Moreno (2018) também sinaliza que as distintas compreensões sobre militância advêm de um conflito geracional no interior do que ele chama de vida associativa. As formas de ação coletiva têm transformações que são muitas vezes interpretadas como não estar na luta:

Tomando como referência grupos geracionais distintos, observa-se, contudo, que esse processo de integração à vida associativa se estabelece marcado por certo conflito, em vista das diferentes perspectivas imputadas à prática política exercida no local, perceptíveis nos questionamentos ou na recusa em aceitar determinadas formas de ação coletiva exercidas por um ou outro grupo geracional. É recorrente, por exemplo, a queixa por parte das velhas gerações sobre a dificuldade de “mobilizar essa juventude que não quer mais saber da luta, só quer saber de ficar na internet, ou, pior, esses que só querem saber de funk” (Dona Ana, 72 anos, AML). Tal queixa corrobora a percepção de senso comum quanto ao desinteresse dos jovens pelo universo da política, ainda que eles participem da vida associativa do bairro (MORENO, 2018, p. 593).

O fato é que o universo da ação coletiva se expande nas periferias e começa a tomar outras formas incluindo os movimentos negro, LGBTQI+, feminista, culturais; que tem um uso ativo das tecnologias e redes sociais. Tais movimentos culturais também se constituíram a partir de ex-militantes que criticavam métodos da esquerda “clássica” como o dirigismo e o verticalismo, associando-os a falta de diálogo. Assim, buscaram fazer cultura e política,

destacando que a arte possuiria uma radicalidade que não há na política tradicional (D'ANDREA, 2013).

Nesse cenário, é impossível ignorar a emergência do ativismo como forma de engajamento. A partir das jornadas de Junho de 2013, houve a adoção do termo ativismo, que teve início pelo Movimento Passe Livre e incluiu uma série de novos coletivos que emergiram nos anos seguintes e que justificavam a escolha por uma reinvenção nos modos de ação, repertórios de protesto e estratégias de luta. No centro da pauta inicial, estava a questão do transporte e do “direito à cidade”, mas que servia a uma moldura mais ampla que incluía “cidadania”, “direitos” e “justiça”, assim como a vontade de participação política direta. Muitas das estratégias, mesmo querendo ser diferenciadas, advinham ainda de jovens cuja formação foi feita no interior da militância dos movimentos estudantis (SEIDL, 2014).

Dois anos depois, nas ocupações das escolas estaduais, uma parte dos jovens também adotam tal designação influenciados pela Revolta dos Pinguins no Chile e os movimentos Occupy Wall Street e Indignados (15M) que haviam organizado mobilizações nos Estados Unidos e Espanha e enfatizavam a importância da horizontalidade.

No caso brasileiro, o discurso anticorrupção, incitado nas Jornadas e encabeçado pela Operação Lava Jato, fomentou uma ideia de que toda política e partidos estavam corrompidos. São anos de escândalos públicos, incluindo o da Copa do Mundo, o que levou a uma insatisfação generalizada com os espaços de organização partidários. Isso fomentou o surgimento de movimentos que se autodeclaravam apartidários e que desejavam se diferenciar por meio de uma negação de organizações hierárquicas, levando a um esvaziamento do sentido da política e mesmo a uma idealização da entrada dos “outsiders”: figuras que adentram a política pela afirmação de “não serem políticos”, tais como empresários, figuras da TV, e o próprio presidente, quem, apesar de ter feito carreira como deputado, nega ser político.

Castells (2013) produz uma análise e aponta como características comuns aos movimentos ativistas: a articulação em rede; a ocupação dos espaços urbanos para dar visibilidade à causa; uso estratégico das novas tecnologias de informação e comunicação; a preferência pela busca de consensos e a ausência de lideranças formais; e a preservação da autonomia dos participantes.

Há estudos que tratam a militância e ativismo como sinônimos (SILVA e RUSKOWSKI, 2016, SCHERER-WARREN, 2014), no entanto, é importante pensar que há um discurso específico que acompanha e qualifica as duas formas de ação coletiva e uma

intencionalidade dos sujeitos quando assumem tais identidades. Dessa forma, é interessante considerar a perspectiva de que as transformações em termos de subjetividade apontadas anteriormente e traduzidas pela racionalidade neoliberal e pelo sujeito empreendedor demarcam também os novos repertórios e performances relacionadas à ação coletiva que centralizam a autonomia. Tendo isso em conta, considero como relacionadas, a emergência do ativismo e do empreendedorismo social. Ambos configuram um novo discurso acerca da transformação social que enfatiza a negação dos modos de organização e dos repertórios de ação da militância partidária, mas que, nesse movimento, acabam por abandonar as raízes dos movimentos sociais relacionadas à ruptura com a hegemonia e a utopia da revolução.

Além disso, é necessário ter em conta o capital militante, ou seja, a compreensão dada também pelas narrativas acima expostas e por pesquisas com a de Seidl (2014) que revelam que a maior parte dos jovens protagonistas das jornadas de Junho e das ocupações tiveram contato direto ou indireto (por meio de familiares) com os repertórios de ação da militância. A militância, para além das instituições a ela relacionadas, ainda mantém como centro inalienável a noção de solidariedade e comunidade. No entanto, os novos repertórios de ação advindos do ativismo também pressionaram e seguem pressionando os movimentos sociais e partidos políticos tradicionais a se atualizarem.

Já não é possível pensar na política sem a influência das redes sociais e da tecnologia, porém é impossível também pensar em transformação social desatrelada dos partidos políticos, movimentos sociais e da militância. O fato é que o ativismo, ao se constituir como negação dos repertórios de ação coletiva do passado, evidencia que a principal referência segue sendo eles. Ou seja, a geração “ativista” aprendeu com os movimentos sociais e suas estratégias de ação, assim como usufruiu das vitórias obtidas por meio dos anos em que “a militância” ocupou o governo.

Tais reflexões me conduzem a um questionamento final que diz respeito a potência do ativismo e do empreendedorismo social em produzir sujeitos políticos coletivos, ou seja, em perpetuar uma identificação coletiva entre os membros que permita criar um senso de comunidade e experiências de reconhecimento recíproco. Considero que os movimentos sociais não são apenas resultado ou sintoma das crises vividas na sociedade, eles traduzem as complexidades da realidade e podem ser vistos como

forma de antecipação da sociedade vindoura (Stompka, 1998). Isto se dá porque os movimentos sociais, ao atuarem como críticos da estrutura social vigente, como atores coletivos que obrigam a sociedade a deixar a alienação própria da vida cotidiana (Heller, 1998 e 2001) e a assumir uma atitude reflexiva acerca de si mesma, forçando-

a a permanentemente fugir da repetição e da acomodação; a enfrentar a mesmice que a impede de ir além; e a resolver os problemas que ela própria produz e se propõe, atuam como agentes proféticos (Melucci, 2004) que garantem à sociedade a oportunidade política de gerar instrumentos para alcançar um modo de existência socialmente justo (SILVA, 2009, p. 20).

Não existe aqui o objetivo de deslegitimar o ativismo ou o empreendedorismo social, os quais tem produzido transformações importantes e colaborado também para a garantia de direitos. O ponto principal é alertar para que, mesmo entre os empreendedores sociais e ativistas, haja a consciência de que seu repertório de ação, assim como os direitos dos quais usufruem, são construções oriundas dos movimentos sociais e partidos políticos progressistas e, ainda hoje, são eles que possuem a capacidade de contínua tensão com as posições de “acomodação” dos indivíduos e do Estado. A crítica que se ampara na militância como disciplinadora, parece-me ignorar outros aspectos fundamentais da experiência militante que são traduzidos pelas narrativas aqui reproduzidas.

Há uma troca possível e desejável entre os repertórios de ação coletiva traduzidos como ativismo e militância, mas que, de maneira nenhuma, pode caminhar para um “mito do progresso”, ou seja, uma concepção de avanço em que as novas formas de ação coletiva substituam as estratégias e a organização dos movimentos sociais.

A ascensão dos discursos neoliberais, alinhados a um espírito capitalista protestante voltado ao indivíduo e a mobilidade social fortaleceu a lógica de que a transformação acontece por meio de ações do indivíduo e do ator privado. A diferença das abordagens ligadas a coletividade, estão na valorização de perspectivas políticas e da ação pública enquanto reconhecimento da transformação humana vinculada ao Outro.

Honneth (2011) dirá que para garantir justiça social é necessário o estabelecimento de um horizonte de garantia de autonomia intersubjetiva/relacional; ou seja, promover as circunstâncias tanto materiais quanto institucionais que garantam reconhecimento. Sua base é a concepção do direito hegeliano de liberdade, no qual a vontade livre tem de querer a si mesma como livre, o que só é possível quando o objeto da vontade é ele mesmo livre- quando é uma outra vontade livre, isto é, um Outro. Autonomia então, só existiria no contexto das relações sociais, pois são elas que a assegurariam: aquele que tem condições de conduzir sua vida, desenvolvendo e perseguindo sua própria concepção de vida digna de valor, necessariamente precisa estar ancorado e amparado em relações de reconhecimento.

Já Dardot e Laval (2016) dirão que:

(...) se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações das lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais (p. 4).

A proposta da presente dissertação não é um aprofundamento em tais perspectivas, mas a reiteração da forte oposição entre a racionalidade neoliberal e as experiências de solidariedade e comunidade, o que leva a um questionamento se, de fato, o empreendedorismo social é tão distinto do próprio empreendedorismo. Ou seja, se as leis de mercado também não regem esses projetos de mudança social, fazendo com que, mais uma vez, “o velho” seja vendido como proposta de novo.

7. Considerações Finais

A dissertação aqui desenvolvida buscou retratar uma série de transformações nas identidades e discursos que atravessaram a juventude das periferias de São Paulo desde a década de 1990. Considerando as observações feitas durante os anos atuando em Heliópolis, a literatura sobre o tema e dados secundários, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a constituição das identidades de “empreendedor(a)” e “militante” entre a juventude periférica; os discursos a elas atrelados; assim como a articulação de tais discursos com o empreendedorismo social e o ativismo político.

Ao resgatar os estudos culturais acerca da narrativa e da performance, pude apresentar o conceito de identidade que permeou toda a dissertação e que aponta as identidades não mais como categorias fixas e unificadas. As identidades são continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas, portanto, estão em movimento, sendo constituídas a partir dessas práticas, mas também produzindo fissuras que nos permitem evidenciar os mecanismos de poder.

As identidades foram tratadas como portas para a compreensão das relações de reconhecimento experienciadas pelos sujeitos, assim como para as expectativas morais que sustentavam. Trabalhar a partir dessas premissas expandiu a pesquisa e me permitiu reiterar algumas articulações já propostas por outros atores, mas também construir um cenário mais amplo, no qual se articula um conjunto de transformações atreladas ao neoliberalismo como um sistema normativo que estende a lógica do capital às relações sociais e às esferas da vida.

Dada a compreensão adotada de identidade, a juventude periférica pôde ser entendida como identidade emergente na década de 1990 e constituída a partir do binômio “centro-periferia”, marcador de existência e circulação nos centros urbanos. Seu surgimento tem relação com a ascensão dos movimentos culturais como mobilizadores locais, sobrepondo-se aos espaços políticos que antes eram ocupados pelos partidos, sindicatos, movimentos sociais e pelas comunidades eclesiais de base. A categoria “morador da periferia” que está na base da constituição da juventude periférica, enfraquece as categorias “trabalhador” e “classe” e se consolida a partir da ênfase na potência desses sujeitos em pautarem suas próprias questões e atuarem como produtores de renda e de conhecimento.

A re-existência da juventude periférica no Brasil ampliou as concepções sobre juventude e trouxe à tona as lutas por reconhecimento. O termo juventude que, inicialmente,

era usado para se referir ao grupo de estudantes universitários, passou a dizer respeito a amplos e diversos grupos e, após o Estatuto da Juventude, compreendeu todos aqueles entre os 14 e 29 anos. A juventude periférica passou a ter um lugar importante na cena e no debate público, representando uma maioria da juventude, no caso da cidade de São Paulo; sendo os jovens periféricos os primeiros e mais gravemente afetados pela contínua precarização do mundo do trabalho.

“Viração” foi um termo resgatado de outras pesquisas e utilizado para definir a provisoriidade das ocupações da juventude periférica, traduzindo o trânsito entre trabalho ilegal, informal, temporário, doméstico; ou seja, os “bicos” que estruturam a vida de muitos jovens das periferias.

Por meio das entrevistas e da revisão de literatura, constatou-se que o empreendedorismo periférico tem particularidades, emergindo no interstício entre o sonho e a necessidade e criando possibilidade de renda para muitos jovens que estavam fora do mercado, desiludidos com as condições do trabalho formal ou mesmo que desempenhavam funções sem reconhecimento social.

O empreendedorismo periférico, mesmo quando estabelecido a partir da necessidade, traduz o imperativo do “nós por nós” e fornece uma identidade importante para muitos jovens. Essa nova identidade está profundamente relacionada ao trabalho e, nesse sentido, há um ponto importante: o empreendedorismo parece fornecer elementos para vislumbrar o trabalho como “dotado de sentido”, de forma que os sujeitos se veem enquanto autônomos e autênticos em suas escolhas. Uma das imagens mais importantes difundidas pelo projeto empreendedor é a *superação*; superam-se as determinações negativas de futuro atribuídas socialmente para o jovem periférico, e se alcança um novo lugar e status agora dotados de reconhecimento.

Por meio das entrevistas, foi também possível observar que o empreendedorismo, entre a juventude periférica, traduz uma demanda de redistribuição de renda, ou seja, no interior da luta por reconhecimento protagonizada pelos jovens que enxergam no empreendedorismo um caminho de visibilidade e transformação da própria vida, também há uma esperança de que ele seja capaz de romper com a concentração do capital, fazendo o dinheiro circular entre aqueles que estão “de fora”. O “nós por nós” abrange, no interior da luta por reconhecimento, a demanda de redistribuição; uma expectativa de que, a partir da valorização daquilo que é feito, produzido, vendido, fabricado, concebido pelo jovem periférico, haverá também uma quebra do circuito de concentração do capital.

Infelizmente, essa premissa não tem coincidido com a realidade, porque esconde alguns aspectos intrínsecos do empreendedorismo: a ausência de garantias, a exigência de uma enorme dedicação, a falta de proteção social, e a existência de uma “livre competição entre desiguais”. O agenciamento do empreendedorismo nas periferias, feito intencionalmente por muitas organizações e fundações privadas, busca estender a autonomia dos indivíduos ao “mercado”, reforçando a ideia de que a “viração” deve ser feita à parte do Estado, já que este nunca será capaz de dar conta das demandas de reconhecimento e redistribuição. Outro agente importante nesse agenciamento são as Igrejas Neopentecostais que tem se expandido no interior do Estado por meio da mobilização da população periférica, assim como da gestão de equipamentos públicos nas periferias do Brasil.

As transformações nas formas de participação social foram analisadas tendo em conta a multiplicidade de novas pautas e lutas da juventude periférica. A pesquisa indicou que as novas compreensões e modelos de ação coletiva emergem por meio de evidências das contradições existentes no interior dos movimentos sociais: uma delas é a própria dificuldade de legitimar o discurso da juventude e ampliar seus poderes de decisão. Assim, visualiza-se na presente pesquisa alguns dos paradoxos citados pelo relatório sobre a Juventude Iberoamericana construído pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ) em 2014: a juventude ocupa um lugar ambíguo entre os receptores de políticas e protagonistas da mudança; tem muito acesso à informação e pouco acesso ao poder; e vivem com expectativas de autodeterminação e protagonismo, mas experimentam situações de precariedade e de desmobilização.

A pesquisa também indicou que a forma de engajamento “militante” envolve exigências em termos de disciplina e tempo, no entanto, as experiências de reconhecimento vividas no interior dos movimentos sociais e partidos políticos são definidoras nas trajetórias de vida de muitos jovens das periferias. As novas estratégias de ação coletiva ainda se fundam no capital militante e, no interior dos movimentos culturais, passa-se a valorizar a arte e a cultura como manifestações políticas. O “ativismo político” parece ter conotações diversas e é utilizado por um amplo espectro político. No interior das periferias, há situações em que ativismo e militância são utilizados como sinônimos, mas, muitas vezes a adoção do primeiro serve a uma diferenciação em relação ao modelo de ação coletiva, reforçando as competências e estratégias conectadas à cultura empreendedora.

Dentre os jovens que tem o desejo de articular a militância ao empreendedorismo, tem crescido aqueles que se identificam enquanto “empreendedores sociais”. O empreendedorismo

social tem ganhado força ao lado do discurso da falência do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, como projetos de atuação nas lacunas do Estado ou mesmo na regulação do Estado. Um dos aspectos interessantes identificados na pesquisa é que a definição do empreendedorismo social é sempre feita a partir da identidade dos empreendedores sociais, ou seja, o foco nos indivíduos e em seus atributos. Segue a linha de raciocínio neoliberal, que transfere responsabilidades institucionais para os próprios indivíduos e fomenta um mercado de competências almejadas e que podem ser alcançadas via cursos e especializações.

O mercado do empreendedorismo social também se sustenta adentrando o Estado por meio das novas competências dos gestores públicos: inovação, liderança, flexibilidade, criatividade, foco em resultados. Muitos dos empreendedores sociais foram ativistas, ou se identificam com as organizações que utilizam essa nova “retórica” sobre a ação coletiva, dessa forma, ressalta-se que há um ponto de convergência entre os novos modelos de ação coletiva traduzidos pelo ativismo e os novos projetos de transformação social representados pelo empreendedorismo social.

Um dos principais achados da pesquisa é que o empreendedorismo, apesar de estar fundamentalmente conectado à precarização do mundo do trabalho, tem sido transformado em projeto político e “mascarado” como forma de emancipação juvenil. Ou seja, sustentado pelos ideais de flexibilidade e autonomia e amparados pela débil ação estatal na geração de renda para a juventude das periferias, o empreendedorismo vem enfraquecendo a luta pela garantia de proteção social para o jovem periférico e reforçando o estabelecimento de um Estado mínimo. Tal constatação serve de alerta sobre os riscos de dizer que a atual juventude é “uma juventude empreendedora”, como se esse fosse um adjetivo positivo, apenas relacionado a novos atributos e qualidades do jovem. A “cultura empreendedora” tem ganhado força por meio do agenciamento das empresas e fundações, as quais tem financiado cursos e formações nas periferias e conseguido influenciar, cada vez mais, os projetos de educação, trabalho e bem-estar social no Brasil.

São muitas as questões ainda em aberto sobre os desdobramentos do empreendedorismo nas periferias, assim como acerca das mudanças nos modelos de ação coletiva da juventude periférica. Como os jovens inseridos nos movimentos culturais definem o ativismo? O que eles consideram ser o projeto de transformação social dos empreendedores sociais? Quais são as demandas de representação política que se consolidam pós-pandemia? Quais são as organizações sociais que estão lutando por trabalho decente para a juventude? O que a juventude considera um trabalho decente? O que os jovens consideram que deveria ser o papel

do Estado? O campo é fértil para novas pesquisas e traz novos referenciais teóricos, construídos e fomentados pela presença da juventude periférica nas universidades.

A atualidade do tema fez com que novas questões emergissem durante o próprio processo de escrita da dissertação, por isso defino a dificuldade que vivi pela metáfora de um trem descarrilhado em alta velocidade que, mesmo tendo incluído novos passageiros, parece ir rápido demais para produzir uma imagem focada para quem o vê passar. A solução encontrada foi me ver dentro desse trem e, nesse sentido, aceitar que não consigo visualizar e nem dar conta de todos seus vagões e engrenagens; porém, estando dentro, posso compartilhar minhas impressões e análises com outros passageiros, contando que, ao entender parte dessas engrenagens, possamos retomar o controle ou, ao menos, ter noção da direção que o trem segue. Assim, busquei sintetizar na presente dissertação o que foi possível compreender dessas engrenagens, assim como dar pistas sobre o caminho que vamos seguindo, observando que, diferente do que muitos afirmam, não estamos frente ao abismo, mas a uma encruzilhada cujas respostas e auxílio advém das vozes e narrativas periféricas.

Então, chegando ao final, retorno ao início, citando a imagem de Elegguá ou Exú, como é conhecido no Brasil. Ele é o guardião das encruzilhadas e, para conquistar tal posto, Exu permaneceu 16 anos aprendendo, observando e ajudando Oxalá. Foi apenas assim que pôde entender como ele produzia os humanos e ganhar sua confiança. Ele é quem abre e fecha as portas, é quem orienta os caminhos, sendo a força vital da vida dos seres humanos. Portanto, a encruzilhada transmite a oportunidade de pensar e fazer escolhas. Desejo que nossas escolhas sejam orientadas pelos valores disruptivos e progressistas dos movimentos sociais e que estiveram na base da constituição dos partidos políticos de esquerda no Brasil.

8. Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **O make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos**. 307 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2011.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **A Uberização do Trabalho e a Subsunção Real da Viração**. Blog da Boitempo, 22 de fevereiro de 2017. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>
- ABRAMO, Helena Wendel. **Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 1992.
- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.), **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional** (pp. 27-36). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; DA CRUZ, Ana Cristina Juvenal. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 2, p. 85-97, São Carlos, 2011.
- ADORNO, S. Violência, um retrato em branco e preto. In: ALVES, M.L; MARTINS; Ângela Maria; GROSBAUM, E. **Violência, um retrato em branco e preto**. 21, 17-26, São Paulo, 1994.
- AGÊNCIA BRASIL. Empreendedorismo de Impacto Social cresce no Brasil. Revista Negócios. Sessão Mercado, 16 de julho de 2018. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2018/07/empreendedorismo-de-impacto-social-cresce-no-brasil.html>.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, Apr. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Aug. 2020. Epub May 06, 2019. <https://doi.org/10.25091/s010133002019000100010>.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175001, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500001>.
- ANTUNES, Daví Nardy. **Capitalismo e desigualdade** (Tese de Doutorado). Campinas: IE/UNICAMP, 2011.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf>, v. 200, n. 7, 2007.

ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 8, n. 15, p. 31-56, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 mar 2020.

ANSARA, Soraia. Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 12, n. 24, p. 297-311, ago. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 ago. 2020.

ANSARA, Soraia. **Memória Política e Direitos Humanos: resistência e luta de grupos oprimidos contra a violência do Estado**, Relatório de Pós-Doutorado (Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política), EACH-USP, 2014.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. 2007. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: A.D. CIMADAMORE; A.D. CATTAN (orgs.), **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre, CLACSO/Tomo Edit, p. 195-210, 2007.

BARCELOS, Carlos Leonardo Klein; CALMON, Paulo Carlos Du Pin. A reforma gerencial do orçamento brasileiro: em busca de múltiplos significados. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 1, p. 159-181, Feb. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122014000100007>.

BARROS, Carlos César. **Reconhecimento na vida danificada: Honneth leitor de Adorno**. Revista Ideação, v. 1, n. 36: 144-165, 2018.

BENEVIDES, M. V. Cidadania e Direitos Humanos. In. CARVALHO, J.S. **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. (p. 43-65). Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BENTO, M. A. S., & BEGHIN, N. **Juventude negra e exclusão radical**. IPEA, 2005.

BENJAMIN, Walter; GAGNEBIN, Jeanne Marie e ROUANET, Sérgio Paulo. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BESEN, Beatriz. A Demão Invisível do Mercado: desregulamentação do mundo do trabalho, políticas de austeridade e ativismo jurídico. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, 9(1), 16-31, 2019.

BETONI, Camila Souza. **Empreendedorismo como projeto de adaptação da juventude**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2014.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. In *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Longon/New York, Routledge, 1996, capítulo 5, pp.95-127, **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376, 1996/2006.

BOKANY, Vilma. **popular e regulamentação do trabalho autônomo**, 2017 disponível em <https://fpabramo.org.br/2017/04/05/empreendedorismo-trabalho-autonomo/>

BOLOGNA, Sergio. **Crisis de la clase media y pós fordismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude** / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. Estatuto da Juventude. SINAJUVE, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE. 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente**. Brasília: MTE, 2010.

BRASIL. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: MTE, 2011.

BUTLER, Judith. **Subjects of desire**. Nova York: Columbia University Press, 1987.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*. In: **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Judith Butler, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 239-280, 2009.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34, 2000.

CARVALHO, Salo. Política de guerra às drogas na América Latina: entre o direito penal do inimigo eo estado de exceção permanente. **Revista Crítica Jurídica**. Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho, n. 25, 2006. <http://dx.doi.org/10.22201/ceiich.01883968p.2006.25tomo3.16749>

CASAQUI, Vander. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. ISSN 1982-2553, [S.l.], n. 29, 2015a.

CASAQUI, V. A invenção de um país de empreendedores sociais: “Imagina na Copa” e seu projeto de Brasil. **E-Compós**, v. 18, n. 1, 26 maio 2015b.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 271 páginas, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**, Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CEPAL e OIJ. **La juventud en iberoamérica. Tendencias y urgencias**. Santiago: Cepal y Oij, 2007.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento** (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: Dunker, C. I. L. & Passos, M. C. (orgs). **Uma Psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon., 2002.

CORREA, Felipe; ALMEIDA, Marco Antonio B. Teorias dos movimentos sociais e psicologia política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 12, n. 25, p. 549-570, dez. 2012.

CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, L. Juventude, educação e trabalho decente. **Linhas críticas** (UnB), v.22, p.110-119, dez. 2016.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo , v. 39, n. 1, p. 19-36, Apr. 2020. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000010005>.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios**. Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2005.

DWECK, Esther. SILVEIRA, Fernando G.; ROSSI, Pedro. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P. et al. **Economia para Poucos: impacto social da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autônoma Literária, 2018.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

FALS BORDA, Orlando. **Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla**. Bogotá: Federación para el Análisis de la Realidad Colombiana (FUNDARCO), 1978.

FERNANDES, Rodrigo C, CAMPOLINA, Bernardo, SILVEIRA, Fernando G. B. Impacto distributivo do imposto de renda. In: AFONSO, J. R., LUKIC, M.R., ORARI, R.O, et al (Orgs). **Tributação e desigualdade**. Belo Horizonte: Letramento; 2017.

FERREIRA, Manuela L. Moral (Neo)Pentecostal e a ética empreendedora: sobre a teologia da prosperidade e o impulso para o trabalho. **Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 88-101, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, vol. I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. São Paulo, 2019.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Juventude conectada** [livro eletrônico]: edição especial empreendedorismo. / [idealização e coordenação] Fundação Telefônica Vivo. 1. ed. -- São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2018.

FURLAN, Vinícius. **(Bio)políticas de reconhecimento e modulação de personagens**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil, 2020.

GABORIT, M. Memória histórica: reverter a história a partir das vítimas. In: GUZZO, R.S.L.; LACERDA JÚNIOR, F. **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação. São Paulo: Alínea, 2009. p.245 - 275.

GAGNEBIN, Jeanne M. **Uma filosofia do cogito ferido**: Paul Ricoeur, Estud. av. vol.11 no.30 São Paulo May/Aug, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELLES, E.; SAFATLE, V. (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GALEANO, Eduardo. Celebração das contradições/2. In: GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GONÇALVES NETO, J. DA C. O ativismo jurídico com estratégia da razão neoliberal no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 42, n. 2, p. 172-197, 4 jan. 2019.

GROPPO, Bruno. Las políticas de la memoria. **Sociohistórica**. 11-12, p. 187-198, 2002.

GUIMARÃES, Nadia. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil. In ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.), **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional** (pp. 27-36). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**. Vols I e II. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória colectiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1950/1990.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas, in **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A. pp.47-65, 2006.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 46-67, 27 out. 2008.

HONNETH, A. Observações sobre a reificação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 68-79, 27 out. 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática social dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, A.; ANDERSON, J. Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 17, p. 81-112, 14 jun. 2011.

HORKHEIMER, Theodor T.W. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: W. BENJAMIN; M. HORKHEIMER; T.W. ADORNO; J. HABERMAS, **Textos Escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, IBGE, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2018**. CERQUEIRA (Coord). Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. CERQUEIRA (Coord). Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2020**. CERQUEIRA (Coord). Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 3. ed. São Paulo: Ática S.A., 1994/1960.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLIASS, Paulo e CARDOSO, José Celso. **Três mitos liberais sobre o Estado brasileiro**. São Paulo, Brasil Debate, 2016.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

LE MOS, Flávia; BICALHO, Paulo G.; ALVAREZ, Marcos César.; BRÍCIO, Vilma N. (2015), Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 332-340, 2015.

LIMA, Aluísio Ferreira de. Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 7, n. 14, dez. 2007.

CIAMPA, Antonio da Costa; LIMA, Aluísio Ferreira de; “Sem pedras o arco não existe”: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e171330, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29171330>.

LIRA, Elizabeth, CASTILLO, M. Isabel. Trauma Político y Memoria Social. **Psicología Política**. (6), p. 95-116, 1993.

LUKÁCS, Georg., **História e Consciência de Classes**. Martin Fontes, 2003.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: a ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. **Psicología de la Liberación**. Madrid, Espanha: Editorial Trotta, 1998.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. **Poder, Ideología y Violencia**. Madrid, Espanha: Editorial Trotta, 2003.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. **Acción e Ideología**: Psicología Social desde Centroamérica. San Salvador: El Salvador, 2004.

MATTOS, Fernando; BASTOS, Pedro P.; BARONE, Ricardo. As reformas estruturais promovidas pelo PAEG e seus efeitos distributivos. **Texto para Discussão.**, n. 254, IE/Unicamp. Campinas, SP: Unicamp, 2015. disponível em: <https://goo.gl/yWgnH3>.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do Eu**: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004. 184 p.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opin. Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 97-123, June 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000100004>.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. Revista brasileira de Educação, nº 5 e 6, pp 134-150, 1997.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en la psicología comunitária**. Buenos Aires. Paidós, 2007.

MORENO, Gilberto Geribola. Juventude e Vida Associativa nas Periferias de São Paulo. **Cad. CRH**, Salvador , v. 31, n. 84, p. 581-599, Dec. 2018. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792018000300010>.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opin. Pública**, Campinas , v. 13, n. 1, p. 97-123, June 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000100004>.

NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre , v. 16, n. 1, p. 136-152, Mar. 2016 . <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.1.18139>.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-12112012-092647. Acesso em: 2020-08-15.

NERI , Marcelo C . (Coord). **Juventude e Trabalho - Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem - Nem?** “, Rio de Janeiro, RJ –FGV Social – 28 p., nov/ 2019. <https://cps.fgv.br/juventude – trabalho>

NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa , n. 75, p. 131-147, maio 2014. <http://dx.doi.org/10.7458/SPP2014753579>.

NOVELLA, Rafael et al. **Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?**. [SI]: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2018. doi: 10.18235/0001411. 2019.

OLIVEIRA, Beatriz Besen de. **A sua memória agora é minha memória: a construção da memória política e o re-estabelecimento do reconhecimento recíproco**. (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo), 2019. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072019-104655/pt-br.php>

OLIVEIRA, Edson M. **Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios–notas introdutórias**. Revista da FAE, v. 7, n. 2, Curitiba, 2004.

PINHEIRO, P., IZUMINO, E., & FERNANDES, M. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista USP**, (9), 95-112, 1991. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p95-112>.

PEREIRA, A. Funk ostentação em São Paulo: imaginação, consumo e novas tecnologia da informação e da comunicação. **Revista Estudos Culturais**, v. 1, n. 1, 25 jun. 2014.

PINTO, Geíse P. **Juventude e Pentecostalismo: participação social em contexto de favela**. Dissertação de Mestrado, Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2012.

PIPER-SHAFIR, Isabel; FERNANDEZ-DROGUETT, Roberto; INIGUEZ-RUEDA, Lupicinio. Psicología Social de la Memoria: Espacios y Políticas del Recuerdo. **Psykhe**, Santiago, v. 22, n. 2, p. 19-31, nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.7764/psykhe.22.2.574>.

POCHMANN, Marcio. Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E.A. (Orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos, p. 59-68, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 16 Ago. 2020.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Revista Estudos Históricos* 5.10: 200-215, 1992.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil?. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 19, n. 62, p. 551-558, set. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302012000300010>.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flávio. Economia Política da Austeridade. Em ROSSI, Pedro et al. **Economia para Poucos: impacto social da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autônoma Literária, 2018.

RUNCIMAN, David. Como a democracia chega ao fim. São Paulo: Todavia, 2018.

SALA, Laila. S. **Junto e Misturado: A rebeldia é tarefa da juventude**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Alternativas para uma Nova Educação). Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil, 2020.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. Para (Re)Colocar um Problema: A Militância em Questão. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 565-592, June 2018. <https://doi.org/10.9788/tp2018.2-02pt>.

SALGADO, Julia. A cultura empreendedora nos discursos sobre a juventude. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 193-204, June 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-25532013000200015>.

SALGADO, Julia. Corpo miserável, espírito empreendedor: empreendedorismo, pobreza e desemprego no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 10, n. 30, 2012.

SANTOS, Boaventura S. e CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

SANTOS, Cecília MacDowell. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 88, p. 127-154, 2010.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. **Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil**. 2010. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Mitologias institucionais brasileiras: do Leviatã paralítico ao Estado de natureza. São Paulo, **Revista do IEA**, n.7, 1993.

SCHELIGA, Eva Lenita. **Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas de assistência entre evangélicos brasileiros**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. 326p. Tese de Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social).

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 13-34, 2014.

SEIDL, Ernesto. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & sociedade**, v. 13, n. 28, p. 63-78, 2014.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Proposições**, Campinas, v.20, n.2, p.21-39, Aug. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072009000200003>.

SENNETT, Richard. **A corrosão do carácter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 5 A ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Alessandro. Contribuições dos Movimentos Sociais para a Desprivatização da ética na perspectiva da Psicologia Política. In: SARTI, F. M; SANTOS, A. S.(Org). **Ética, Pesquisa e Políticas Públicas**. São Paulo: Rubio, 2009.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.), **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional** (pp. 27-36). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOUZA, Ana Lucia Silva. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop**. 219 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2009.

SOUZA, Ana Lúcia; SALA, Laila; ANDRADE, Luana, et al. **Vozes de Reexistência juvenis: presente!**. Salvador: Editora Segundo Selo, 2019.

SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, v. 16, n. 1, p. 91-117, 24 ago. 2014.

SOUZA, Silvana A. A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações. **Educação & Linguagem**, 15(26), 77-94, 2012.

TANAKA, Marcela. **O Voto da Fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-2014)**. 2018. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **A mulher Universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade**. Rio de Janeiro: Mar de Idéias. 216 pp, 2016.

TEIXEIRA, Jaqueline Moraes. **Pentecostalismo, direitos humanos e os velhos rumos da 'nova política'**. Seminário Avançado. São Paulo: FPA, 2019.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, June 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100010>.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 3, p. 133, 2010.

TITTONI, Jaqueline e NARDI, Henrique C. Subjetividade e Trabalho. In: CATTANI, Antonio David & HOLZMANN, Lorena (Orgs). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

TOMAZ, Kleber; GONÇALVES, Filipe. **Família de jovem desarmado que foi baleado e morto pela PM reclama de demora no socorro e no registro da ocorrência em SP**. G1, 10 de agosto de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/10/familia-de-jovem-desarmado-que-foi-baleado-e-morto-pela-pm-reclama-de-demora-no-socorro-e-no-registro-da-ocorrencia-em-sp.ghtml> acesso em 19 de agosto de 2020.

TOMMASI, Livia de. Juventude, Projetos Sociais, Empreendedorismo e Criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 6, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 287-311.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 34, n. 99, p. 353-372, Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>.

Apêndice A

ROTEIRO ENTREVISTA

1. Apresentação (espontânea)

Nome, idade, ocupação atual.

2. Trajetória de vida (espontânea)

Pedir para contar sobre seu percurso de vida até o presente momento.

3. Aprofundamentos em:

- 3.1. Amizades e posições políticas
- 3.2. Professores e/ou pessoas que tiveram forte influência em sua trajetória
- 3.3. Religião
- 3.4. Pontos de transformação
- 3.5. Grupos importantes
- 3.6. Formações importantes
- 3.7. Atividades e ocupações atuais

4. Identidade militante e/ou empreendedora

- 4.1. Se identifica enquanto militante e ou empreendedor? Desde quando?
- 4.2. Como se tornou militante e ou empreendedor?
- 4.3. O que significa para você ser militante e ou empreendedor?
- 4.4. Conhece outros jovens empreendedores e ou militantes do território? Quem você destacaria? O que fazem?